



Instituto Politécnico de Viseu
Escola Superior de Educação de Viseu

Projeto de Desenvolvimento Comunitário
Maceira – uma Aldeia Cultural

- MESTRADO DE ANIMAÇÃO ARTÍSTICA -

Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio
Viseu, 2012

Projeto de Desenvolvimento Comunitário
Maceira – uma Aldeia Cultural

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Animação Artística pela Escola Superior de Educação de Viseu

Orientador: Doutor Luís Sousa

Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio

Viseu, 2012

“O Projeto, não é uma simples representação do futuro, mas um futuro para fazer, um futuro a construir, uma ideia a transformar em ato”.

Jean Marie Barbier

Dedicatória

Dedico este trabalho a alguém muito especial que me faz acordar todos os dias e sentir que estou viva e pronta para enfrentar mais uma “batalha”..

Minha filha Raquel....amo-te muito

Dedico também à minha família que me está no coração diariamente.

Dedico finalmente aos meus amigos que me ajudam a ser quem sou!

Obrigada!

Agradecimentos

Como todos nós sabemos é sempre ingrata a tarefa de um agradecimento, principalmente quando se sente que esta corre o risco de ter muitas omissões.

No entanto quero deixar aqui o meu reconhecimento a todas as pessoas e entidades pelo auxílio, compreensão e consideração que me dispensaram ao longo de todo este percurso do Mestrado em Animação Artística, cuja última etapa foi a elaboração deste projeto.

Desejo expressar, em primeiro lugar, os meus agradecimentos ao Professor Jorge Fraga, Coordenador do Curso e ao Professor Luís Sousa, orientador do projeto, não só pelo interesse, compreensão e total disponibilidade demonstrada nas etapas percorridas na elaboração deste projeto, mas também pela sua exigência e rigor. As suas palavras foram encorajadoras neste percurso, revelando-se fundamentais para atingir os objetivos.

Um sentido obrigado aos colegas do Curso de Mestrado de Animação Artística pela sua amizade, apoio e partilha de conhecimentos.

Aos amigos sempre presentes em todos os momentos, Ana Pinto e Luís Filipe, pelas suas sugestões apresentadas, bem como o apoio, força e coragem que sempre me manifestaram.

Por último, um agradecimento muito especial ao meu marido, José Rodrigues, e à minha filha Raquel, pela sua compreensão e carinho incondicional que sempre me deram força para trilhar esta caminho. O seu estímulo, apoio e paciência revelaram-se importantes para superar esta prova.

Resumo

Maceira, é considerada por muitos uma das mais lindas aldeias do concelho. Sant'Anna Dionísio anotou no "guia de Portugal: *"Maceira, aldeia tranquila de altitude (700m), rodeada de terrenos férteis, com muita água de rega e bons ares. A paisagem campesina que envolve a pequena aldeia respira tão íntima doçura que mesmo sem querer se lembrará Bernardim"* (Dicionário Enciclopédico das Freguesias, 1997, p.278).

No entanto, um exemplo vivo do fenómeno que é a desertificação. Possuidora de um riquíssimo património quer natural, quer construído, sem esquecer todo o seu património imaterial, pelo que reúne as condições essenciais para dinamizar um projeto de carácter social, cultural, de desenvolvimento e educativo.

Uma vez que a descoberta faz parte do passeio e caminhar é um meio de descobrir uma região, a implementação de itinerários turísticos neste território rural, contemplando atividades lúdico-pedagógicas e ambientais são uma mais valia para a sua dinamização, promoção e valorização, aliado à sua preservação, respeito e transmissão dos valores inculcados na cultura deste território.

Abstract

Maceira, is considered by many one of the prettiest villages in the country. Sant'Anna Dionysius noted in the "Guide of Portugal:" Maceira, a quiet village, at an altitude of 700m, surrounded by fertile land, with plenty of water for irrigation and good air. The landscape that surrounds the small peasant village breathes so intimate sweetness that even accidentally will Bernardim remember "(Encyclopedic Dictionary of the Parishes, 1997, p.278).

However, a living example of the phenomenon that is desertification. Possessing a rich heritage whether natural or constructed, without forgetting all their intangible heritage by bringing together the essential conditions for a project to boost social, cultural, and educational development.

Once that the discovery is part of the walk and walking is a way to discover a region, the implementation of tourist routes in this rural area, including recreational activities and environmental-education, is an added value for its dynamism, promotion and enrichment, combined with the its preservation, respect and transmission of the instilling values in the culture of this territory.

Palavras-chaves: Comunidade, desenvolvimento endógeno, animação, percursos

Keywords: Community, endogenous development entertainment, pathways

ÍNDICE

Agradecimentos	5
Resumo	6
Abstract	6
Índice	7
Índice de Figuras	9
Índice de Gráficos	9
Índice de Quadros	9
Tabela de Siglas	10
INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I – APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO	14
I.1 - A problemática do Estudo	14
I.2 – Objeto de Estudo	16
I.2.1 – Objetivo Geral:	17
I.2.2 – Objetivos Específicos:	17
I.3 - Metodologia	20
I.4 - Destinatários	23
I.4.1 - O Papel dos seniores no meio rural	24
I.4.2 - O papel dos jovens no meio rural	26
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL	28
II.1 – Comunidade	28
II.2 – Desenvolvimento Local / Comunitário	30
II.3 – Cultura, Identidade e Memória	32
II.3.1 - Cultura	32
II.3.2 - Identidade	33
II.3.3 - Memória	35
II.4 – Património, territórios rurais e turismo	36
II.4.1 – Património e territórios rurais	36
II.4.2 – Património Cultural	38
II.4.3 – O património ao serviço do turismo	40
II.5 - Animação Artística como Instrumento Mobilizador	42
II.6 - O papel do animador artístico enquanto agente promotor de desenvolvimento comunitário	45
II.7 - A Animação Artística no contexto das aldeias culturais	46

II.8 - Os processos artísticos e a qualidade de vida da população	48
CAPÍTULO III. - CARACTERIZAÇÃO DA ALDEIA DE MACEIRA	49
III.1 – Enquadramento	49
III.1.1 - Caracterização Física	51
III.1.2 - Caracterização Sócio-Económica	53
III.1.3 - Demografia	55
III.1.4 - Caracterização da estrutura urbanística	60
III.1.5 – Principais traços culturais	61
III.1.5.1 – Artesanato	61
III.1.5.2 – Gastronomia	62
III.1.5.3 – Tradições	62
III.1.6 – Recursos Patrimoniais da freguesia de Maceira	67
III.2 – Análise SWOT	74
CAPÍTULO IV. – PROJECTO DE INTERVENÇÃO NA FREGUESIA DE MACEIRA	76
IV.1 - Apresentação	77
IV.2 - Estratégias	78
IV.3 - Diagnóstico	80
IV.4 - Implementação de itinerários em Maceira	82
IV.4.1 - Itinerários Culturais e Ambientais	84
IV.4.1.1 - Itinerário Cultural	85
IV.4.1.2 - Itinerário Ambiental	91
IV 2 – Impactos da implementação do projeto	92
CONCLUSÕES	93
BIBLIOGRAFIA	97
ANEXOS	105

Índice de Figuras

Figura 1 - Plano de Investigação Metodológica	23
Figura 2 - Interação nos itinerários	85
Figura 3 - Itinerário Cultural	86
Figura 4 - Itinerário Ambiental	92

Índice de Gráficos

Gráfico Nº 1 - Gráfico da Evolução da população entre 1940 e 2011	57
Gráfico Nº 2 - Gráfico da População residente (2011) por escalão etário	58

Índice de Quadros

Quadro 1 - Análise Swot do território de Maceira	74
Quadro 2 - Fases de elaboração do Projeto	79
Quadro 3 – Workshops a implementar	87
Quadro 4 – Encontro Inter-geracional e Lanche - convívio	90
Quadro 5 – Jogos tradicionais	90
Quadro 6 - Impactos do projeto na aldeia de Maceira	93

Tabela de Siglas

ADL	Associações se Desenvolvimento Local
BTT	Bicicleta Todo-o-Terreno
CCDRC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
GAL	Grupos de Ação Local
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
INE	Instituto Nacional de Estatística
PACTA	Associação Portuguesa de Empresas de Animação Cultural e Turismo de Natureza e Aventura.
PDM	Plano Diretor Municipal
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
TER	Turismo em Espaço Rural
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIDROIT	Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado

INTRODUÇÃO

A maioria das características que nos identificam, enquanto elementos pertencentes a um determinado grupo social e a um local específico, é sedimentado através dos tempos e transmitido por outros indivíduos já pertencentes a esse local, ou seja, os nossos antepassados.

É dessa comunidade que recebemos grande parte dos testemunhos materiais e as memórias intangíveis ou imateriais. Esses testemunhos fazem parte da herança patrimonial, dado especial destaque à herança cultural e histórica, uma vez que se trata de território rural com características *sui generis*, na medida em que vivemos numa sociedade cada vez mais envelhecida, onde os territórios rurais se encontram cada vez mais desertificados.

As transformações que atingiram Portugal nos últimos anos, modificaram a paisagem rural portuguesa. Mudanças essas de ordem espacial e demográfica, que se traduzem pelo fenómeno crescente de litorização, de progressivo envelhecimento e de desertificação, quer física, quer humana, sendo esta última a mais preocupante. De opinião idêntica é Gaudiano (2005) que considera, “(...) os territórios rurais estão vinculados a imagens e modos de vida peculiares, confundem-se com sociedades marcadas por arcaísmos, indissociáveis de economias vulneráveis, à mercê do êxodo e do despovoamento” (Gaudiano, 2005, p. 54).

Considerando o despovoamento um dos principais problemas com o qual se debate o mundo rural português, a procura de respostas aponta para uma maior diversificação e dinamização de atividades no meio rural, de forma a limitar os efeitos perversos das transformações sociais e a revitalizar, numa perspetiva de valorização e preservação todo o património.

De acordo com a definição da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 1972) património é uma legado cultural e natural que recebemos dos nossos antepassados, vivemo-lo no presente e transmitimo-lo às gerações futuras, e esta mesma organização, na convenção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), classificou-o em património natural e cultural, sendo este último subdividido em património tangível (monumentos, artesanato, entre outros) e em património intangível (tradições, usos e costumes), inerente a estes territórios.

Maceira, considerada alto concelho e a povoação fica na encosta nascente com belas vistas para um vale e para a Serra da Estrela. Avista-se Celorico, Guarda, Seia e algumas terras do concelho de Trancoso, é uma aldeia pertencente ao

concelho de Fornos de Algodres, da qual dista, aproximadamente 15Km, e que muito embora possua um riquíssimo património quer natural, quer construído, sem esquecer todo o património social do qual faz parte a sua população, repleta de sabedorias e simultaneamente tão frágil e humilde, é também ela caracterizada pela baixa densidade populacional afeta aos territórios rurais.

Como descreve Monsenhor Pinheiro Marques, no seu livro "Terras de Algodres". *"É uma das mais lindas aldeias do concelho de Fornos. Situada no alto da Serra que segue Infias, como esta e Algodres a uma altitude de 700 metros, num suave declive do monte que se quebra quase a um horizonte, com vistas sobre a cidade da guarda a nascente e a Serra da Estrela ao sul."* (Marques, 2001, p. 302).

De forma a atenuar o despovoamento desta aldeia e visto a Animação ter um papel fulcral no desenvolvimento destes territórios, já que se apresenta, segundo Ander-Egg (2001, p.19), *"(...) como uma tecnologia social, que se baseia numa pedagogia participativa e que tem como finalidade atuar em diferentes sentidos da qualidade de vida, mediante a participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento sociocultural"*. E, visto o Animador ter um importante papel na criação de estratégias que permitam contribuir ativa e efetivamente, de forma a promover e desenvolver dinâmicas nestes espaços vitais, com a finalidade destes permanecer vivos e ativos. De encontro a isto, e tal como refere, Cubero (1991, p.35), *"(...) A terceira idade procura na atividade de animação poder sentir-se útil, dar um novo sentido à sua vida. O idoso necessita de participar, mover-se, atuar, sentir-se vivo"*.

Por sua vez a Animação Artística como metodologia de intervenção através das artes, poderá exercer um papel catalisador de sinergias, potencializadoras de transformação, quer a nível pessoal como no meio social, o que certamente se refletirá no desenvolvimento desta comunidade.

A Animação Artística foca-se na problemática da interpenetração entre os universos formais e informais de educação, de arte e de cultura, entendidos como espaços potenciais de criatividade e de desenvolvimento pessoal e comunitário, particularmente através do contributo das linguagens e dos instrumentos da animação recreativa, cultural e artística. Os conceitos centrais de comunidade e de animação, balizam a conceção, a implementação e a avaliação de projetos orientados para populações e grupos, em função de necessidades e de aspirações devidamente contextualizadas e identificadas como objetivos e percursos de desenvolvimento.

"A arte é simultaneamente manifestação de cultura e meio de conhecimento cultural. Cada cultura possui as suas expressões artísticas e as suas práticas culturais"

específicas. A cultura, na sua diversidade, e os seus produtos criativos e artísticos, representam formas contemporâneas e tradicionais de criatividade que contribuem de forma incomparável para a nobreza, o património, a beleza e a integridade das civilizações humana” (Comissão Nacional da UNESCO, 2006, p. 8).

Pelo papel relevante que exerce na dinamização pessoal e social, a Animação Artística pode constituir um modelo do aumento da auto-estima individual e coletiva, pela valorização de capacidades, contribuindo assim para a qualidade de vida, de forma a responder aos grandes desafios do mundo atual, nomeadamente, a construção de um futuro mais sustentável.

“Há quem afirme que a criatividade expressa através da cultura é o recurso mais equitativamente distribuído no mundo” (Comissão Nacional da UNESCO, 2006, p.16).

De acordo Bernard K. (1994, p.45) *“As diferenças entre regiões, localidades, aldeias, entre gerações e entre grupos sociais são sobretudo diferenças culturais. Em vez de procurar esquecê-las, ou deixá-las esquecer, não será melhor procurar afirmá-las e promovê-las? É preciso deixar de considerar o desenvolvimento cultural como um luxo supérfluo e reconhecê-lo como um motor do desenvolvimento económico e social”* leva-nos a reconhecer a cultura como uma alavanca para o desenvolvimento local.

Neste sentido, implementar um projeto de Animação, designado Maceira- Uma Aldeia Cultural e desta forma, conceber dinâmicas lúdico-pedagógicas, integradas em dois itinerários (cultural e ambiental) que visam envolver a população autóctone e os visitantes, entre eles, crianças e jovens estudantes em meios urbanos e desta forma, impulsionar atividades inter-geracionais, que possibilitem à população, fundamentalmente, idosa a transmissão das tradições rurais, da cultura *sui generis* desta comunidade, a estes jovens, que por sua vez podem contribuir, não só, para a alegria e vivacidade desta aldeia, mas também para a preservação e divulgação deste território.

As práticas lúdico-pedagógicas contempladas no presente projeto, visam desenvolver nos jovens, enquanto pessoas atuantes na sociedade e especialmente por serem os cidadãos do amanhã, um conjunto de valores, atitudes e competências para viverem em harmonia e solidariedade. De acordo com Carlise (1985), *“(…) O valor destas experiências é normalmente avaliado através do conhecimento obtido por parte dos jovens, ... daquilo que os estudantes dizem, das perguntas que fazem, das discussões que iniciam...isto é, julgamos a qualidade da experiência através do*

envolvimento dos jovens, da sua excitação ou prazer expresso pela curiosidade e da sua aplicação nas atividades presentes (...)” (Carlise 1985, cit. por Almeida 1998, p. 25).

Cavaco (1995), salienta que, “(...) *aproveitar os espaços de liberdade diversificando e enriquecendo as situações de aprendizagem alargando criativamente o espaço escolar, implicando os alunos em projetos com sentido*” (Cavaco, 1995, p. 127).

O presente estudo é organizado em quatro capítulos distintos.

O Capítulo I, correspondente, na sua essência, à identificação da problemática e objeto de estudo, para a implementação deste projeto, quais os objetivos que se pretendem alcançar com a implementação do mesmo, bem como definição dos destinatários.

O Capítulo II é um capítulo onde efetuamos o enquadramento conceptual que circunscreve esta análise onde serão abordados os conceitos utilizados ao longo do estudo.

O Capítulo III, caracteriza o território em análise procedendo a uma apresentação da freguesia de Maceira de uma forma geral, onde é exposto todo o potencial para a implementação de uma aldeia cultural visando contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A última parte, correspondente ao Capítulo IV, consiste na apresentação da proposta de intervenção, onde são definidas várias estratégias de ação que se pretendem implementar. Por último, é feita uma reflexão sobre a problemática e definidas algumas linhas de orientação para trabalho futuro.

CAPITULO I – APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

I.1 - A problemática do Estudo

Em consequência do fenómeno da desertificação e envelhecimento da população existe o risco de desaparecerem algumas aldeias situadas no interior do País de Portugal. Exemplo vivo deste fenómeno contemporâneo, diminuição da população residente, é a freguesia de Maceira, povoação do concelho de Fornos de Algodres. Porém esse facto não invalida que seja senhora de um riquíssimo património cultural, variado e vasto, fruto do conhecimento tradicional acumulado pelos

habitantes, é um verdadeiro “Museu Cultural a Céu Aberto” digno de ser transmitido às gerações vindouras.

Apesar das muitas personalidades históricas e os acontecimentos marcantes que estão ligadas à história desta aldeia, que em muito contribuem para a riqueza patrimonial e cultural, terá que haver esforços no sentido de inverter esta tendência, pelo que se torna necessário e urgente a criação de mecanismos que não só atenuem como contrariem essa realidade, de forma a impedir esse problema e os demais que lhe estão subjacentes.

É neste contexto que o património é fator primordial no desenvolvimento de projetos de âmbito comunitário e cultural, pois a cultura assume-se cada vez mais como uma forma de lazer, e nos dias de hoje assiste-se a uma consciência mais generalizada da importância da mesma como agente de desenvolvimento das sociedades.

A cultura “... participa hoje, de forma decisiva, no desenvolvimento das sociedades. Ela é responsável pelo alargamento do espaço de participação do indivíduo, pelo fortalecimento da consciência social, pela elevação da qualidade de vida, pelo progresso científico dos povos”. (Figueiredo, 1997, p. 9)

A cultura que constitui o presente que reflete o passado, e ao mesmo tempo um passado trazido ao conhecimento, ao encontro e ao deleite de uma actualidade que bebe esse conhecimento revisitado.

Tendo como cenário Maceira urge pensar que é necessário implementar estruturas que possibilitem a divulgação, promoção de todo o património desta aldeia, numa vertente de desenvolvimento comunitário e também numa perspectiva artística, considerando para tal todos os grupos sociais que constituem parte integrante desta população.

Pensar na implementação de um projeto de âmbito cultural como condição de desenvolvimento comunitário e visto que na sociedade contemporânea, os territórios rurais constituem, cada vez mais, instrumentos insubstituíveis para a preservação de usos e costumes, de um *modus viendi* muito particular, ou seja, de uma identidade.

“O desenvolvimento local é um processo de transformação da realidade sustentado na capacitação das pessoas para o exercício da cidadania ativa e transformadora da vida individual e em comunidade. É de capital importância que os grupos não sejam meros utentes de serviços, mas, atores e autores das práticas de desenvolvimento local” (Viveiros, A. L. N., 2008, p. 2).

Este esboço académico assenta no seu próprio objeto de estudo Maceira uma Aldeia Cultural onde inclui a própria aldeia como produtor e difusor de criações artísticas, numa ligação estrutural e orgânica com o Concelho a que pertence, contribuindo para a construção de experiências perduráveis no tempo.

Na Constituição da República Portuguesa, no Artigo 78.º (1999, p. 38) pode ler-se que:

1. *Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como ao dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.*
2. *Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais.*

Nos nossos dias temos vindo a assistir a um gradual desinteresse e desresponsabilização do Estado, relativamente a esta matéria. Assim, o colmatar desta lacuna passa muitas vezes pelos agentes culturais, os criadores, os artistas, a comunidade.

Por outro lado, não devemos, no entanto esquecer que a criação artística é, muitas vezes condicionada pelas políticas culturais, cabendo enúmeras vezes às comunidades intervir e agir neste contexto.

A aldeia de Maceira enquadra-se no que acabamos de explanar, cabendo a dinamização de atividades artísticas aos membros da comunidade, no sentido da criação de uma aldeia cultural com ação onde não se pretende que a arte comente a vida, mas que participe dela!

I.2 – Objeto de Estudo

A formulação de um projeto deve ser o mais precisa e concreta possível, exige uma conjugação harmónica de todos os passos que nos levam à prossecução do mesmo, especificando os seus objetivos, metas, calendário de execução e recursos. Podemos dizer que um projeto é um avanço antecipado das ações a realizar para conseguir determinados objetivos.

A criação de um projeto comunitário na aldeia de Maceira tem um carácter, fundamentalmente, social e cultural, nasce como consequência do desejo de melhorar a realidade onde estamos inseridos. Com efeito, pretende-se que a elaboração do mesmo siga uma orientação para a resolução de problemas sociais, com o objetivo de tentar satisfazer as necessidades do indivíduo e, desta forma, melhorar as condições de vida, as relações com outros sistemas de valores, ou seja, contribuir para a configuração da cultura de um povo, este conceito é entendido por Ander-Egg (...)

como criação de um destino pessoal e coletivo (...)”, (Ander-Egg, 1980, p, 71). O aumento progressivo da procura dos espaços rurais para o consumo e desempenho de atividades de turismo e de lazer, é um outro facto a ter em atenção.

Numa tentativa de dar resposta a estas questões, estabeleceram-se os seguintes objetivos:

I.2.1 – Objetivo Geral:

O projeto tem como principal objetivo criar uma Aldeia Cultura na freguesia de Maceira, no âmbito de desenvolvimento comunitário deste território.

I.2.2 – Objetivos Específicos:

Tendo em linha de conta o objetivo geral, podemos definir vários objetivos específicos:

- Fomentar o desenvolvimento sócio-económico e histórico-cultural da freguesia, bem como para a afirmação enquanto destino de turismo cultural;
- Promover e preservar o património existente, de forma a privilegiar o turismo sustentado a partir de metodologias pedagógicas;
- Proteger a natureza e os seus recursos;
- Preservar, respeitar e transmitir a cultura e tradição associada à freguesia de Maceira, bem como contactar diretamente e ativamente com os seus usos e costumes, de forma a imortalizar tradições;
- Fomentar a participação estimulando o projeto de ação, numa sociedade que deve crescer em solidariedade em comunicação inter-geracional, no sentido de valorizar a presença do sénior na comunidade restabelecendo a identidade local.

Desenvolver Processos Artísticos, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Porque a criação fica sempre a cargo de alguém, neste caso eu, e como eu sou produto das minhas vivências e experiências de vida gostaria de salientar a importância que a atividade profissional que exerço teve na minha motivação e sensibilização para este projeto. Por um lado, o exercer funções num estabelecimento de ensino, onde estou diariamente em contacto com a população jovem e onde verifico, ano após ano, o decréscimo do número de alunos e o desenraizamento destes ao meio. Por outro, na sequência da minha Licenciatura desempenho o Cargo

de Animadora Sociocultural de um Centro de Dia onde verifico o potencial cultural da população-alvo, onde o fenómeno da transmissão de conhecimentos é observável no rosto e passível de ser sentida a necessidade latente de partilha, por sua vez sendo situado num meio rural apuro o oposto, ou seja, o aumento do número de utentes.

Mas é através de parcerias, neste caso com as autarquias, escolas e associações ou empresas na área do turismo e lazer, que devemos promover as respostas às problemáticas rurais e ao sedentarismo dos jovens das escolas em meios urbanos.

Desta forma, a freguesia de Maceira, pela sua multifuncionalidade, possuidora de um património quer natural, quer construído, sem esquecer o seu património imaterial, tem as condições essenciais para a dinamização de um projeto de carácter social, cultural, ambiental e educativo, de revitalização da aldeia, criando atratividades à população existente, a novos residentes e visitantes, através de eventos como, encontros Etnográficos e outras formas de dinamização antropológica. Passando por espaços museológicos vivos, processos artísticos, oferta gastronómica tradicional, à dinâmica de jogos tradicionais, à participação em práticas agrícolas, à descoberta da fauna e flora, o desfrutar do lazer e bem estar, caminhadas ecológicas, práticas desportivas, entre outras.

Perante isto, o projeto a desenvolver, tem como principal objetivo criar iniciativas de desenvolvimento no meio rural e deste modo valorizar numa perspetiva inter-geracional e socialmente integrada a presença do sénior na comunidade, como reportório vivo da memória coletiva local e garantia da identidade, separando perda de autonomia, de inibição do direito à participação na vida local, por via de processos de animação que os englobem. Pelo que a viabilidade deste projeto passe, não só, pela integração da população autóctone, mas também, pela participação de jovens em idade escolar a residir em meios urbanos de qualquer ponto do País. Ao mesmo tempo que se pretende valorizar os saberes e práticas da população idosa, envolvendo-os na própria animação, pretende-se também permitir aos jovens, que no contacto com a população e com a natureza desfrutem e aprendam as tradições do mundo rural, pois este é possuidor de uma riqueza cultural digna de ser transmissível.

O sucesso deste projeto passa, ainda, que de forma gradual, reanimar a economia local, tornando o projeto sustentável, com a venda do artesanato local e produtos do mundo rural, incluindo, serviços inerentes ao TER (Turismo em Espaço Rural), que se define em termos jurídicos como o "(...) conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar,

realizados e prestados (...) em zonas rurais (...)”. (Decreto – Lei nº 54/2002) e todas as variantes que possibilitem o desenvolvimento integrado sem adulterar este espaço tão especial e genuinamente único.

A aldeia pode adquirir a valência de “Aldeia Cultural” e desta forma, transmitir aos mais novos os saberes da cultura Beirã, a Etnografia, a Antropologia, em síntese, os usos e costumes mais genuínos do meio rural, ou seja, a cultura.

É pois, importante não esquecermos que é necessário salvaguardar e revitalizar o mundo rural, combatendo o imobilismo, a desertificação, de forma a criar uma relação perfeita entre o homem e o seu habitat, uma afirmação cultural do mundo rural.

A necessidade de desencadear dinâmicas que estimulem o desenvolvimento sustentado, foi o principal motivo de um estudo de caso efetuado na freguesia de Maceira, um espaço rural paradigmático do Interior de Portugal, que alberga elevado potencial cultural, patrimonial e humano.

Por outro lado a arte é parte integrante do nosso quotidiano, apresentando-se muitas vezes como ponto de partida para questões, reflexões e projetos artísticos a desenvolver na comunidade. Sendo a cultura parte integrante no desenvolvimento de qualquer ser humano. A arte é um modo de apreender o que nos rodeia e ajuda-nos a desenvolver. Assim torna-se cada vez mais pertinente a inclusão das artes e de toda a dinâmica artística neste processo de divulgação e promoção de um território no sentido do desenvolvimento do mesmo, bem como no processo de construção permanente do Ser humano.

Assim, sendo o ser humano, um ser predominantemente cultural a arte revela-se um meio importante para a adaptação ao meio, à comunidade que o envolve, no sentido da preservação e promoção do seu território, da sua identidade local e difusor cultural.

Falar de cultura é falar de património, pois a cultura é parte integrante do património imaterial de qualquer comunidade ou território, neste sentido nunca é demais lembrar que ao defendermos o património estamos a defender o progresso, pois o património é um dos principais fatores de desenvolvimento endógeno e exógeno.

De referi que estes espaços rurais, de que é exemplo vivo a freguesia de Maceira são símbolos de qualidade de vida (despoluição, quietude, saúde) e de identidade (tradições ancestrais, usos e costumes) sendo as pessoas os verdadeiros protagonistas destes locais.

Assim, a difusão cultural, a criação artística aliada ao património contribuem para a capacitação do local em causa para gerar e promover desenvolvimento, e citando Delors (1998) que refere que aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a interagir e aprender a ser, pretende impulsionar e conduzir ao desenvolvimento de várias competências inerentes à comunidade.

I.3 - Metodologia

A metodologia resume-se a um conjunto de procedimentos e regras para formar conhecimento. É a maneira de se aderir ao problema a investigar, o modo como o abordamos, articulando assim um conjunto de operações incluindo variadas técnicas.

Citando Gonçalves (1998, p.105): *“A investigação é um processo, um conjunto hierarquizado de atividades interdependentes. O que se faz em cada passo deve ter em consideração o que já fez, o que também se está a fazer e o que, previsivelmente, se fará. A investigação pode ser ainda associada a uma estratégia. Trata-se de escolher o melhor caminho (método) a percorrer, numa miríade de pequenas e grandes decisões orientadas para o melhor alcance dos objetivos mediante uma otimização dos recursos mobilizados e disponíveis.”*

No que concerne ao método, este baseia-se na forma consistente de se organizar a pesquisa, sendo um conjunto de princípios que orientam a escolha do objeto de estudo, a formação dos pareceres apropriados. O método permite fazer a adaptação intelectual do objeto, ou seja, através do método chegamos ao nível intelectual do objeto. O método é o *“caminho que deve seguir a nossa investigação, ou seja, o procedimento que se utilizará”* Ander-Egg (2000, p.75).

Segundo Pardal e Correia (1995, p.10) o método, *“consiste essencialmente num conjunto de operações, situados a diferentes níveis, que tem em vista a consecução de objetivos determinados, (...), que torna possível a seleção e a articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica”*. Por outras palavras, consiste num guia orientador do trabalho a desenvolver.

A combinação de sentimentos de pertença, experiências profissionais com a problemática em causa, o fenómeno da desertificação, foram os fatores primordiais que geraram a oportunidade de investigar, ao mesmo tempo que se elabora um projeto de intervenção que tem como objetivo contrariar a tendência de abandono dos

espaços rurais. Como afirma Serrano (2004, p. 102) *“A investigação em animação orienta-se para a mudança, o aperfeiçoamento e a transformação da realidade social”*

Com base no objetivo geral do presente trabalho *criar uma Aldeia Cultural na freguesia de Maceira*, no âmbito do desenvolvimento comunitário deste território, tornou-se inevitável a aplicação de uma metodologia de análise.

Este projeto de desenvolvimento comunitário contempla a conceção de dois itinerários, um de âmbito cultural-pedagógico e outro de âmbito ambiental.

A metodologia de investigação escolhida para este projeto é uma investigação qualitativa, mais voltada para a *compreensão* dos fenómenos culturais, sociais, ambientais e patrimoniais, tendo em conta a perspetiva dos participantes. Segundo Bogdan e Biklen (1982, p. 23), *Os dados (qualitativos) referem-se aos materiais “em bruto (rough materials) que os investigadores recolhem da realidade”*.

Trata-se, de uma investigação num território, ou seja, um estudo de caso pois pretende-se compreender, explorar todo o contexto em que está inserido este território, mais concretamente um território rural com características muito próprias que lhe conferem uma identidade.

Em qualquer tipologia de animação artística e sociocultural a investigação particulariza-se pela multidisciplinaridade metodológica que utiliza para responder à problemáticas a abordar.

De acordo com Yin (1994, p. 13) que define *estudo de caso com base nas características do fenómeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos*. Ainda de acordo com a classificação do mesmo autor (Yin, 1993), trata-se um estudo de descritivo, uma vez que se trata da análise de um fenómeno dentro do seu contexto.

Para Ponte (2006) estudo de caso é *“uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse.”* (Ponte, 2006, p.2)

A componente empírica deste estudo: a análise documental, como a questão do desenvolvimento comunitário assume especial destaque neste estudo, foi consultada bibliografia e documentação específica relativa a este conteúdo. Mas constituem o *corpus* analítico deste trabalho, além da revisão conceptual que

circunscreve esta análise, documentos como o Plano Diretor Municipal, Pré diagnóstico do Município de Fornos de Algodres.

Perante a lacuna cultural que se faz sentir na atualidade, a perda de identidades dos territórios rurais, esquecidos entre montes e serras, a não valorização destes museus de história ao vivo¹, é necessário contrariar esta tendência com a implementação de um projeto de desenvolvimento comunitário na freguesia de Maceira.

De referir, ainda, que para a elaboração do projeto a implementar na freguesia de Maceira procedeu-se ao levantamento do património local, quer tangível como intangível e, aplicaram-se alguns pressupostos do plano estratégico e da elaboração de uma análise SWOT² Base de sustentação da aplicação do projeto, identificando atores fundamentais para o objeto de estudo, assim como estratégias de ação.

As técnicas de investigação são comportamentos operacionais e instrumentos para fornecer dados. A técnica utilizada para o desenvolvimento deste projeto constitui-se num processo de observação não participante. Tratando-se de um estudo direcionado para as problemáticas do desenvolvimento sustentado de uma região concreta, assente na base do património, memórias e identidades locais, será defendido que a implementação de uma aldeia cultural no território rural que é a aldeia de Maceira poderá constituir-se como forma de contrariar a atual tendência de desertificação, já mencionada, atuando como fator de desenvolvimento social, cultural e económico.

Como o projeto abrange um público específico, este método de investigação afigura-se como o mais adequado para aplicação da técnica de investigação - a observação não participante, que e de acordo com Quivy é aquela em que o investigador procede diretamente à recolha das informações, no entanto não há intervenção dos sujeitos observados.

Isto é, o observador não está diretamente envolvido na situação a observar, não interage nem afeta de modo intencional o objeto de observação e os sujeitos não sabem que estão e ser observados, pois o investigador observa “do exterior” (Quivy, 2003).

¹São poucos os exemplos de territórios rurais direcionados para aldeia cultural-pedagógica, são conhecidos no país:

A Aldeia Pedagógica está em Portela, no distrito de Bragança.

- Aldeia Pedagógica do Museu do Milho

- Aboim - Aldeia Pedagógica da Montanha e do Canteiro

² SWOT significa Strength: forças ou pontos fortes, Weaknesses: fraquezas ou pontos fracos, Opportunities: oportunidades e Threats: ameaças.

De acordo com Quivy a observação “é uma etapa intermédia entre a construção dos conceitos e das hipóteses e o exame dos dados utilizados para as testar” (Quivy e tal. 1998, p. 163), pois segundo Máximo-Esteves esta “ permite o conhecimento directo dos fenómenos tal como eles acontecem num determinado contexto” (Máximo-Esteves 2008, p. 87) e isto é conseguido através de uma observação atenta e reflexiva, ou seja, um olhar rotineiro não é o suficiente para entendermos a realidade. A observação tem a vantagem de permitir que se veja o que as pessoas realmente fazem e não o que dizem fazer; esta técnica possibilita que se chegue mais perto da perspectiva dos indivíduos. É a apreensão dos comportamentos e acontecimentos no próprio momento em que se produzem. A recolha de material, de informação é espontânea, existe autenticidade dos dados.

Pelo acima exposto a metodologia a utilizada é qualitativa, através o método de estudo de caso e a técnica – observação não participante, o que em termos de etapas do projeto poderá ser traduzido da seguinte forma:



Figura 1 - Plano de Investigação Metodológica

Fonte: Elaboração própria

I.4 - Destinatários

Este projeto de animação, pretende, como já foi dito anteriormente, integrar a população de Maceira (numa participação voluntária), seniores, crianças e jovens (a frequentarem escolas em meios urbanos ou de outras aldeias). No entanto, e ainda

que não previstos no projeto, uma vez que este se dirige institucionalmente escolas e à própria população, o presente projeto está recetivo a receber qualquer visitante que pretenda integrar esta iniciativa. Visto que nos encontrarmos perante dois coletivos que apresentam características muito específicas convém salientar a importância de ambos numa perspectiva individual e na sua relação de interação.

Uma das funções chave da Animação consiste, precisamente, no facto de as pessoas e os coletivos se transformarem em agentes e protagonistas do seu próprio desenvolvimento e um dos factos que particularmente interessa nos processos de animação é gerar processos de participação, criando, desta forma, espaços e dinâmicas que proporcionem a comunicação dos grupos e das pessoas, tendo em vista estimular os diferentes coletivos a empreenderem o desenvolvimento social (resposta às suas necessidades num espaço, tempo e em situações determinadas) e cultural (construindo a sua própria identidade coletiva, criando e participando nos diferentes projetos e atividades culturais).

Maceira é possuidora de inúmeros recursos patrimoniais, mas para valorizar esse mesmo património é necessário e imprescindível recorrer a uma ferramenta denominada comunicação³ que serve para sensibilizar os vários grupos sociais, tornando-se um processo essencial de toda a atividade humana, tendo um papel importante no desenvolvimento da personalidade. Serve ainda de meio de aproximação entre povos e culturas, criando um suporte educativo que tem como base potenciar e aumentar o sentido de pertença de um lugar.

I.4.1 - O Papel dos seniores no meio rural

Nos últimos anos temos assistido a um processo acelerado de transformação e mudança em Portugal, com efeitos sobre a sociedade e as populações.

Um destes efeitos é o agravamento dos desequilíbrios de desenvolvimento regional e local, com fenómenos como a desertificação do espaço rural e a concentração da população nas áreas urbanas, com todos os problemas de desemprego, segurança e ambiente que comportam. Reconhece-se, claramente, que

³ Considerando que comunicação, segundo Simões, B é o “*processo psicológico pelo qual se realiza a transmissão interpessoal de ideias, sentimentos e atitudes que possibilitam e garantem a dinâmica grupal e a dinâmica social. A comunicação poderá por isso mesmo, ser verbal ou não verbal. A comunicação verbal realiza-se por intermédio da linguagem que, graças à sua estrutura simbólica, permite aos elementos de um grupo a participação nas experiências actuais ou tradicionais desse grupo....*” (Simões, B., s.d., p. 1172)

o desenvolvimento futuro no mundo rural passa pela necessidade de dar mais ênfase à dimensão humana, portadora de grande sabedoria, cultura e tradições ancestrais.

Já foram encetadas várias ações e diligência destinadas às pessoas idosas no sentido da valorização da dimensão humana, mas no entanto, e de acordo com o Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas (2004, p. 11) *“não existe, ainda, uma estratégia nacional, regional e local, verdadeiramente consolidada, que promova o envolvimento das várias medidas numa perspectiva integrada, ao longo da vida, para um envelhecimento ativo”*.

Daí que o isolamento da pessoa idosa é uma realidade da nossa sociedade, sendo o mesmo a causa de inúmeras formas de exclusão social de que são alvo uma grande parte de pessoas idosas, dificultando, desta forma, o desenvolvimento de uma sociedade onde o envelhecimento possa ser vivido com maior qualidade de vida (Fernandes, H.J., 2007)

Um dos princípios das Nações Unidas diz respeito à terceira idade, defendendo que estas devem ter direito à independência, à participação, à auto realização e à dignidade, perante a sociedade (ONU, 2002). Observa, ainda, princípios de que o envelhecimento ocorre ao longo de toda a vida, de que as pessoas idosas são um grupo heterogéneo e que a diversidade individual, se acentua com a idade, deve ser respeitada, assim como preservada a sua intimidade.

É de salientar, ainda, que é necessário valorizar a ideia da pessoa idosa como alguém que não produz e cuja senilidade faz parte da tradição “arcaica” pelo contrário ela é repositório de uma grande sabedoria, um património vivencial que pode em muito ajudar os mais novos, constituído para a preservação da nossa cultura, nomeadamente da tradição oral como contos, lendas antigas, provérbios, medicina tradicional, jogos tradicionais. Tal como nos diz J. Trilla *“(…) Animação para que os habitantes de um dado território se envolvam na resolução dos problemas dessas zonas, cuidem do seu território, protejam o património, intervenham nas decisões relativas a esse espaço e, sobretudo, sejam cidadãos activos para uma melhor qualidade de vida nas zonas onde vivem (...)”* (Trilla, J. 1994, p. 54).

Pelo que qualquer projeto de desenvolvimento, mais precisamente no mundo rural, aliado a todo o património envolvente, é impensável, e jamais terá qualquer sucesso se o mesmo não for desenvolvido com o intuito de preservação da memória através da valorização do legado histórico com a participação dos atores locais.

As questões da presença humana encerram, em si mesmo, uma importância relevante nos territórios rurais.

I.4.2 - O papel dos jovens no meio rural

Como se sabe, os jovens de hoje, essencialmente os que vivem em meios urbanos, são de certa maneira, desconhecedores das formas de vida no meio rural. Há no entanto, uma crescente preocupação no que respeita ao desinteresse por parte destes jovens e crianças relativamente às tradições, aos modos de vida, ao quotidianas e essencialmente no que respeita à mais antiga atividade de subsistência, a atividade agrícola.

A escola acaba também por ser um entrave a esta aprendizagem. O facto de ter uma forma de ensino, tão formal e tão convencional, acaba por criar métodos de aprendizagem que pouco potenciam as técnicas e os saberes dos alunos na sua própria experiência fora da escola.

Promover, criar dinâmicas de trabalho dentro e fora da sala de aula que desenvolvam projetos de investigação e trabalhos de campo, utilizando metodologias ativas de aprendizagem, estão amplamente desenvolvidas em vários países nórdicos, no entanto, só agora começam a estar em voga em Portugal. Apesar de a Educação Ambiental estar contemplada no nosso sistema de ensino, quer na Constituição da República Portuguesa, artigo 66º- Ambiente e Qualidade de Vida, quer na Lei de Bases do Sistema Educativo no artº 5 e 7 e no Decreto – Lei nº 6 e 7 de Janeiro de 2001, existem ainda muitas falhas na promoção deste sistema de ensino. No entanto, existem já alguns professores, entre eles, Cameira Serra, que começam agora a potenciar atividades de trabalho e práticas lúdicas nos territórios rurais que nos cercam, segundo Serra (2001), “(...) *inegável interesse antropológico e histórico e ainda de reconhecido valor pedagógico*” Serra (2001, p.23).

É inegável que os jovens de hoje têm modos de vida algo extenuantes e ao mesmo tempo sedentários, mas estes mesmos jovens são pessoas visivelmente abertas a novas experiências.

O estímulo por parte dos educadores é sem dúvida um fator importante para que estes jovens, possam também eles participar mais ativamente no processo de desenvolvimento do meio rural. Atendendo ao exposto autores como Cavaco (1995) salientam que: “(...) *se predominam, ainda, nas nossas escolas modelos pedagógicos e práticas predominantemente transmissivos, também é verdade que um pouco por todo o lado encontramos grupos de professores que sabem aproveitar os seus espaços de liberdade diversificando e enriquecendo as situações de aprendizagem alargando criativamente o espaço escolar, implicando os alunos em projectos com sentido(...)*” (Cavaco, 1995, p. 127).

A cultura destes lugares precisa de seguidores, de jovens que através da interação com a população autóctone aprenda e valorize no presente o sentido do passado, para transmitir no futuro. É preciso dar ânimo a estes lugares e manter acesa a chama da alegria e da vida.

As relações inter-geracionais neste projeto têm como objetivo fundamental reforçar os laços da solidariedade entre as gerações, preservando deste modo a cultura local, laços de afetividade e de identidade bem como os valores do passado. A relação que se estabelece entre seniores e crianças, participantes de atividades, em espaços rurais deve ser entendido como um enriquecimento.

O relacionamento inter-geracional é um caminho para a preservação da cultura, compreendendo-se esta como a troca de significados e a preservação de símbolos, necessários à sobrevivência humana.

É possível compreender o significado da relação que se estabelece entre o sénior e a criança por intermédio das memórias individuais e coletivas, mediadas pela sociabilidade, constituindo-se em processo educativo mútuo, em sentido amplo.

Desta forma, podemos concluir que os valores relacionados com o contacto entre seniores e crianças remetem a questões cruciais, tais como: a pertinência do respeito à sabedoria preservada pelos seniores e à construção do diálogo com as novas gerações. Para Rojas (1999): “(...) *O relato oral é o mais antigo registo de informação e conservação do saber. (...) A transmissão do saber implica, necessariamente, a existência de um narrador e de um público ouvinte*” (Rojas, 1999, p. 89).

Os seniores sentem prazer no contato que estabelecem com os jovens, no diálogo e na realização atividades de interação com as crianças e jovens, sendo desta forma de elevada importância a possibilidade de criar situações e espaços que possibilitem a interação entre gerações. Existindo, no entanto, trabalho a fazer relativamente a receptividade dos mais jovens. As escolas têm, neste sentido, um papel de destaque que pressupõe um investimento em termos educativos e de socialização promovendo a ligação entre a escola e a comunidade para fomentar a mudança de atitudes.

A sustentabilidade de projetos desta importância só é possível se todos os intervenientes estiverem mentalizados para a importância das consequências e dos benefícios que daí possam advir.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL

Tratando-se de um trabalho científico-pedagógico assume-se indispensável a investigação de conceitos teóricos, é essencial a realização da revisão da literatura existente sobre os conceitos gravitacionais à problemática em estudo, nomeadamente comunidade, desenvolvimento comunitário, cultura, identidade, memória, património, territórios rurais, turismo e animação artística.

Desta forma neste Capítulo abordam-se os vários termos com o intuito de situar e de obter justificação para as afirmações e ainda para orientar os leitores delimitando o âmbito conceptual.

De referir que por se tratar de uma problemática sócio-cultural os conceitos prestam-se a interpretações diversas pelo que esta revisão não é intensiva propositadamente, mas antes pretende definir as linhas orientadoras do estado da arte.

II.1 – Comunidade

O poeta Inglês John Donne (1624), em pleno Renascimento, refere nos seus poemas que nenhum homem é uma ilha, completo em si próprio; cada ser humano é uma parte do continente, uma parte de um todo, o que leva a concluir que já nesta época existia a percepção de que o ser humano não consegue viver isolado, faz parte de um todo, de uma comunidade.

Seguindo o que Fragoso propõe o conceito de comunidade continua a ser ambíguo, muito pela quantidade de definições utilizadas para a definir. É com frequência que encontramos este termo aplicado para designar pequenos agregados rurais - aldeias, freguesias, ou urbanos - quarteirões, bairros, mas também grupos profissionais - comunidade médica, comunidade científica, as organizações, como a comunidade escolar, ou sistemas mais complexos como países - comunidade nacional, ou mesmo o mundo visto como um todo - comunidade internacional ou mundial.

Para Ander-Egg *“comunidade é um agrupamento organizado de pessoas que se entendem como unidade social, cujos membros participam de alguma característica, interesse, elemento, objetivo ou função comum, com uma consciência de pertença, situadas numa determinada área geográfica na qual a pluralidade das pessoas interage mais intensamente entre si que noutra contexto”* (Ander-Egg 1982,

cit. por Fragoso, 2005, p. 25). Esta definição refere elementos frequentes na definição de comunidade, como o lugar geográfico e unidade social, que existem em função de vários fatores, nomeadamente os objetivos comuns e o sentimento de pertença.

Já Kershaw (1992) refere que toda comunidade é idêntica no que diz respeito às diferenças internas que acolhe e ao papel de mediação que assume entre o indivíduo e a sociedade. Neste sentido, qualquer comunidade teria a função estrutural e ideológica, de mediar os indivíduos e a sociedade em geral.

O mesmo autor (1992) define ainda dois tipos de comunidade: - uma comunidade constituída por uma rede de relacionamentos formados por interações face a face, numa área demarcada geograficamente, a que chama comunidade local; e uma outra comunidade que é formada por uma rede de associações que são predominantemente caracterizadas pela sua responsabilidade em relação a um interesse comum, a que chama, comunidade de interesse.

Podemos referir que a comunidade não se define apenas em termos de localidade. *“É a entidade à qual as pessoas pertencem, maior que as relações de parentesco, mas mais imediata do que a abstração a que chamamos "sociedade". É a arena onde as pessoas adquirem as suas experiências mais fundamentais e substanciais da vida social, fora dos limites do lar”* (Cohen, 1985, p. 15).

A comunidade é o nervo central para a sustentabilidade da construção de alternativas de desenvolvimento dos territórios, capaz de gerar sinergias criativas localizadas no envolvimento das populações.

Segundo Habermas, Tourine e Bauman *“Se tem que existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, esta só pode ser (e tem que ser) uma comunidade tecida de partilha e preocupação mútua, uma comunidade preocupada e responsável pelo direito igual de se ser humano e pela capacidade igual de agir de acordo com esse direito”* (Tourine e Bauman citado por Delanty, G. in Koppers, P. and Gwen, R. 2007, p. 31).

Na generalidade podemos dizer que comunidade implica ter algo em comum, podendo esse algo, serem pessoas, um local, um interesse. Nesta conjuntura, podemos referir que a comunidade é parte integrante de um todo e que a sua participação ativa contribui para o bem comum.

II.2 – Desenvolvimento Local / Comunitário

O desenvolvimento local é um processo de transformação da realidade sustentado na capacitação das pessoas para o exercício de uma cidadania ativa e transformadora da vida individual e em comunidade. É de capital importância que os grupos não sejam meros utentes de serviços, mas, atores e autores das práticas de desenvolvimento local.

Este modelo de desenvolvimento caracteriza-se por um processo de melhoria das condições culturais, económicas, educativas e sociais das populações através de iniciativas de base comunitária, de valorização dos recursos humanos e materiais em ligação privilegiada com as populações locais e as instituições do território em zonas rurais ou urbanas, no litoral ou interior.

“(...) o Desenvolvimento deve ser um processo integrado, envolvendo as dimensões económica, social, cultural, ambiental e política, privilegiando para essa integração o trabalho a nível local, em meios desfavorecidos, atuação que não se esgota na componente económica do Desenvolvimento, incluindo também com destaque a educação para a auto-estima, a cidadania ativa e a valorização da cultura local” (Viveiros, A. L. N., 2008, p. 2)

Ainda segundo o mesmo autor, falar em desenvolvimento⁴ local implica refletir sobre o desenvolvimento comunitário ou desenvolvimento da comunidade. Os modelos e princípios metodológicos subjacentes aos conceitos de desenvolvimento são análogos na sua ação de base comunitária.

“A forma consensual de definição de desenvolvimento comunitário passa invariavelmente por duas fases: começa-se a definir o que é comunidade e por uma espécie de acrescento, um passo num degrau qualitativo, chegamos ao desenvolvimento da comunidade”. (Fragoso, 2005, p. 24).

Rudolf Rezsöházy (1988, p.18) afirma que, *«(...) o Desarrollo Comunitário es una acción coordinada y sistemática que, en respuesta a las necesidades o a la demanda social, trata organizar el progreso global de una comunidad territorial de una población-objetivo, con la participación de los interesados.»*

O desenvolvimento comunitário é o esforço para melhorar as condições de vida daqueles que habitam um local (a comunidade e o seu espaço geográfico e cultural) tomando em linha de conta a especificidade desse local. Procura o desenvolvimento

⁴ Baseando-nos no que nos indica o dicionário de Língua Portuguesa, desenvolvimento implica movimento, movimento para a frente, uma dinâmica que ajuda a progredir, implica avanço.

equilibrado e integrado de uma comunidade, com o máximo respeito pelos seus valores próprios e procurando tirar partido da sua riqueza histórica.

O desenvolvimento comunitário, enquanto ação concertada que produz a tomada de consciência acerca das potencialidades locais, promove, conseqüentemente, iniciativas geradoras de riqueza e de emprego que correspondem a um plano local de desenvolvimento integrado, neste sentido podemos referir que é acima de tudo, a concertação de estratégias e metodologias de ação que pretendem alterar, para melhor o contexto e o nível de vida das pessoas duma comunidade.

Silva (1964) refere que devemos às Nações Unidas a seguinte definição: "O desenvolvimento comunitário é uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social, e cultural das suas coletividades, de associarem essas coletividades à vida da nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do país" (Silva, 1964, p. 506).

Para esta autora, o desenvolvimento comunitário, parte das necessidades sentidas pela população e sobre elas constrói o plano de ação contando, desde o começo, com a iniciativa, a responsabilidade e liberdade de escolha por partes dos interessados.

Todo o desenvolvimento comunitário tem por objetivo proporcionar aos intervenientes, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, que visa mudanças nas estruturas políticas, económicas, sociais, educativas e culturais.

No fundo estamos a operar transformações substanciais no modo de vida dos povos e a preparar uma mentalidade nova favorável ao progresso, capaz de o assimilar e apta à cooperação, sem esquecer as origens, o passado.

Nunes Viveiro (2008) vai ao encontro das ideias de Silva, quando afirma que "o desenvolvimento comunitário é um desafio permanente, espaço de construção de uma cidadania ativa e fundamento da democracia participativa. A comunidade é o nervo central da sustentabilidade da construção de alternativas de desenvolvimento dos territórios, capaz de gerar sinergias criativas localizadas no envolvimento das populações" (Viveiros, A. L. N., 2008, p. 4)

O desafio do desenvolvimento comunitário reside no axioma "pensar global, agir local", ou seja, é baseando-nos na realidade social existente que devem procurar soluções participadas, integradoras e valorizadoras das gentes e dos recursos. (Nunes Viveiro, 2008)

E um desafio permanente, espaço de construção de uma cidadania ativa e fundamento da democracia participativa. O desenvolvimento de iniciativas no sentido da capacidade produtiva e bem-estar da comunidade; bem como outras direcionadas para a dinamização num âmbito mais social e cultural.

II.3 – Cultura, Identidade e Memória

A sociedade tem sido, ao longo dos tempos, testemunha de muitas mutações, sendo os conceitos de património, património cultural e identidade exemplos das mesmas. O património entendido como representação e afirmação de uma determinada identidade consolidou-se com a Nova História, após a Segunda Guerra Mundial, altura em que a compreensão do papel do indivíduo na sociedade se altera (Stefanello, L. Z., e Padoin, M. M. s/d)

O património, constituído por ideias e por objetos com os quais as sociedades afirmam as suas diferenças perante os outros, é hoje fundamental na celebração da memória e na construção/reconstrução das identidades. Mas, se é verdade que os conceitos de cultura e identidade são olissémicos, a verdade é que às vezes se tornam muito pouco operatórios, na medida em que se basifica, tantas vezes, o seu uso, mesmo entre a comunidade dita letrada e intelectual. Identidade e cultura, na boca de tantos sujeitos, são tudo e são quase nada.

II.3.1 - Cultura

Vamos agora refletir sobre o conceito de cultura *“É um determinado conjunto de modelos de comportamentos, de usos e costumes, de instrumentos e objectos, usados por uma população, geralmente confinada num espaço geográfico definido”* (Ferreira, J. M., 1983, p. 23).

Assim entendida, cultura é uma realidade precisa e concreta, isto é, diz sempre respeito a uma população assinalada por características peculiares, que a distinguem doutras populações. Se falarmos de cultura portuguesa queremos referir um conjunto de elementos que caracteriza os portugueses, poderíamos até dizer que cultura portuguesa é aquilo que faz com os portugueses sejam portugueses. Hoje diz-se frequentemente que a cultura dum povo é aquilo que constitui a sua identidade.

Essa identidade, a cultura que a define, como refere o mesmo autor *“não é fruto dum projecto racional, elaborado à maneira como se pode projectar e realizar, de raiz, uma fábrica, um complexo industrial, uma urbanização”* (idem).

Uma cultura é “o resultado dum processo histórico (homem - outros homens, homem – ambiente), longo e lento, de acordo com condicionalismos de vária ordem: geofísicos, económicos, delimitações de espaços e fronteiras, tecnologias, produções, valores, etc” (idem). Nesse processo vão-se integrando, afeiçoando, compondo, os vários elementos até constituírem um todo coerente.

Ao referirmos que uma cultura é um todo relativamente coerente, devemos dizer o seguinte:

- por um lado os seus elementos têm relações mútuas e se explicam e completam uns aos outros, isto é, os monumentos com os seus estilos, românico, gótico, etc., têm a ver com o universo em que se inserem, com os costumes e aspirações das terras e gentes contemporâneas, com os seus modos de pensar e sentir, de trabalhar e comunicar.
- por outro lado a coerência interna da cultura como um todo é apenas relativa: não é fixa nem imóvel. Cultura é realidade dinâmica: é um “povo em movimento”, em evolução, nessa evolução os elementos integrantes vão-se alterando: uns perdem significado e funções, outros aparecem e afirmam-se.

A cultura tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída e pensada (Ribeiro, 1998):

- Cultura inanimada, que não envolve diretamente a atividade humana (ex: edifícios históricos);
- Cultura refletida na vida quotidiana, que constitui motivação habitual do indivíduo que pretende observar as atividades habituais de lazer, sociais e económicas dos habitantes;
- Cultura especialmente animada, que pode envolver acontecimentos especiais (ex: festivais de música).

II.3.2 - Identidade

Considerando que hoje identidade é um termo comum, vulgarmente invocado, mas raramente definido no plano conceptual.

Etimologicamente, o termo provém do latim, cujo sentido semântico, pela significação conjugada que contém, apresenta-se polissémico, complexo, contraditório e paradoxal, praticamente em oposição entre a semelhança e a diferenciação. O prefixo “idem” com entis remete para idêntico a si próprio, semelhante; e identem com

o sufixo “dade”, remete para qualidade do que é único, próprio, singular. Identidade significa portanto que cada um se define por características comuns a todos aqueles que são semelhantes a si e por modos de ser e características próprias que permitem distingui-lo de todos os outros.

O mesmo sentido paradoxal reconhece-se também em outros termos com um significado próximo de identidade, tal como pessoa, que se refere a qualquer ser humano e a nenhum outro e o termo indivíduo, considerado ao mesmo tempo exemplo de uma série que possui traços comuns de membros da mesma espécie e a um corpo indivisível, único, sem outro igual a si mesmo. (Ribeiro, s/d, cit. por Lipiansky, 1992), refere que se torna mesmo necessário que o paradoxo não se resolva, o que poderia assinalar a perda de identidade.

A construção da identidade na sociedade contemporânea vincula-se a interação do sujeito com o meio social no qual está inserido, o que permite que este se localize socialmente.

Os investigadores como Josep Ballart (1997; 2001); José Amado Mendes (1999), Elsa Silva (2000) ou João Ramos (2002) contribuem significativamente para a compreensão das relações que se podem estabelecer entre património e identidade, na medida em que referem que o conceito de património só tem sentido quando os indivíduos se identificam com os objectos que o compõem. Neste sentido, estes objectos patrimonializados são apropriados pelo grupo, no sentido de tornar visível o seu sentimento colectivo de pertença. Eles constituem, portanto, os elementos sob os quais se funda a identidade de um grupo e o diferencia dos demais.

Claude Cluzeau refere-se ao património como *“tudo o que merece ser conservado ou, mais precisamente, como os componentes materiais e imateriais de identidade de toda a sociedade humana... constitutivos da sua identidade...”* (Cluzeau, 1998, p. 41).

A questão da identidade passa por uma elaboração permanente, não estática, nem correspondendo a uma visão conservadora e nostálgica. O património edificado é um elemento de referência na construção da identidade. A partir dele, como referência simbólica essencial, devemos poder ler o fluir da história, o passado, o presente e o futuro em construção.

Ora aqui importa referir o termo identidade cultural que segundo a conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (UNESCO, México, 1982) a *“Identidade cultural parece propor-se hoje como um dos principais motores da história: não se trata nem*

de um património fossilizado nem de simples reportório de tradições, mas de uma dinâmica interna, do processo de criação permanente de uma sociedade”.

Assim, a identidade cultural representa a memória, a consciência coletiva de um grupo, a respeito dos quais cada um extrai, espontaneamente, determinados comportamentos e atitudes que todos consideram significativos.⁵

A Identidade Cultural de uma sociedade: pode ser captada, tanto do exterior como do interior da mesma, através da história, dos seus costumes, da sua produção literária e artística, da sua música, dos seus monumentos, das suas tradições orais. Além destas manifestações tangíveis, a identidade cultural é o sentimento que é experimentado pelos membros de uma coletividade que se reconhecem nessa cultura.

II.3.3 - Memória

À dificuldade na definição do objeto patrimonial, a qual advém das interferências entre memória e história, soma-se a complicação trazida pela crescente valorização e progressivo alargamento do conceito de património cultural, que fazem da conservação um dogma e um culto do nosso tempo.

Culto este, que se iniciou com o Renascimento italiano, quando surgiu um novo “valor de rememoração” e os objetos da antiguidade (mas também as curiosidades) começou a ser apreciado pelo valor artístico e histórico, e quando surgiram um pouco por toda a Europa os tesouros de príncipes e magnatas, geralmente pequenos palácios especiais, onde se acumulavam preciosidades e raridades.

O homem descobriu-se a si próprio, deslumbrado pela riqueza da sua natureza e pela variedade das suas virtualidades, e o ecletismo dessas primeiras coleções traduziu, de certo modo, a própria diversidade das possibilidades humanas.

Este culto ganhou, não obstante, muitas e novas dimensões, mas o que o alimentou já não é a hipertrofia da história, mas a hipertrofia da memória. De facto, a memória tornou-se uma obsessão cultural de enormes proporções e tornou-se uma chave fundamental para compreendermos a sensibilidade do nosso tempo.

⁵ Vallbona e Costa (2003, p.11) identidade cultural é um “*Sistema de conteúdos, crenças, de ideias e pensamentos, de valores, de normas, de conhecimentos, de intenções, de desejos explícitos e conscientes, de emoções e paixões, de ilusões e motivos inconscientes presentes numa dada comunidade (local, regional ou nacional) e num momento histórico determinado*”.

Ander-Egg (1999) “*Toda a identidade cultural – como distintivo pessoal, grupal ou nacional – configura-se a partir de cinco factores principais que constituem o ‘núcleo vivente de uma cultura’*” Ander-Egg (1999, p. 66)

Vieira (2005) “*A identidade não é igual nem a cultura material nem a cultura imaterial. A identidade serve-se da cultura para marcar a diferença; para distinguir os de aqui dos de fora, os que classificamos como outros [...]*” (Vieira, 2005, p. 28).

Esta “febre mnemónica” fez da época em que vivemos a era das comemorações, como afirmou Pierre Nora (1984). O que está em jogo, assim, na questão da memória, é a negociação do passado, o uso (cultural, político, ideológico) do passado no presente, o privilégio das representações relativamente aos factos e às práticas.

O investimento que a sociedade local faz no que define como seu património, sendo substancial, demonstra como aquele se tomou basilar na definição da identidade local, regional, nacional, e, mais recentemente, global. Neste sentido, o património encerrado ou não, remete-nos automaticamente para a questão da memória, e esta é a âncora que dá substância ao sentimento subjectivo de pertença. A memória do passado permite o presente e projecta o futuro da sociedade local. Assim, o património tomou-se, ao longo de uma modernidade caracterizada pelo efémero, pela produção e destruição acelerada de bens de consumo (cf. Casal, 1999), num veículo de transmissão, conservação e reprodução da memória social, a qual é, como refere Paul Connerton (1993), fundamental para legitimar a ordem social presente. Neste sentido, por intermédio dos artefactos, podemos observar como uma comunidade constrói e reconstrói a sua memória cultural (cf. Branco e Oliveira, 1993; Branco, 2003).

Daí que existam inumeros estudos que procuram compreender os lugares como meios de acesso a uma memória, que não é memória, é história, porque está reconstituída através de vestígios. Essa memória não é mais construída na comunidade, mas para a comunidade pela história, para que esta possa encontrar nela, elementos que legitimem a sua acção política no presente (Arevalo, 2007).

Devido à importância da preservação da memória, da necessidade de reconstituição de si mesma, encarada como algo do passado para o presente e por isso preservar vestígios. Nesse ponto, observamos a importância que adquire o património como materialização de uma identidade, que é, acima de tudo, imaterial, pois deve estar constituída na memória das pessoas.

II.4 – Património, territórios rurais e turismo

II.4.1 – Património e territórios rurais

O conceito de património tem tido, ao longo dos tempos, vários significados. Começou por estar ligado à sua origem etimológica do (do romano *patrimonium*) e dizia respeito apenas à herança material e à sua transmissão legal de geração em geração

(Carvalho, 2005). O património não é só aquilo que herdamos, mas também aquilo que determinada geração pretende deixar no futuro.

Podemos dizer que o património é a herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras.

Como escreve Yves Champetier (1998), “(...) *quer seja natural ou cultural, paisagístico ou arquitectónico, histórico ou artístico, o rico património dos territórios rurais europeus representa efectivamente, um recurso a valorizar e a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento*” (Yves Champetier (1998, p.47).

Se, tomando à letra a expressão habitual nos meios de comunicação social e na opinião pública, o passado é uma reinterpretação para o presente, ou dito de outra maneira, segundo Micoud (1995, p.65), “(...) *as sociedades modernas reinterpretem a tradição (...)*”, o sentido de ambas as expressões conduz-nos ao reconhecimento de que, por exemplo, as regiões e as comunidades rurais, aparentemente inertes, são na realidade sistemas em equilíbrio, complexos mas também instáveis.

Os significados de “património rural” são variados e assumem diferentes modalidades. Porém, tende a prevalecer uma ideia base: a de que o mesmo património rural tende a ser equacionado, cada vez mais, enquanto variável importante, senão mesmo determinante em alguns espaços rurais, sobretudo no âmbito de processos de revitalização económica e social.

Para falar de património rural temos que referir que este é um importante repositório da cultura material e imaterial do interior do País. Trata-se normalmente de património não monumental, relacionado com o trabalho pré-industrial e com os valores das sociedades tradicionais, por isso a sua identificação e interpretação é complexa dado o sincretismo nas realizações populares entre forma, função, mentalidade e imaginário.

Além de ser imperativo o seu conhecimento e inventariação, este património constitui um valor incontornável de qualificação dos territórios e de afirmação de identidades, possuindo um apreciável potencial diferenciador e aumentando a atractividade e competitividade regional. É pois cada vez mais um desafio a sua integração adequada nos instrumentos de planeamento local e regional e nas consequentes políticas de desenvolvimento.

A necessidade de defender o património⁶ legado por gerações dos pequenos aglomerados rurais de construções despojadas e frágeis de cariz simplista mas

⁶ Segundo, Yves Champetier (1998, p.65), “(...) *para certos territórios o património constitui o recurso em torno do qual poderão articular-se a estratégia de(re)desenvolvimento e a vontade de forjar uma nova identidade local (...)*”.

extremamente eficaz no que se refere a singularidade, originalidade e genuinidade, como na forma criativa de gerar formas e volumes definindo espaços únicos, que podemos denominar por arquitetura feita pelos não arquitetos.

A freguesia de Maceira possui todo um variadíssimo património, quer construído, natural e mesmo, se não o mais importante, recursos humanos, em quantidade e qualidade para se tornar possível uma reinvenção, ou seja, dar vida àquilo que se julga estar num estado adormecido.

Maceira é, sem dúvida, uma aldeia detentora de um vasto património, potenciador de inúmeras ações de carácter lúdico-pedagógica integradas também no âmbito do património rural que pode ser potencializado através da animação. no âmbito da Animação

II.4.2 – Património Cultural

Ao longo dos tempos, têm sido vários os conceitos para definir património cultural, sendo que alguns conceitos serão mais amplos que outros, e até mais complexos comparativamente a outros.

A proposta de definição de Pierre-Laurent Frier diz que o património é um: “... conjunto de marcas ou vestígios da actividade humana que uma dada comunidade considera essenciais para a sua identidade e memória colectivas, a preservar e transmitir às gerações vindouras”. (Frier, 1997, p.23).

Por outro lado o *Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado* (UNIDROIT) define o património cultural como: “... os bens que, por motivos religiosos ou profanos possuem importante valor arqueológico, pré-histórico, literário, artístico ou científico e que integram uma das categorias enumeradas em anexo à presente Convenção.” (Convenção UNIDROIT, 1995, Art.º 2º)

Ora, esta definição é aparentemente bastante rígida, inflexível e limitada quanto à abrangência daquilo que se poderá considerar como património cultural, não obstante, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO*, em 2003, propõem uma visão bastante mais ampla desta noção admitindo a existência de património cultural imaterial⁷

⁷ “(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural”. “Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.” (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003, Art.º 2º, n.º 1)

Deste modo, a partir desta noção de património cultural, pode entender-se que todos os bens (a nível histórico, arqueológico, arquitetónico e linguístico), sejam eles herdados ou criados, são testemunhas civilizacionais e, por isso, são portadores de interesse cultural.

A perceção que as sociedades modernas têm do património cultural é o resultado de uma evolução rápida de conceitos, motivações e práticas. O património cultural sai de uma esfera elitista para começar a interessar e a motivar os cidadãos que procuram, nos vestígios do passado, explicações e respostas para o presente e para o futuro.

Há cada vez mais a consciência e preocupação com a efemeridade do património, daí a génese de políticas e iniciativas que visam a preservação e a valorização do património.

Ao longo do século XX assistiu-se a uma progressiva mudança de atitude das comunidades face ao património.

A recuperação de património deixou de ser simplesmente a recuperação de um determinado bem material, passou a ser a recuperação de uma identidade, que pelo seu valor representa um testemunho de gerações anteriores que necessita ser preservado. A sua preservação como valor de capacidade humana, deve ser uma preocupação contígua de todas as gerações (Aires-Barros, 2003).

Segundo Costa (2003), *“a partir do património devemos poder ler o fluir da história, o passado, o presente e o futuro em construção”* (Costa, 2003, p. 54)

Porém, em 2003 que teve lugar, pela UNESCO, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* onde se reconheceu que o património apenas existe como tal se houver o reconhecimento público do valor de determinado objeto material ou imaterial, sendo importante a existência desses mesmos objetos para a identidade de um determinado grupo de pessoas, contribuindo para o reconhecimento da importância da defesa da diversidade cultural. Ou seja, reconheceu-se que este património cultural imaterial manifesta-se através de tradições e expressões orais, usos sociais, rituais e atos festivos, técnicas tradicionais, artes e espetáculos, conhecimentos e usos, sendo que o ser humano é o centro de toda esta atividade e através destes elementos consolida a diversidade cultural que auxilia na distinção dos povos e das suas identidades próprias.

Todos estes aspetos apenas detêm algum valor pela presença do elemento humano.

E é a presença do elemento humano e toda a diversidade cultural a base para a prossecução de um projeto de desenvolvimento comunitário assente num território rural, onde recuperar património é produzi-lo para o turismo. Assim, os espaços culturais devem ser vividos e incorporados na experiência da população local como espaços sociais, funcionar como elementos unificadores e de divulgação da identidade desse território no sentido do seu próprio desenvolvimento.

O património cultural é o espelho de valores de memória, de autenticidade e singularidade, integrando neste contexto os bens intangíveis que representam partes da identidade e memória de uma comunidade. Em suma, inclui-se no património cultural todos os bens tangíveis ou intangíveis, dotados de valor próprio, relevantes para o testemunho da identidade, cultura e história de cada comunidade.

II.4.3 – O património ao serviço do turismo

O mundo rural é detentor de todo um património cultural vivo, diversificado e dinâmico e que são afinal as suas tradições, memórias e objetos que, por vezes, não são reconhecidos como cultura. Mas como nos refere Aloísio Magalhães, citado por Maria Célia Santos, *“É a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. Além disso, é deles e de sua reiterada presença que surgem expressões de síntese de valor criativo que constitui o objeto de arte.”* (Santos, 1994, p.79).

O património necessita de ser entendido em todas as suas transversalidades. Podendo, assim, entender toda a cultura de uma comunidade, e dos elementos que são parte integrante do seu património vivo e imaterial, afinal, a sua grande riqueza.

Neste sentido, há que recolher esses elementos para os estudar, valorizar e preservar para finalmente os divulgar às gerações vindouras, pois a gradual e paulatina modernização das comunidades rurais contribuirá, inevitavelmente, para o desaparecimento das tradições, dos saberes e do saber-fazer da cultura local, contribuindo para a conseqüente diminuição da diversidade cultural e a diluição das populações nas massas uniformizadas.

Num mundo onde a globalização tem trazido graves problemas na perda das identidades locais, a revitalização dos espaços rurais adquirem uma importância vital para a sua preservação, contribuindo em simultâneo para que essas mesmas identidades possam permitir aos cidadãos refletirem sobre a *sua comunidade*, a *sua* identidade e os problemas quotidianos vividos por eles mesmos.

O património, sendo um *recurso endógeno*, poderá ser considerado como um “produto” exclusivo das comunidades rurais e locais. Pode, por isso, ser encarado como um produto competitivo pela sua exclusividade.

Ao ser preservado tanto o seu património tangível como intangível, está-se a contribuir com produtos que, postos ao serviço do turismo, constituem desta forma um dos fatores de desenvolvimento local.

Nas palavras de José Sousa e Silva, Subdiretor Geral da Direcção-Geral do Turismo, “(...) o turismo é reconhecido como um meio suscetível de valorização do património natural e cultural, de correção de assimetrias e de melhoria da qualidade de vida dos residentes.. (...) Os recursos naturais e culturais constituem a base ambiental de sustentação das atividades turísticas, atuando como o fator motivador dominante da procura e do desenvolvimento turístico.” (Sousa e Silva, 1998, p.18-19)

Esta noção de turismo sustentável resulta da conciliação entre o desenvolvimento do turismo, e seus respetivos objetivos económicos, com a manutenção dos recursos que estão na base da sua existência. Estes recursos serão necessariamente as riquezas naturais, culturais, as características sociais e, por vezes, as características comunitárias de um determinado território rural.

O turismo pode, naturalmente, contribuir para o aumento do orgulho pessoal e comunitário da identidade cultural. Trata-se de separar particularidades ou especificidades do território para valorizar a identidade sócio-cultural de uma comunidade.

È neste contexto que emerge, então, uma nova forma de turismo - o Turismo Cultural, cujo principal objetivo era a descoberta de monumentos e de interesse cultural, bem como aspetos sociais referentes à cultura.

Em 1976 é elaborada pelo ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) a Carta do Turismo Cultural onde foram apresentadas as principais preocupações dos responsáveis pela gestão e conservação do património arquitetónico. Esta Carta reconhece os efeitos positivos do Turismo e aconselha a uma cooperação entre organismos no sentido de se obter uma integração dos valores culturais nos objetivos sociais e económicos das comunidades locais.

A complexidade da construção do Turismo Cultural exige uma relação dinâmica entre vários tipos de atividades e instituições para o seu desenvolvimento.

O turismo cultural pode ser visto como uma estratégia de regeneração rural, uma vez que, pode fornecer as bases para reanimar os territórios rurais de baixa

densidade demográfica, envolver a população local, bem como valorizar o próprio território.

Este tipo de turismo tem como base a ligação entre o passado e o presente, o contacto com o legado cultural e a forma de ser e estar de cada comunidade. Abre perspectivas para a valorização e revitalização do património, bem como das tradições e bens culturais materiais e imateriais. É uma forma de diferenciação do produto turístico, com um papel reconhecido na construção da imagem de um território.

O turismo cultural proporciona, deste modo, aos cidadãos uma tomada de consciência da necessidade de salvaguarda desse património que é seu, é vivo e permanente e por isso se lhe reconhece um valor intrínseco.

Pois o Turismo cultural, está diretamente ligado ao património etnográfico, folclore e artesanato, aos museus, monumentos e imóveis de interesse público, às atividades culturais e recreativas; às festas populares e feiras comerciais temáticas;

De acordo com Cristina Siza Vieira, Diretora-Geral do Turismo, os meios rurais oferecem amplas possibilidades de desenvolvimento de atividades de animação, as quais devem adaptar-se às especificidades dos territórios bem como à tipologia do público-alvo (juvenil, adulto, sénior).

Importa ter presente que em destinos rurais o turista procura sobretudo, atividades de animação com um elevado grau de autenticidade, enquadráveis nas particularidades da vida local.

Mas para que exista dentro da comunidade ação capaz de produzir desenvolvimento, é necessário a presença de agentes ativos que atuam de forma a estimular e a envolver a própria comunidade e todos os seus visitantes.

É neste contexto que podemos falar da animação artística do papel do animador como agente promotor de desenvolvimento comunitário.

II.5 - Animação Artística como Instrumento Mobilizador

A primeira vez que se utilizou o termo “animação” foi em 1955, na Áustria, no decurso de uma reunião da UNESCO. O seu desenvolvimento teve lugar na década de 1960, na França. Depois da Segunda Guerra Mundial, a França teve que reconstruir as suas cidades.

A construção de novas urbanizações e bairros levou à necessidade de dar um novo sentido à comunicação e a Animação foi o instrumento ao serviço deste fim. Posteriormente, foi utilizada também em aldeias e contextos rurais que tinham perdido

o seu sentido de identidade. O termo Animação universalizou-se rapidamente pelo mundo cultural francês, sendo adotado pela UNESCO. No mundo anglo-saxónico, a tradução do termo foi o conceito de community development (López de Ceballos e Salas Larrazábal, 1988). Neste sentido, podemos considerar a Animação como uma estratégia de intervenção.

Partindo para o modelo territorialista, que se apresenta segundo Cristóvão (1997) como sendo: *“(...) parte do pressuposto que o desenvolvimento e a satisfação das necessidades da população têm e passa pela mobilização das potencialidades endógenas das respetivas regiões, da sua cultura, da sua identidade, do seu património e, em particular, das pessoas associadas e envolvidas no próprio processo de desenvolvimento local, apelando assim a um desenvolvimento pela base (...)”* (Cristóvão, 1997, p.98).

Este modelo acentua a importância e o empenho das pessoas e das associações locais para o desenvolvimento. Nesta perspetiva vários investigadores, entre os quais, Amaro (1991) e Reis (1992) analisaram os territórios como uma dimensão duplamente relacional. Para que tal processo seja exequível e eficaz importa obter, como refere Reis (1994) *“(...) um determinado limiar de densidade demográfica, para além da dimensão técnico-económica, institucional e humana, dimensões essas necessárias ao sucesso do processo de desenvolvimento (...)”* (Reis, 1994, p.56).

No entanto, qualquer abordagem em torno do desenvolvimento não só deverá assumir os agentes locais como protagonistas do desenvolvimento como terá de articular o desenvolvimento com as questões culturais, patrimoniais, ambientais e a população.

É neste contexto que a Animação tem um papel fundamental nesta freguesia, mais precisamente na freguesia de Maceira.

A Animação Artística foca-se na problemática da interação entre os universos formais e não formais de educação, arte e de cultura, entendidos como espaços potenciais de desenvolvimento pessoal e social, particularmente através do contributo das artes.⁸

⁸ “A arte é simultaneamente manifestação de cultura e meio de conhecimento cultural. Cada cultura possui as suas expressões artísticas e as suas práticas culturais específicas. A cultura, na sua diversidade, e os seus produtos criativos e artísticos, representam formas contemporâneas e tradicionais de criatividade que contribuem de forma incomparável para a nobreza, o património, a beleza e a integridade das civilizações humana” (Comissão Nacional da UNESCO, 2006, p. 8)

As artes são por excelência o instrumento capaz de promover o espírito analítico, problematizador e criativo, a curiosidade intelectual, a abertura à pluralidade de perspectivas e de identidades, o trabalho colaborativo e a autoconfiança, fomentando, instigando e motivando, a ação do indivíduo, de forma abrangente, inclusiva e democrática, desenvolvendo assim a sua cidadania, com projeções no seu próprio desenvolvimento e afirmação, na sua cidadania e na participação ativa na dinâmica artística, cultural e social.

Pelo papel relevante que exerce na dinamização pessoal e social, a Animação Artística pode constituir um modelo do aumento da auto-estima individual e coletiva, pela valorização de capacidades, pelo desenvolvimento de competências participativas e interventivas dos indivíduos, contribuindo assim para a qualidade de vida, de forma a responder aos grandes desafios do mundo atual, nomeadamente, a construção de um futuro mais sustentável, plural e democrático.

A Animação Artística com a criatividade que é inerente na sua intervenção, pode globalmente contribuir para a transformação social, no mundo dos nossos dias.

“Há quem afirme que a criatividade expressa através da cultura é o recurso mais equitativamente distribuído do mundo” (Comissão Nacional da UNESCO, 2006, p. 16)

Através do recurso às artes, a Animação Artística torna-se capaz de desenvolver sinergias, valores e atitudes, nos indivíduos e na comunidade, de forma integrada e transversal, podendo compreender-se como uma metodologia de intervenção no desenvolvimento artístico, cultural e social, na educação e capacitação dos indivíduos, para a consciencialização dos problemas e potencialidades da comunidade e do contexto sociocultural, constituindo um recurso para a afirmação, da liberdade e da identidade individual, promovendo a mudança social rumo a uma sociedade libertadora e integradora, em que todos tenham lugar e uma participação ativa e construtiva.

Posto isto, cabe a um técnico especializado, nomeadamente, ao Animador intervir de acordo com os pressupostos da Animação Comunitária e através da criação de dinâmicas, ir de encontro às necessidades e motivações sentidas nesta freguesia, sem descurar todas as potencialidades que a mesma possui, quer em termos patrimoniais, culturais, naturais e sobretudo humanos.

II.6 - O papel do animador artístico enquanto agente promotor de desenvolvimento comunitário

A animação define-se, de uma forma geral, na maneira de atuar em todos os campos do desenvolvimento da qualidade de vida de uma determinada comunidade.

Representa um conjunto de passos com vista a facilitar o acesso a uma vida mais ativa e mais criativa, à melhoria nas relações e comunicação com os outros, para uma melhor participação na vida da comunidade de se faz parte, desenvolvendo a identidade do indivíduo e a sua autonomia.

A animação apresenta-se assim, como uma perspetiva ampla de mudança/transformação social e como um espaço novo de educação e de recreação cultural.

No que concerne mais concretamente à animação artística esta foca-se na problemática da interpenetração entre os universos formais e informais de educação, de arte e de cultura, entendidos como espaços potenciais de criatividade e de desenvolvimento pessoal e comunitário, particularmente através do contributo das linguagens e dos instrumentos da animação recreativa, cultural e artística. Os conceitos centrais de comunidade e de animação, balizam a conceção, a implementação e a avaliação de projetos orientados para populações e grupos, em função de necessidades e de aspirações devidamente contextualizadas e identificadas como objetivos e percursos de desenvolvimento.

Neste contexto, o Animador é um profissional que intervém em situações de promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações, criando desejo e necessidade de participação social. Desenvolve, integrado em equipas multidisciplinares, projetos e programas, em parceria, de dinamização e de apoio a indivíduos, grupos, instituições e comunidades, no âmbito social, cultural e educativo. O animador exerce o papel de interventor e de mediador entre as necessidades da população, estejam estas ou não em situação de carência, de desigualdade ou de exclusão social, e os meios para as suprir. São elementos básicos da atividade de animação, o animador, como provocador, facilitador ou mediador, uma ação, um elemento dinâmico de transformação ou mudança e um destinatário, indivíduos, grupos, instituições ou comunidades.

Como produtores de inquietude, o animador artístico tem um papel fulcral junto de comunidades mais desfavorecidas, pois todos nós somos artistas, e os seniores, mais precisamente a população rural, não são exceção. Como tal cabe ao animador

fazer sair esse artista que existe em cada um deles, de forma que sintam possuidores de talento, de algo que podem utilizar, usufruir para divulgar, ensinar, mostrando-se vitalizadores do social.

O papel do animador artístico passa, neste sentido, por estimular e envolver a população alvo, o auto-conhecimento, trabalhando com a sabedoria e a sensibilidade de cada um, a fim de que possam questionar-se sobre si mesmo, para auto construir-se conscientemente, para alcançar a realização humana.

Estes agentes denominados de animadores, desempenham no seu dia a dia papéis diferenciados de acordo com as características do trabalho que desenvolve. O animador tem um papel importante dentro do seu grupo de trabalho, pois é a si que compete dinamizar o grupo ou comunidade e facilitar a comunicação entre todos os membros.

No âmbito do desenvolvimento comunitário, o animador poderá também ser denominado de animador turístico, deve estar atento aos problemas e necessidades da comunidade em que está inserido, diagnosticando-os antecipadamente, discutindo-os em grupo, ou seja, com a comunidade e elaborando uma programação, um plano estratégico, que deverá ser flexível, pois o mesmo deverá ir ao encontro dos problemas diagnosticados.

Deve ser um bom gestor, de forma a prever quais os recursos humanos e materiais que necessita gerindo-os de acordo com o tempo, as tarefas a desempenhar, os resultados esperados, levando a comunidade a participar ativamente e a agir autonomamente, sem esquecer que a população faz parte integrante, e a mais importante, deste processo de dinamização e desenvolvimento de um espaço rural.

Ao animador compete dar um passo em frente, por vezes decisivo, mas sempre a partir das etapas percorridas pelo grupo. Só reconhecendo e valorizando o capital de saberes e experiências, é possível reinvesti-lo em novos projetos que vão reforçar a sua caminhada. Animar, é dar vida, dar alma, imprimir movimento, transmitir força e energia, dar impulso ao desenvolvimento.

II.7 - A Animação Artística no contexto das aldeias culturais

Falar de Animação implica fazer referência à participação, grupo, ócio, cultura, tempo livre, motivação, território, comunidades, entre outros fatores. Mas há que fazer ressaltar o aspeto grupal e comunitário que está subjacente a qualquer atividade sociocultural.

Outro fator caracterizador da Animação é que implica participação ativa do indivíduo, ou seja, o seu principal objetivo é dinamizar uma comunidade com a participação ativa da mesma.

Segundo Toni Puig (1985), “(...) *l’animación és la sal de la paticipación*” (Toni Puig 1985, p.23). E Pierre Besnard (1988) define animação da seguinte maneira: “(...) *Designamos como animação toda a ação, dentro de um grupo ou sobre ele (uma comunidade ou um meio), destinada a desenvolver a comunicação e a estruturar a vida social, recorrendo a métodos semi-diretivos; trata-se de um método de integração e de participação (...)*” (Pierre Besnard (1988, p.27)

Estas premissas são a base para a dinamização de territórios, mais concretamente territórios rurais, sabendo-se à partida que não é tarefa fácil ao mesmo tempo que requer tempo e esforço continuado.

Pois o principal ator neste processo de desenvolvimento é a própria população, aqui o ator é o artista em que o animador terá que resgatar aquele artista já esquecido, dar oportunidade aos novos artistas para que juntos possam mostrar o seu verdadeiro valor.

O intento da Aldeia Cultural é, pois, muito mais abrangente, não diz respeito apenas ao âmbito educativo e ambiental, mais sim, a todas as dimensões inerentes a um território nomeadamente, social, ambiental, cultural e educativa, que por sua vez, são também comuns às dimensões da Animação.

Desta forma, com base nas suas dimensões e conjugando todas as potencialidades do território rural, com os objetivos da Animação, pretende-se a realização de atividades que visem o reforço do desenvolvimento de competências destes espaços, que desenvolvam a cooperação e entreaajuda, a promoção e defesa da cultura, do património local e do meio ambiente.

A dinamização de territórios rurais nesta vertente de Aldeia Cultural, neste caso concreto, a freguesia de Maceira, tem como objetivo principal, promover, preservar e potenciar o património que lhe está inerente, quer natural quer construído, assim como, a sua população autóctone que através da sua cultura, do *modus vivendi* desta população que imortalizou a paisagem, deixando marcas indeléveis da sua atividade principal que foi e continua a ser a agricultura, bem como a sua própria história.

Perante esta perspetiva, é relevante entender que o propósito central da Animação e neste sentido, estimular, sensibilizar e consciencializar as pessoas, grupos ou comunidades, atitudes abertas e orientadas para o seu envolvimento nas dinâmicas e nos processos sociais e culturais que constituem estes territórios.

Por outro lado, o método e o objeto de trabalho em Animação, deve proporcionar ao indivíduo, tempos de descoberta e de aprendizagens em grupo, proporcionar a defesa de aprendizagens diferenciadas, a defesa da cultura e do património local, a promoção da igualdade e o respeito pelas diferenças. Proporcionar também a defesa do meio ambiente e a criação do gosto por aprender, numa perspectiva de educação inter-geracional, entre a população e os visitantes.

II.8 - Os processos artísticos e a qualidade de vida da população

A expressão artística existe há muito tempo na História da humanidade, como demonstram por exemplo as pinturas rupestres, realizadas por homens pré-históricos em rochas e/ou cavernas. Hoje em dia, essa expressão artística continua viva, embora tenha sofrido, como é natural, transformações. Segundo Antunes “(...) *atualmente (...) a sua abrangência proporciona criar nos indivíduos uma consciência exigente e ativa em relação ao meio ambiente e à qualidade de vida. Não importa em primeiro plano tratar de formar artistas, atores, bailarinos, músicos, entre outros profissionais do domínio artístico, mas formar numa dimensão pessoal (...)*” (Antunes (2005, p.86).

Infelizmente hoje vivemos numa sociedade de consumo. A industrialização fez com que “tudo” fosse padronizado e massificado e com que as pessoas adquirissem “tudo” feito. Compramos bens fabricados prontos a usar, o que faz com que a nossa criatividade não seja utilizada e bem aproveitada. Transformamo-nos em seres passivos com baixa capacidade de observar e refletir. Assim, a expressão artística deve ser desenvolvida para combatermos esta tendência e ativarmos a nossa criatividade, imaginação e sentido crítico.

A conceção de processos artísticos num determinado território implica numa expansão do conceito de cultura, ou seja, toda e qualquer produção e as maneiras de conceber e organizar a vida social são levadas em consideração. Cada grupo inserido nestes processos configura-se pelos seus valores e sentidos, e são atores na construção e transmissão dos mesmos. A cultura está em permanente transformação, ampliando-se e possibilitando ações que valorizam a produção e a transmissão do conhecimento através de criações artísticas, possibilitando desta forma o reviver de situações de fizeram parte de toda uma vida.

Os processos artísticos inseridos em territórios rurais que se encontram cada vez mais desertificados contribuem, tanto para o desenvolvimento do próprio território

como também para o bem estar da população, no sentido em que estes incentivam a participação ativa das pessoas

CAPÍTULO III. - CARACTERIZAÇÃO DA ALDEIA DE MACEIRA

III.1 – Enquadramento

Maceira, uma aldeia situada no alto da serra a uma altitude aproximada de 700m, na extremidade do Concelho de Fornos de Algodres, pertence a este mesmo concelho, fazendo fronteira com concelho de Aguiar da Beira. A pequena aldeia de Maceira apresenta características *sui generis* que a distingue das demais que povoam o mesmo concelho.

Maceira é sede da freguesia do mesmo nome, é a freguesia com melhor centralidade, fazendo fronteira com cinco freguesias: Sobral Pichorro, Queiriz, Matança, Cortiçô e Vila Chã, conforme ilustram as figuras constantes do anexo nº 1.

O concelho de Fornos de Algodres é o segundo mais pequeno do distrito da Guarda, com uma população de 4991 habitantes (Recenseamento Geral da População 2011, Resultados Provisórios do Instituto Nacional de Estatística), com uma área de 133,23 km² de paisagens verdejantes e edifícios graníticos.

O Concelho de Fornos de Algodres está dividido em três partes, as quais são denominadas por Alto Concelho ou Terra Fria, Baixo Concelho ou Terra Quente e Além Mondego, constando as mesmas do Livro dos Acordãos de Algodres (Marques, 2001).

Maceira pertence à parte denominada Alto Concelho ou Terra Fria, visto se situar na parte mais alta do concelho a mais de 700m de altitude, na encosta nascente sobre o vale no qual passa a Ribeira de Muxagata. Do alto de Maceira avista-se a Serra da Estrela, Celorico, Guarda, Seia e algumas terras do concelho de Trancoso. (Marques, J.P. 2001).

Ligada à história do Concelho de Fornos de Algodres está a ocupação destas terras pelos Romanos e Lusitanos, aquando conquista da Península Ibérica pelos Romanos por volta do ano 218 a.c. foi uma época de confrontos entre Lusitanos e Romanos. O atual concelho de Fornos de Algodres inseria-se no território ocupado por esses povos. As freguesias que formam o concelho de Fornos de Algodres passaram por diversas fases de evolução até serem o que hoje conhecemos, as mesmas “

devem ter resultado de quintas ou vilas agrícolas, que se formaram depois da pacificação romana...” (Marques, J. P. 2001, p.50). Maceira provavelmente provem de uma quinta ou vila *Cham das Macieiras* chegando depois de várias fases ao actual nome *Maceira*. Mas da origem e nome desta terra pouco se sabe, mas existe uma lenda que poderá estar na sua origem, a mesma consta do Anexo Nº 2.

A antiga freguesia era um curato de apresentação do vigário de Santa Maria de Algodres, ou, segundo a estatística paroquial de 1862, da casa do Infantado.

Deve ter havido antigamente, nesta povoação, famílias fidalgas. Ao Norte, ainda hoje está uma casa bem murada, cedros, fontes e tanques, que demonstram opulência.

Não só o nome das povoações vem da altura da ocupação romana mas, todo este território, foi ao longo desse período sofrendo influências romanas, pelo que as suas marcas ficaram para todo o sempre, tidos hoje em dia como locais de referência, enriquecendo todo o Concelho a nível patrimonial, sendo, também, possuidora a freguesia de Maceira de alguns exemplos patrimoniais dessa época, os quais serão abordados mais à frente.

Da sua hidrografia destaca-se a nascente da Ribeira de Cortiçô (Telhais), a nascente de outra Ribeira no Parodizio, local da captação das águas de abastecimento da povoação; e outros, com água para rega dos campos.

Maceira, aldeia com uma enorme herança cultural, dispõe assim de uma ótima acessibilidade a par de um excelente enquadramento paisagístico e ambiental. Está servida por estradas municipais asfaltadas, a EM 583-2, e está ligada a Fornos de Algodres pela EN 330, distando desta vila, sede de concelho, cerca de 15 Km. A ligação à A25 faz-se pelo nó de Fornos de Algodres, a linha da Beira Alta, com uma estação de caminho-de-ferro a cerca de 10 Km desta aldeia.

O que motivou o Homem a instalar-se por estas terras montanhosas não é difícil de imaginar, quando por todo o lado se sente a respiração da natureza e nos deslumbramos com o horizonte que é possível alcançar.

Mais fortes que os grandes pedregulhos que se descobrem nos montes, ela mesma mistura-se com eles e compõe um casamento perfeito.

Aqui reina uma perfeita harmonia onde tudo assenta em granito, a paisagem verdejante e cheia de sabor legítimo a Queijo Serra da Estrela, a Broa de Milho e a Vinho do Dão, também eles descendentes dos mais antigos alimentos do Homem.

Percorrer a freguesia de Maceira é como fazer uma viagem perfumada por estevas silvestres, campos de pastagens, queijarias antigas podendo no final desta

viagem saborear os encantos desta aldeia através do vinho tinto acompanhado do Queijo Serra da Estrela e da Broa de Milho, aqui produzidos, que encerra no seu sabor os dons da natureza e a mestria das incontáveis gerações de pastores.

A população desta freguesia partilha a mesma herança cultural, cimentada em séculos de cultura de pastorícia e do fabrico do Queijo Serra da Estrela, nomeado uma das Sete Maravilhas da Gastronomia de Portugal em 2011.

São muitas as tradições desta Freguesia que enriquecem o seu património cultural, algumas foram caindo em desuso, mas felizmente, muitas são as que vão sendo transmitidas de pais para filhos, as mesmas serão abordadas, mais detalhadamente, à frente em ponto próprio.

III.1.1 - Caracterização Física

Maceira é uma das 16 freguesias do concelho de Fornos de Algodres, distrito da Guarda, região Centro e sub-região da Serra da Estrela.

Situada no alto da serra, é uma aldeia de altitude, mais precisamente 700 m, seguindo-se também as freguesias de Infias e Algodres com a mesma altitude. A sua altitude quebra a prumo num suave declínio do monte sobre o vale onde assentam as povoações do Sobral Pichorro e Mata, por onde passa a ribeira da Muxagata.

A morfologia do território da freguesia de Maceira é caracterizada por uma paisagem planáltica com múltiplos contrastes e diversidades, de um modo geral, é esta morfologia que caracteriza todo o território do concelho de Fornos de Algodres.

O ar que se respira nesta localidade é puríssimo, sendo por todas estas razões, como refere Marques *“talvez a povoação mais higiénica do Concelho”* (Marques, 2001, p. 302), e do alto da povoação pode avistar-se um vastíssimo horizonte.

Pode observar-se, na paisagem da freguesia de Maceira, grandes campos cultivados para alimentar os animais, que são uma fonte de rendimento. Os campos destinados à pastagem do gado ovino são a predominância por estas paragens, não fizesse, esta freguesia, parte integrante da denominada zona do Queijo Serra da Estrela, pelo que o mesmo é uma marca de referência deste território.

Podemos igualmente verificar a existência de terrenos estrategicamente organizados em socalcos, isto mais visível na zona da encosta que liga a freguesia de Sobral Pichorro a Maceira.

A paisagem desta freguesia é mais um exemplo típico de uma paisagem rural onde a mão do Homem tem tido um papel preponderante na sua moldagem.

Os traços que remontam à pré-história e que os Romanos particularizaram, tais como lagariça, calçada romana, poços, açudes, lages de granito, entre outros legados, são património que faz parte da identidade desta comunidade.

É tudo isto que molda e caracteriza uma comunidade e toda a paisagem do seu território, e como refere Conceição Moreira a paisagem *“é um dos valores mais importantes do nosso património, elas contam a história, trabalho dos homens, a sua diversidade social, testemunham os seus esforços para vencer obstáculos naturais, esforços para cada homem e de cada comunidade. São uma fonte viva de tradições, visto serem sempre herança de gerações passadas que importa transmitir às outras”* (Moreira, 1996, cite por Café, D., 2007, p. 104).

São todas estas características tão demonstrativas de uma ruralidade pura que fazem deste território um lugar único, conferindo-lhe um ambiência e traços próprios que refletem um *“modus vivendi”* particular de uma comunidade que ao longo dos tempos soube adaptar-se ao local onde criou raízes.

Neste contexto, a freguesia de Maceira possui locais de passagem obrigatória quando se visita o aglomerado tais como:

- Penedo dos Corvos;
- Lagariça dos Mouros ou lagareta escavada na rocha,
- Lajes de granito,
- Conjunto de construções rústicas bem preservadas no centro da Freguesia;
- Açude onde se encontra a antiga captação de água para abastecimento da aldeia de Maceira;
- Calçada Romana;
- Igreja Matriz;
- Capela da Senhora dos Milagres;
- Capela de Santo António;
- Cruzeiro;
- Alminhas;
- Moinho de vento;
- Forno Comunitário;
- Lagar de Azeite;

A geologia constitui um fator-chave para a compreensão de qualquer território, pois corresponde ao que ele tem de mais permanente e determina outros importantes atributos do território, como o relevo e o solo. A freguesia de Maceira é, do ponto de vista geológico, constituído essencialmente por rochas graníticas com pequenas

manchas de xistos e quartzitos. (Plano Diretor Municipal, 1994).

Situam-se a norte da freguesia no sentido de Pena Verde, localidade pertencente ao concelho de Aguiar da Beira, na propriedade do “Ribeiro”, propriedade privada, que até cerca do ano de 1970 se denominava-se de “Mineral”, as minas de urânio, desactivadas há umas poucas de décadas, mas onde se podem ver as ruínas da construção do principal núcleo de exploração.

A população mais idosa desta freguesia e do Concelho tem bem viva a lembrança do trabalho árduo do “tempo do minério”, como é conhecida essa época da exploração das minas de urânio. A exploração de minério teve início em finais do séc. XIX onde empregava quase todos os homens da aldeia, bem como do resto do Concelho, era a principal fonte de rendimento, pelo que nesse período da exploração mineira, levou à não exploração das propriedades agrícolas.

Após alguns anos de exploração a mesma foi abandonada tendo sido retomada em meados do séc. XX pela companhia das minas da Urgeiriça.

Relativamente ao clima, este, possui características de feição continental, o clima da região em que Maceira se insere está intimamente correlacionado com o seu posicionamento geográfico que influencia fortemente os gradientes de variação térmica pluviométrica.

As elevadas altitudes e a situação periférica em relação ao interior da península originam fortes amplitudes térmicas sendo o Verão marcado por um período seco (Julho, Agosto, Setembro) e quente e que se traduz não raro por carência de água para abastecimento às populações, para irrigação, entre outros. O afastamento relativo ao litoral priva a região dos efeitos moderadores do oceano, no entanto a passagem de massas de ar marítimo, provocam chuvas mais ou menos abundantes (Novembro a Abril) que por vezes têm a forma de neve.

A região é pois caracterizada por Invernos prolongados e muito frios e um período estival curto mas quente e seco.

III.1.2 - Caracterização Sócio-Económica

Tratando-se de uma freguesia com características rurais, no entanto, a percentagem de população ativa no sector agrícola em Maceira representa cerca de 75%, do total dos ativos residentes, uma vez que esta é uma freguesia com índices de envelhecimento bastante elevados.

A estrutura etária dos trabalhadores é envelhecida representando a classe dos seniores. O “êxodo rural”, com a saída da camada mais jovem, isolou os pequenos

produtores do mercado, tornando-os pouco suscetíveis aos seus estímulos e favorecendo a passividade.

A agricultura praticada em Maceira é, na generalidade, de subsistência, predominando, como nas demais freguesias do concelho, a cultura do milho, centeio, batata, azeite, vinho e gado ovino. Existem 5 proprietários de rebanhos, sendo que só três deles produzem queijo, existindo neste momento cerca de 600 ovinos registado (registo dos animais na Junta de Freguesia).

O milho é um produto endógeno da freguesia, uma vez que é de fácil cultivo e que os campos existentes, atualmente, reúnem todas as condições para a sementeira do milho, de acordo com já referido anteriormente acerca do clima e do solo desta freguesia também estas condições são favoráveis ao cultivo deste cereal.

O agregado familiar apresenta-se como sendo a base da mão-de-obra usada no trabalho agrícola. A importância do sector na região poderá igualmente estimar-se pela origem da fonte de rendimentos dos agregados familiares. De facto a venda de excedentes agrícolas como o leite, o azeite, seguindo-se a batata, o centeio, o milho, o vinho e a venda de animais, constituiu a principal receita do agregado familiar.

Mas o que tem grande domínio é a criação de gado ovino, sendo o Queijo Serra da Estrela o produto mais importante deste território.

A produção tradicional do “Queijo Serra da Estrela”, as suas características de qualidade e de implantação nos mercados, tem vindo a determinar o aumento da criação de gado ovino e a possibilitar o conseqüente acréscimo de receitas a nível local.

A manutenção dos níveis produzidos e do padrão de qualidade do queijo da Serra, passa não apenas pela defesa das pastagens serranas mas também pela modernização dos processos produtivos. A este respeito importa referir que apesar de se terem verificado algumas resistências/dificuldades na modernização desses processos temos vindo a assistir a uma adesão progressiva dos produtores às novas exigências do mercado, nomeadamente a nível de condições de higiene alimentar.

No obstante o fabrico mantém-se tradicional, é pertinente neste sentido descrever o seu processo de fabrico. Este tem início com a ordenha das ovelhas que deve ser efetuada duas vezes ao dia, uma de manhã e outra á noite sensivelmente à mesma hora, por exemplo 7 da manhã e 7 da noite.

Posteriormente o leite é colocado num recipiente onde é adicionado o cardo e o sal. O cardo é o ingrediente que permite ao leite coalhar. O cardo é extraído de uma

planta que liberta umas flores de tom lilás e que durante o período da primavera e verão é colhido diariamente ao fim da tarde.

O leite coalha num período aproximado de 30 a 45 minutos, após estar coalhado a massa é cortada com as mãos e é colocado num acincho (instrumento em metal que é utilizado para dar a forma redonda ao queijo), é moldado e espremido até ficar sem soro. Após este processo é colocado sal nas partes visíveis do queijo que permite que a sua casca seque mais rapidamente. Passadas algumas horas é retirado o acincho e colocado sal nas paredes do queijo. O queijo é colocado em repouso em local fresco e húmido. É lavado em água tépida pelo menos uma vez por semana até ficar com a cor amarelada. Passados sensivelmente 3 meses o queijo está pronto para ser consumido.

A freguesia de Maceira foi em tempos considerada o limite da região do vinho Dão, tendo aqui sido produzido o vinho dão desde o início do séc. XX até à década de 90, altura que os terrenos da vinha deram lugar à colocação de pomares de maçã. A maçã, principalmente, a maçã Bravo de Esmolfe, é o fruto típico desta região, sendo a sua origem de uma localidade denominada “Esmolfe” do concelho de Penalva do Castelo.

De acordo com o referido no ponto anterior no que concerne ao clima e ao solo, a freguesia de Maceira possui características favoráveis ao cultivo da vinha, já José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, escreveu a respeito da região do milénar Vinho do Dão “*Tudo nestas paragens são grandezas*”. Estas condições levaram à produção de um vinho de elevada qualidade, tendo em 1964 sido atribuído o prémio de “Melhor Vinho do Dão”, isto num universo de cerca de 50 concorrentes. As Menções Honrosas atribuídas a este néctar dos Deuses foram várias. Estes prémios são guardados com elevada estima pelo filho desta terra, o Sr. António Fonseca, proprietário das vinhas, actualmente com 84 anos, que lembra com saudade a agitação dos dias dos concursos, bem como toda a actividade que diz respeito ao cultivo da vinha e produção do vinho.

III.1.3 - Demografia

A freguesia de Maceira, com uma área de 8,22 km² tinha em 2001, 277 habitantes dados do Recenseamento Geral da População 2001, assim apurando os valores de densidade populacional verifico que é de 33,7 hab./km². Considerando que o Concelho de Fornos de Algodres que apresenta uma área de 133,23 Km² e em 2001 tinha 5629 habitantes, dados publicados igualmente pelo Recenseamento Geral da

População 2001, verifico que a densidade populacional é de 42,25 hab/km². Segundo estes dados e respetivos cálculos podemos concluir que a Freguesia em causa apenas representa 4,9 % da população do Concelho de Fornos de Algodres, o que não se traduz num valor expressivo e demonstrando a dispersão populacional da Freguesia.

Sendo que neste momento já podem ser alvo de consulta os Resultados Provisórios do Instituto Nacional de Estatística acerca do Recenseamento Geral da População 2011 podemos observar que as afirmações acima ficaram reforçadas, na medida em que a Freguesia tem apenas 229 habitantes, menos 48 habitantes, pelo que consequentemente dá lugar a uma diminuição significativa dos valores de densidade populacional que passa para 27,8 hab./Km². Já no que se refere a população do Concelho de Fornos de Algodres tem agora 4989 habitantes, (Recenseamento Geral da População 2011, Resultados Provisórios do Instituto Nacional de Estatística) e uma densidade populacional de 37,44 hab/km². Assim, apesar do decréscimo populacional ser notório nas duas realidades a proporcionalidade é diferente, na medida em que a perda de habitantes na Freguesia ocorreu em maior percentagem retratando um enfraquecimento maior da representatividade da Freguesia.

Ao longo das últimas décadas, as dinâmicas populacionais do concelho de Fornos de Algodres em geral e de Maceira em particular, traduzem uma evolução não linear. O fenómeno migratório foi o principal responsável pelo comportamento desses efetivos populacionais.

Devido às más condições socio-económicas acrescidas de um certo isolamento a que estiveram sujeitos a população de Maceira, assim como as de outras regiões do interior, viu na saída da região a única possibilidade de melhorar as suas condições de vida.

Como se pode constatar, na freguesia de Maceira não é exceção no que respeita ao fator despovoamento.

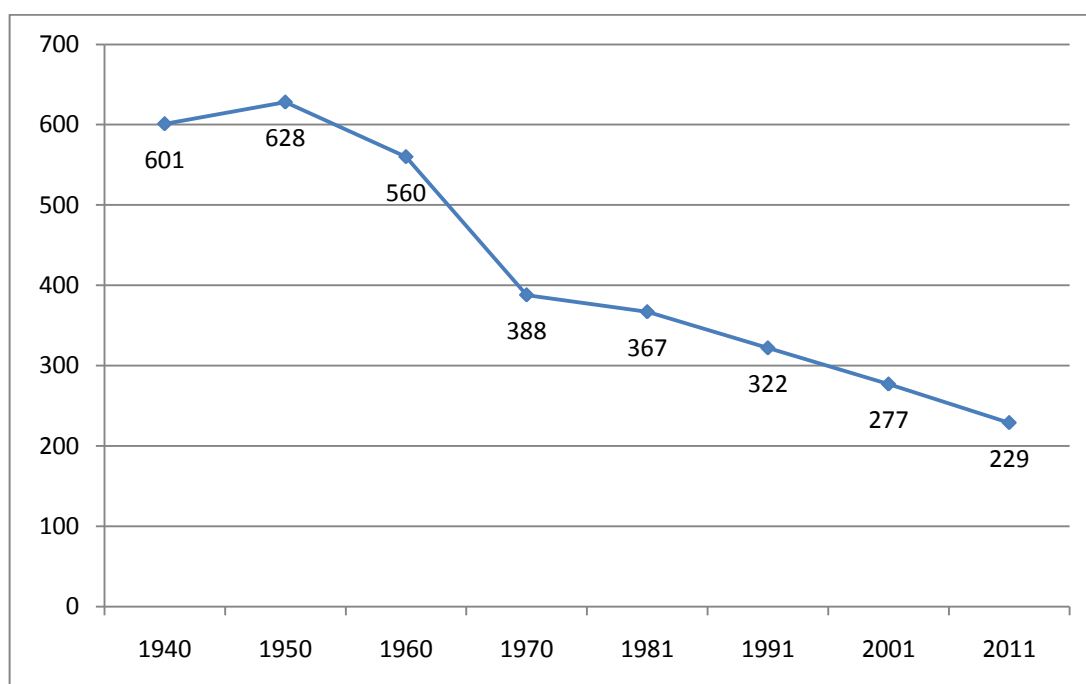


Gráfico N° 1 - Gráfico da Evolução da população entre 1940 e 2011

(Fonte: INE/Infoline, Censos 1991, 2001 e 2011⁹, Plano Diretor Municipal – 1994, Pré diagnóstico do Município de Fornos de Algodres)

Estamos, portanto, perante um território rural com um grande índice de despovoamento, conforme se pode verificar pelo gráfico N° 1. A população tem vindo ao longo das últimas décadas a sofrer um acentuado decréscimo demográfico, já que em 1940 existiam nesta freguesia aproximadamente 601 pessoas e em 2011 (últimos Censos) conta com, apenas, 229 pessoas.

Aliado a este fenómeno está também o envelhecimento da sua população residente, que conta com um total de 229 pessoas, das quais 86 têm idade superior a 65 anos. De realçar que apenas existem 20 indivíduos com menos de 15 anos, conforme se pode constatar pelo gráfico N° 2.

⁹ Recenseamento Geral da População 2011, Resultados Provisórios do Instituto Nacional de Estatística

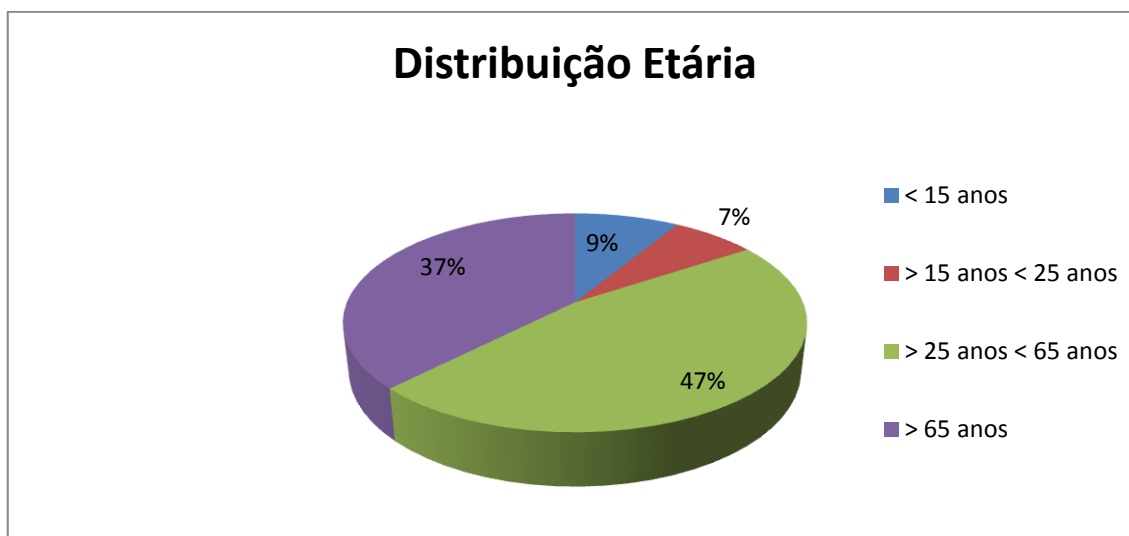


Gráfico Nº 2 - Gráfico da População residente (2011) por escalão etário

(Fonte: INE/Infoline, Censos 1991, 2001 e 2011¹⁰, Plano Diretor Municipal – 1994, Pré diagnóstico do Município de Fornos de Algodres)

De acordo com a seguinte fórmula para o cálculo do índice de envelhecimento, Nazareth (2004, p.116):

Índice de Envelhecimento ou Índice de Vitalidade = (População com 65 e + anos / População com 0-15 anos) x 100 podemos constatar, de acordo com os índices analisados a partir do gráfico Nº 2, referentes a Maceira, e aplicando a fórmula de cálculo de IE (Índice de Envelhecimento), $IE = (86/20) \times 100 = 430\%$, que obtemos um índice de população idosa de 43% da população, ou seja, quase a metade da população residente, de realçar ainda que dos 107 residentes com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos, a grande maioria desta população está mais próximo dos 65 anos, pelo que o número de residentes com idade próxima dos 25 anos é muito mais baixo.

Perante estes dados o problema que se coloca, de imediato, é o da substituição das gerações.

Neste contexto, é de todo o interesse fazer uma breve abordagem ao fator envelhecimento. O envelhecimento demográfico define-se pelo aumento da proporção das pessoas idosas na população total. Esse aumento consegue-se em detrimento da população jovem, e/ou em detrimento da população em idade ativa.

O fenómeno do envelhecimento resulta da transição demográfica, normalmente definida como a passagem de um modelo demográfico de fecundidade e mortalidade

¹⁰ Idem

elevados para um modelo em que ambos os fenómenos atingem níveis baixos, originando o estreitamento da base da pirâmide de idades, com redução de efetivos populacionais jovens e o alargamento do topo, com acréscimo de efetivos populacionais seniores.

O envelhecimento da população é um fenómeno observado em alguns países. Os progressos médicos e a melhoria das condições de vida são tais, desde a segunda guerra mundial, que o número de pessoas com mais de sessenta anos aumenta de ano para ano.

O envelhecimento faz parte do viver. Desencadeia-se a partir do nascimento e nos acompanha até a morte. Construimos o envelhecer ao longo da nossa vida, por meio de hábitos, costumes, condições sociais, económicas e psicológicas, para além das determinações genéticas e biológicas, (Correia, 2003).

Nas sociedades ocidentais há um consenso em se considerar um ser humano velho ou sénior ao atingir 60 anos em países em desenvolvimento e 65 anos em países desenvolvidos. Seniores são populações ou indivíduos que podem ser caracterizados em termos de duração do seu ciclo vital.

Segundo Debert (1999), importantes elementos mesclam-se com a idade cronológica, como género, classe social, saúde, educação, fatores de personalidade, história passada e contexto sócio histórico que determinam diferenças entre os seniores. Sem dúvida, há fatores cruciais que nos ajudam a compreender um universo tão complexo como é o envelhecimento humano. Como nos diz Medeiros (2001) “(...) *A longevidade humana é, provavelmente, a questão mais instigante do século XXI. Que o ser humano viverá mais é um fato indiscutível, mesmo os mais carentes e fragilizados (...) A longevidade torna-se, portanto, um desafio filosófico, social, político e científico. Filosófico, porque a velhice carece de um novo sentido e requer uma nova ética. Social, porque os velhos ainda não têm um lugar na sociedade atual. Político, porque a existência de um número maior de velhos exige políticas e ações que permitam ao segmento idoso viver como cidadão. Científico, pois não basta sobreviver, a ciência quanto a tecnologia devem, com seus avanços colaborarem para a melhoria da qualidade de vida daqueles que envelhecem (...)*” (Medeiros, 2001, p.9).

Estudar o desenvolvimento humano e o envelhecimento é compreender como vivemos com o nosso corpo, o nosso pensamento, os nossos sentimentos ao longo dos anos, ganhar a distância reflexiva, sermos capazes de pensar no nosso próprio processo, comparar o antes e o depois.

A compreensão dos processos de envelhecimento que transformam a velhice num momento feliz ou num momento de naufrágio constitui objeto de investigação de numerosos cientistas. O desafio do século XXI não será dar tempo ao tempo, mas dar qualidade ao tempo. Para Carvalho (1998) “(...) *O envelhecimento carrega consigo duas ideias complementares e opostas: a primeira é a de desgaste, diminuição, enfraquecimento; a segunda, de acréscimo e maturação. Envelhecer é perder e ganhar. (...) No entanto, nossa sociedade faz o acento recair sobre as perdas; as aquisições, tão estreitamente vinculadas às perdas (...) No decorrer da história, observamos um movimento dialético quanto à percepção e reconhecimento do homem idoso. Detentor de sabedoria, e, portanto, sujeito social admirado e valorizado em tempos passados, o idoso passa a ser percebido de forma depreciativa em quase todo o século XX, (...)*” (Carvalho, 1998, p. 8).

A experiência e a memória dos idosos contribuem para a preservação da cultura, transmitindo as tradições, conhecimentos e sabedoria para as crianças e as sociedades.

III.1.4 - Caracterização da estrutura urbanística

Maceira, apresenta as características de um povoamento concentrado, com uma mancha que se inscreve num perímetro quadrangular, organizando uma malha relativamente coesa, traçada ao longo do tempo em função dos caminhos principais, em função da Igreja Matriz, tal como é habitual no tipo de aglomerados inseridos um meio exclusivamente rural.

No tecido urbano começa-se por destacar-se o quarteirão ocupado pela denominada Casa dos Ingleses que noutrora pertenceu a uma família de Ingleses que se estabeleceu nesta povoação tendo em vista a exploração de urânio, referido no ponto III.1.2. Observa-se a tendência preferencial para o desenvolvimento da povoação a Nordeste deste quarteirão, através de dois eixos viários principais de sentido Norte-Sul.

Maceira, insere-se portanto, no contexto tipológico dos aglomerados de montanha, refletindo os caracteres gerais enunciados por Suzanne Daveau (1969) no seu estudo acerca do povoamento da Serra da Estrela, onde apontava povoações densas, organizadas em redor do velho caminho do gado, unindo a montanha à planície, caracterizadas por casas que se apertam em função de uma rua estreita.

Relativamente ao modo como o espaço construído se implanta no quarteirão e no lote, observa-se que nem sempre a casa ocupa a totalidade do lote, sendo

numerosos os quintais, as construções de apoio (palheiros, cortelhos, forno), os pátios fronteiros às escadas de acesso ao piso superior, as diversas situações de afastamento devido a estalícios, os pequenos becos que revelam grande ambiguidade na definição inequívoca entre espaço público e privado, tais como as escadas propriamente ditas quando são lançadas para a via pública ou os becos aparentemente públicos que permitem o acesso a diversas habitações.

Elemento vital na transmissão da informação é o telefone, que constitui uma forma de minimizar os efeitos do isolamento da freguesia.

Com um parque habitacional vetusto, mas onde há um acréscimo da oferta em relação à procura é-se levado a acarinhar a ideia de utilização de alguma oferta excedentária para a prática de diferentes formas de turismo em espaço rural, setor a apostar como forma de complementar as receitas dos agregados familiares.

Na localidade existem 3 cafés e uma mercearia, fazendo-se também o abastecimento de diversos bens através das carrinhas que percorrem com frequência as aldeias da região vendendo os mais diversos produtos e bens essenciais, tais como leite, pão, peixe e carne, fruta.

III.1.5 – Principais traços culturais

O traço cultural desta freguesia mais evidente é sem dúvida o Queijo Serra da Estrela, produto milenar associado à história das gentes serranas.

Esta comunidade orgulha-se da sua história ligada ao trabalho no campo e à pastorícia, foi e continua a ser um trabalho duro mas o produto final é digno de ser considerado um bem patrimonial representando uma mais valia para a riqueza desta freguesia.

Não obstante, outros traços culturais se destacam e vamos abordar mais detalhadamente.

III.1.5.1 – Artesanato

Houve em tempos, já bastante longínquos, finais do séc. XIX, pequenas indústrias de olaria para fabricação de panelas de barro preto, as chamadas Caçoilas que era um utensílio indispensável nas cozinhas da época. A atividade da olaria era a principal fonte de rendimento dessas famílias que se dedicavam ao trabalho do barro, chegaram na altura a existir cinco olarias. As peças produzidas eram depois comercializadas nas feiras que se realizavam em Fornos de Algodres e em Pena Verde, e o burro era o seu meio de transporte. Apesar de na altura ter sido de grande

importância para a aldeia tanto a nível económico como a nível social e cultural, a atividade da olaria nunca tomou grande desenvolvimento restando hoje apenas a lembrança na memória dos mais antigos que guardam ainda vários exemplares de peças de barro preto.

Ainda na segunda metade do século XX há que referir o fabrico de palhoças, polainas e carapuços de junco, tecelagem de linho, de mantas e passadeiras de trapos.

III.1.5.2 – Gastronomia

O artesanato de Maceira está intimamente ligado à gastronomia, sendo de destacar o queijo da serra, o requeijão, os derivados de vinho, e os enchidos, tais como morcelas, farinheiras, e chouriças de carne e de bofes.

A gastronomia possui ainda um cunho muito tradicional é um produto cultural deste território. Ligada aos produtos agrícolas, à pastorícia também e aos produtos naturais como é caso do míscaros e tortulho, há ainda outros produtos como os enchidos relacionados com a tradição da matança do porco. Daqui resultam pratos típicos que são iguarias da região, assim temos a carne guisada de malato (cordeiro crescidinho), batatas refogadas com bacalhau; feijocas guizadas; favas; torresmos; feijoada; o abóbora tenrinho guisado; arroz de míscaros; e sopa de Natal (confeccionada com couve de cortar, pão e bacalhau).

Na doçaria existe igualmente um leque de doces que são considerados tradicionais que são os biscoitos de leite; o arroz-doce; as fritas (rabanadas), no carnaval; as papas de milho; as filhós, no Natal; e o Folar, na Páscoa.

A produção de vinho é já uma tradição, apesar de hoje já não se produzir o tão famoso Vinho Dão, continua-se a produzir vinhos de qualidade. O principal néctar da região é o vinho maduro. Produzem-se também alguns derivados de vinho, tais como jeropiga, aguardente e licores.

III.1.5.3 – Tradições

Como já foi referido anteriormente, a desertificação dos territórios rurais é uma realidade, daí que no que concerne às tradições se coloque a questão, quem vai transmitir aos mais novos aquilo que de mais genuíno há na cultura de um território? Aquela cultura que tem a ver com a nossa maneira de ser, de viver, de comer, de festejar, de estar, que herdámos dos nossos antepassados e que teimamos em manter. No entanto, apesar de muitas terem caído em desuso outras continuam bem

vivas tendo resistido à passagem dos tempos, a transmissão das mesmas de geração em geração tem reforçado o simbolismo que representam para esta comunidade.

Exemplo ainda vivo é a matança do porco, cujos preparativos se iniciam no dia anterior à matança e só termina com a *desmancha* do animal. Realizada na rua ou num pátio da casa, a matança do porco representava casa farta pois eram tempos de fracos recursos económicos, era também motivo de festividade pois proporcionava uma intensa convivialidade entre os membros de uma família, vizinhança e amigos. A matança, como dramatização social revelava o quadro das relações sociais, os seus conflitos e estratégias dos atores sociais (O'Neil, 1989).

O Cepo de Natal, cujo significado é desconhecido por muita gente, principalmente pelas gerações mais novas. Mas o mais importante é que a tradição de acender o cepo de Natal permanece. O significado desta tradição, tão antiga, introduzida pelos pastores, representava para estes o nascimento do Menino, há dois mil anos que veio ao mundo, é o símbolo da Luz, mas também para se aquecerem nesta noite fria de Inverno. O local escolhido para acender a fogueira era o largo maior da aldeia. A população reunia-se então à volta do Cepo aceso, após a Ceia de Natal, e aí permanecia noite dentro. Os cânticos tradicionais desta época e as gargantas aquecidas pela bebida faziam desta noite longa de Inverno a mais bela da aldeia.

A lenha para o Cepo é recolhida pelos homens mais jovens da aldeia de montes baldios ou posta à sua disposição pelos proprietários. Essa lenha era trazida em carros puxados pelos homens, hoje o transporte é feito com um trator.

O Cantar das Janeiras realiza-se no dia 6 de Janeiro, o dia de Reis, onde um grupo de pessoas, principalmente mais jovens, cantam às portas de todas as pessoas, por vezes, acompanhados de instrumentos musicais com o intuito de lhe ser dado alguma coisa, o tradicional e dar bens alimentícios, tais como os enchidos, queijo, frutos secos, bebidas, que irão ser comidos por todos os envolvidos num ambiente de socialização.

Em noite de São João, dia 23 de Junho, o largo da aldeia volta a ser palco de mais uma fogueira, esta agora feita com rosmaninho, alecrim e belaluz que é recolhido nos montes baldios pela população. Associado à fogueira estão as cantigas dedicadas aos Santos Populares e não há quem não salte por cima da fogueira, diz-se que as plantas utilizadas na fogueira servem para afastar as bruxas, os males de saúde, o mau-olhado e para tirar o *carumcho*.

Ao período canavalesco estavam também associadas muitas tradições, que foram caindo em desuso, sendo atualmente inexistente e do desconhecimento dos

mais novos. As 5ª feiras dos amigos, as 5ª feira das amigas, as 5ª feira das comadres, e as 5ª feira dos compadres correspondiam às quatro 5ª feiras anteriores ao dia de Carnaval. À noite destas quintas-feiras, eram realizados encontros/convívio, sempre em casas particulares, em que cada quinta-feira estava destinada a um encontro. Os encontros eram realizados pela seguinte ordem:

- Primeira quinta-feira era a quinta-feira dos amigos;
- Segunda quinta-feira era a quinta-feira das amigas;
- Terceira quinta-feira era a quinta-feira dos compadres
- Quarta quinta-feira era a quinta-feira das comadres.

No Carnaval eram também realizados os “Casamentos do Entrudo” que consistia no arranjar casamentos entre os solteiros e solteiras, viúvos e viúvas da aldeia. Estas uniões eram preparadas por grupo de jovens da aldeia que depois as divulgavam nas noites anteriores ao Carnaval colocados em locais estratégicos e os anúncios eram feito com recurso a um funil para assim se fazerem ouvir o mais longe possível. Era também tradição dar um dote a cada par de noivos.

Com a chegada da Páscoa as confissões quaresmais a que é dado nome de *Desobriga*, fazem e continuam a fazer parte dos usos e costumes desta população, é uma tradição de cariz religioso que tem acompanhado esta freguesia desde tempos longínquos.

A Encomenda Almas, realizada na sexta-feira de Ramos e na sexta-feira Santa, é realizada por um grupo de pessoas da aldeia que percorre, à noite, todas as ruas da povoação a rezar pelas almas dos que já faleceram.

A Visita Pascal, sendo também conhecida pelo nome de Compasso Pascal, é uma tradição cristã que tem como significado a celebração da Ressurreição. Esta tradição, que ocorre no dia de Páscoa ou então no Domingo seguinte, consiste na visita de casa em casa, efetuada pelo Pároco da Aldeia, acompanhado por um grupo de pessoas levando uma delas o Crucifixo de Cristo e outra a caldeirinha da Água Benta. A visita tem início com a entrada do Pároco que *aspergia*, isto é benzia, a casa com água benta e dizia: *"Boas Festas, O Senhor Ressuscitou. Aleluia, Aleluia"*, seguindo-se o beijar da Cruz pelas pessoas presentes como demonstração de adoração a Cristo. Faz parte desta visita a oferta de géneros alimentícios ou então dinheiro, que eram ofertas feitas ao Pároco da aldeia. Esta é uma tradição que continua a fazer parte das pessoas desta aldeia. A Visita Pascal representa para esta comunidade um dia de confraternização entre familiares e amigos, uma vez que as

peças se vão deslocando pelas casas dos familiares, amigos e vizinhos, para beijarem novamente a Cruz de Cristo.

O Toque dos Finados, tradição que se mantém, é o toque do sino da Igreja Matriz a anunciar o falecimento de um residente da freguesia. O toque do sino para este efeito é reconhecido pelas gentes da aldeia.

O Toque das Trindades, também ainda em uso na freguesia, é o toque do sino da Igreja, ao pôr-do-sol, todos os dias. Este toque são nove picadas no sino feitas por 3 momentos, ou seja, cada momento corresponde a 3 picadas e por cada 3 picadas as pessoas rejam, no sítio onde se encontrarem, uma Ave-Maria.

Dar ou negar a salvação faz parte do dia-a-dia das pessoas, é uma forma de saudar quem passa por elas, é o dizer Bom Dia, Boa Tarde, Boa Noite, etc.

Bolo e caldo do augado ou ougado, tradição sempre presente nas casas onde havia crianças, devido às condições económicas muitas crianças, não tendo os pais possibilidades de lhes dar coisas que viam aos outros, quando viam comer alguma coisa que também a elas apetecia ficavam com o sentido nesse alimento. Daí dizer-se que a criança ficou *augada*. Para curar o augado da criança era feito um pequeno bolo, com uma massa de farinha e ovo que depois de frito era partido em 9 pequenos pedaços que a criança tinha que comer sem dividir isso com ninguém, esses pedaços eram só dessa criança.

Outra situação muito frequente com as crianças era a *Cura do Embaço* que consistia em curar as crianças de alguma moléstia causada por um tombo. Para o efeito era untada a barriga da criança com azeite.

As Noites veladas na Nossa Senhora dos Milagres era o cumprir de uma promessa que havia sido feita à Senhora dos Milagres, isto é, as pessoas prometiam passar a noite junta da Capela da Senhora dos Milagres com a esperança de obterem alguma graça

Os Arremates nas festas religiosas, é o leiloar de produtos que haviam sido oferecidos pela população, para angariar dinheiro a realização da própria festa. Para cada festa religiosa que se realiza, existe uma comissão organizadora, os chamados Mordomos, que fazem um peditório junto de toda a população. Esse peditório pode resultar em bens alimentícios ou dinheiro.

Quando existem bens alimentícios, que é prática comum, estes são então levados a leilão no Domingo a seguir à festa. Este leilão, conhecido por *Arremates* é realizado no recinto da Senhora dos Milagres. Os frutos da arrematação passam a

pertencer aos mordomos do ano seguinte os quais ficam desde já responsáveis pelo dinheiro obtido.

Trincheiras nos casamentos, era uma tradição que envolvia as crianças, hoje completamente em desuso. Quando eram realizados casamentos na Igreja Matriz, cada criança colocava um banco com um prato em cima à porta da igreja na hora da saída dos noivos e convidados. Os bancos eram dispostos em fila, assim à medida que as pessoas iam saindo da igreja deixavam em cada prato algum dinheiro. Era um dia de festa não só para os noivos e convidados para também para todas as crianças da aldeia que partilhavam o momento desta maneira e conseguiam sempre arrecadar umas economias.

A realização de festas e romarias fazem parte das tradições desta comunidade. A festa em honra da Nossa Senhora dos Milagres, a 8 de Setembro e a festa do Mártir São Sebastião, a 20 de Janeiro, já tem décadas de existência, mas continuam bem vivas e as gerações mais novas já receberam esta tradição pelo que são elas próprias a incentivar a sua continuidade.

A festa que tem mais destaque e é a mais importante para esta comunidade é a Festa da Nossa Senhora dos Milagres, acontecimento que reúne familiares e amigos, os que vivem longe regressam à terra natal para participar nos festejos, é o reencontro com as raízes com a família e amigos. O momento mais alto desta festa religiosa é a procissão solene, que percorre as ruas da aldeia. Representa um momento de beleza e grandiosidade devido aos andores, num total de seis, artisticamente enfeitados com flores, aos quais ninguém fica indiferente.

Os jogos tradicionais, símbolo da cultura de uma comunidade, fazem igualmente parte dos usos e costumes da freguesia de Maceira. E eram muitos os jogos tradicionais que ocupavam os tempos livres de crianças e jovens. Tais como: as cartas (sueca, truque ou chincalhão), moeda, malha, péla, chôna (pau com dois bicos), arco, pião, plano, neca, corda, elástico, panelas, pedrinhas, cantinhos, feijão, rórró (escondidas), castelos (com castanhas), lencinho e anel. Alguns destes jogos parecem resistir à passagem dos anos.

As canções, anedotas e lengalengas faziam parte do quotidiano desta comunidade, durante o trabalho árduo no campo e à noite durante os serões familiares, à volta da fogueira ou reunidos na taberna. Estas reuniões familiares, era na altura, momentos quase sagrados, onde os mais velhos contavam histórias, falavam sobre o dia de trabalho, como tinha corrido a faina agrícola, rezava-se o terço,

as mulheres fiavam o linho, faziam renda, bordados, costura e os jogos com os mais novos tinham presença assídua.

É exemplo desses jogos, considerados mais singelos, e ensinados aos mais novos, o jogo da *pitinha*:

Põe, põe pitinha o ovo

Para a(o) menina(o) o papar todo

Este favorecia o contato corporal do adulto com a criança, uma vez que esta se sentava ao colo do adulto. O jogo consistia então no agarrar a mão da criança pelo adulto que soletrava a cantilena enquanto lhe beliscava levemente a palma da mão com os dedos indicador e polegar simulando o beliscar da galinha.

A maneira como as pessoas se vestem constitui, também, um traço identificativo da sua região, na freguesia de Maceira a forma característica de trajar era, nas mulheres, sai comprida, xaile, lenço na cabeça, avental e tamancas; e nos pastores o carapuço, palhoça, polainas de junco e tamancos.

III.1.6 – Recursos Patrimoniais da freguesia de Maceira

Como já foi referido no ponto III.1.1 em termos patrimoniais a aldeia de Maceira possui um vastíssimo património sobre o qual é imprescindível fazer uma análise mais detalha.

Neste sentido, neste ponto serão identificados alguns elementos patrimoniais mais importantes da freguesia de Maceira, passíveis de serem utilizados como recursos para a implementação do projeto de desenvolvimento comunitário, mais precisamente criar uma aldeia cultural na Freguesia de Maceira

Desde já, importa saber que esta aldeia não está dotada de elementos patrimoniais que tradicionalmente poderão ser considerados de grande impacto, como sejam mosteiros, castelos ou palácios. Dispõe, sim, de um conjunto de edifícios de grande interesse e beleza, conjuntos naturais e paisagísticos riquíssimos (que valorizam os circuitos turísticos possíveis de realizar na freguesia) e um conjunto de bens patrimoniais intangíveis de significativa importância.

Convém salientar que a classificação do património de um território é um reconhecimento de valor cultural, identitário e por isso, patrimonial. É um cunho de prestígio, ou seja, de interesse, de qualidade, este reconhecimento oficial, capaz de provocar o interesse de preservação do indivíduo para melhor conhecer e potenciar tal testemunho para as gerações futuras.

Neste sentido, pode dizer-se que a classificação do património é um factor de preservação e proteção, ou seja, de salvaguarda de bens únicos para o futuro.

Contrariamente ao que acontece na grande maioria das aldeias, em que o elemento marcante, muitas vezes considerado o ex-libris, tende a ser constituído pela Igreja Matriz e respetivo campanário, ou por outro edifício cuja arquitetura se destaca pela diferença ou solução erudita, em Maceira a importância da Igreja Matriz, da invocação de S. Sebastião, o padroeiro da aldeia, é uma construção religiosa, que apesar da sua elegância, teve até à década de 60 um campanário de duas ventanas que foi substituído por uma torre sineira, o teto da capela-mor, todo ele em caixotões com painéis, é um templo vulgar, idêntico às demais aldeias das redondezas. Os altares foram restaurados e dourados em 1926, tendo em 2000 sofrido novo restauro, ficando nesta altura equipada com casa de banho. É aqui celebrada missa todos os Domingos, e todos os atos religiosos, como casamentos, batizados e funerais.

O outro edifício religioso que de algum modo se relaciona com a imagem da aldeia diz respeito Capela da Senhora dos Milagres, situada ao cimo e ao norte da povoação, construída ou reedificada em 1753. Edifício encimado numa elegante e grandiosa escadaria de granito, no largo fronteiro existe um coreto, onde toca a música na festa da Senhora dos Milagres, a festa grande da terra, que se celebra, com grande solenidade e concorrência, todos os anos, dia 8 de Setembro (Marques, 2001). O espaço envolvente da Capela está pavimentado em calçada de pedrinha, pelo que o espaço em frente ao coreto oferece melhores condições à realização dos bailaricos. No espaço que se encontra à esquerda da Capela, foi recentemente equipado para funcionar como parque de merendas, com bancos, mesas, baloiços e escorregas para as crianças, existem também um posto de vendas de artesanato, apesar de ter tido pouca utilização e há já vários anos que se encontra fechado.

A Capela de Santo António, no centro da povoação, talvez do século XVII ou XVIII, a qual, tendo caído em abandono, foi restaurada por volta de 1935, sendo atualmente utilizada para fins fúnebres, funcionando como casa mortuária.

A Capela do Senhor da Agonia, de propriedade privada, situada junto à Calçada Romana que liga a povoação de Maceira à povoação de Sobral Pichorro. Sólida e elegante, com adro digno de ver, foi construída em 1748 pelo pároco, tendo este legado os seus bens com a capela à família Cabral Metelo. Encontra-se em bom estado de conservação, pois os atuais proprietários têm um cuidado permanente com esta construção. As últimas obras de restauro ocorreram acerca de 10 anos (Marques, 2001).

Capela Nossa Senhora dos Remédios, de propriedade privada, anexa ao Solar, com ligação direta a este, pertencente à da família Sampaio, prevê-se que a sua construção remonte ao século XVI. Capela com elevado valor artístico, possui valiosas imagens, a destacar uma escultura magnífica de Nossa Senhora da Piedade que se diz ter sido trazida para aqui, e onde se encontra ainda hoje, da cidade de Macau na China, onde foi governador um antepassado da família proprietária, (idem). Encontra-se também esta capela em bom estado de conservação, apesar das últimas obras de restauro terem ocorrido na década de 60, altura em que o Solar também foi alvo de obras de recuperação.

Capela de Nossa Senhora da Conceição, atualmente em ruínas, encontra-se localizada na Quinta dos Telhais, onde estão sepultados os fidalgos Cerveiras da Cunha, rodeada de cedros seculares, cuja frontaria é encimada por um elegante campanário.

A Quinta dos Telhais, situada a 2 Km para sul, no vale de Cortiçô, tendo sido outrora uma das maiores e mais ricas propriedades desta região, a qual, conta-se, ter sido herdada pelo Rei D. Miguel, encontra-se hoje com uma grande parte dos seus terrenos abandonados, nos quais o que predomina é a vegetação selvagem. A sua imponência agrícola, mas também o solar brasonado onde viveram os grandes fidalgos Cerveiras da Cunha, de grande nomeada não só na Beira mas em todo o País, fazem agora parte das lembranças dos mais antigos. O que em tempos pertencia a uma família está atualmente entregue a várias, umas porque foi passando de geração em geração, outras porque adquiriram porções daqueles terrenos. Ainda é conhecida como tendo sido uma quinta bastante abastada, pois faz parte das lembranças de muitos habitantes da aldeia que em meados do séc. XX a população das aldeias vizinhas deslocavam-se ali para beber o vinho que se produzia por estas paragens.

O solar, que no tempo que acolhia os fidalgos Cerveira da Cunha era um, vasto edifício, do século XVI, ostentava na fachada principal o brasão da família, escudo esquartejado, em ouro, com dois veados ou cervos nos dois lados opostos, hoje completamente em ruínas, visível só a quem tem conhecimento que, em tempos idos, ali existiu.

A 300 metros do solar, mais precisamente, na encosta, existiu em tempos, um pórtico bastante alto e solidamente construído, encimado por uma cruz ladeada de duas pirâmides simbólicas, que na altura deveria sido o portão de entrada de outra quinta. Conhecida pelo nome de hospício, pois em tempos existiu aí um hospício, que

conta-se ter servido de proteção aos presos ou condenados foragidos, os quais uma vez dentro da Quinta não podiam ser presos pelas autoridades, devendo submeter-se às leis e vontades dos donos. Numa das paredes da casa da Quinta, hoje inexistente, encontrava-se um “Olho” feito em pedra da cantaria, através do qual se avistava o referido hospício em direção ao qual se diz ter existido um canhão apontado, caso alguém tentasse infringir a lei vigente. Ainda hoje conhecida como tal, mas do pórtico existem apenas vestígios.

O Cruzeiro, situado no local da Fonte do Carvalho, assente em degraus quadrados. Lugar de culto ao ar livre, onde os antepassados se reuniam para rezar as suas preces, atualmente, apesar de se encontrar um pouco abandonado, pois é bem visível a falta de atenção que lhe é prestada.

As Alminhas, símbolo religioso, painéis, especialmente pinturas, de culto aos mortos destinados a pedir orações pelas almas dos mortos. Importantes elementos do património artístico-religioso, podemos encontrar vários exemplares na freguesia de Maceira; a Alminha do Lugar da Lama, a Alminha do Lugar do Areal, e a Alminha da Rua da Senhora dos Milagres, também conhecida pelo Lugar dos Telhais. Todas elas colocadas em encruzilhadas, que na altura eram caminhos rurais, agora alguns destes caminhos são de asfalto e ligam freguesias. Estas construções serviam para *espantar os maus olhados*, daí que a população ao passar em frente fazia o *signal da cruz*, isto é, benzia-se, e os homens tiravam o chapéu. Esta tradição ainda hoje é respeitada pelos mais idosos. Também estas construções denotam a falta de cuidado, onde é bem visível a falta de limpeza, o que lhe confere um aspeto de abandono.

Penedo dos Corvos, um belíssimo miradouro natural de onde os visitantes poderão contemplar a linda e verdejante paisagem. É uma pedra de granito com um aspeto muito idêntico a um vulcão, pois no seu topo possui uma cratera moldada na rocha onde se acumulam as águas da chuva que serve de bebedouro aos corvos.

Penedo com um diâmetro de cerca de 20 m aproximadamente, situado no cimo da encosta que liga Maceira à freguesia de Sobral Pichorro, de lá avistam-se cinco concelhos: Trancoso, Celorico da Beira, Guarda, Seia e Gouveia e algumas freguesias do concelho de Fornos de Algodres. Uma vez situados no Penedo dos Corvos é caso para dizer “valeu a pena, pelo vastíssimo horizonte e deslumbrante panorama que se descobre”, pois a nossa visão vai culminar na grandiosidade do planalto da Serra da Estrela. No Inverno quando, lá longe, os montes estão cobertos de neve e o branco contrasta com o verde da encosta, é realmente uma paisagem de verdadeira beleza

Lagariça dos Mouros ou lagareta escavada na rocha, um importante monumento referenciado a nível nacional pelo IGESPAR. As lagariças apesar de se apresentarem com morfologias bastante variadas, de uma forma geral são tanques escavados na rocha providos de canais de escoamento. A sua funcionalidade estaria ligada à atividade agrícola, nomeadamente, à produção de azeite ou vinho.

Devido à sua cronologia estar mal estabelecida, poderão remontar ao período romano, serem medievais ou posteriores, podendo ter sofrido reutilização e remodelação ao longo do tempo. No caso concreto da lagariça da freguesia de Maceira, conhecida por Lagariça da Fonte do Sapo, localizada no sítio do Espinheiro, é uma lagariça que apenas apresenta uma grande área de prensagem e um pequeno canal de escorrência do líquido. É também visível no penedo a existência de gravações que representam um cruz e a data de 1780.

Em toda a freguesia são várias as Lajes de granito, também conhecidas como *Eiras*, que eram de grande utilidade para os trabalhos agrícolas, nomeadamente para o trabalho respeitante aos cereais. Desde a secagem ao malhar, tudo era feito nestas lajes de granito. Atualmente continuam a ser usadas pela população mais idosa para esse fim.

Já fora da povoação existem também algumas lajes, estas de dimensões e até de formatos um pouco diferentes, onde podemos encontrar, em algumas, delas umas curiosas construções, talvez um abrigo de pastor.

O Moinho de vento, pertence à Junta de Freguesia e constitui exemplar único na região, movido a energia eólica como fonte de energia para os seus mecanismos.

Trata-se de uma construção centenária tendo sido durante várias décadas de pertença privada, só muito recentemente foi adquirido pela Junta de Freguesia.

Os denominados *moinhos de vento*, possuem ainda hoje inúmeras características muito próximas das técnicas primitivas, adotando um eixo vertical, dispondo de velas à sua volta.

O Moinho de Vento de Maceira, situado no lugar da Cumieira a 745 metros de altitude, único na região, é um exemplar vivo dos ancestrais moinhos de vento, destinado à moagem dos cereais para fabrico de farinhas alimentares, cuja origem remonta aos tempos pré-históricos, relacionado com as primeiras grandes conquistas e aquisições do homem agricultor.

Trata-se de um moinho típico com características do tipo mediterrânico, de forma cilíndrica sobre o qual assenta uma cúpula de forma cónica à qual se dá o nome de capelo a partir do qual sai um eixo tipo “cata vento”, que no seu interior se prolonga

na vertical e faz girar o dispositivo possibilitando ao moleiro orientar as velas na direção do vento.

Construído em alvenaria de pedra granítica sendo todo o engenho concebido à base das madeiras. A energia é transmitida à base do moinho através do seu eixo central para fazerem rodar as mós (duas) em pedra maciça onde se fazia a moagem do cereal. O cereal chega às mós através de um reservatório onde é colocado o cereal, a chamada moenga que tem um aspeto de funil que vai soltando os grãos para o espaço entre as mós, de acordo com a turbulência a que está sujeito

As técnicas usadas eram na totalidade de características artesanais, as quais importa divulgar junto do grande público os processos, recorrendo à sua preservação.

Em meados do séc. XX, uma vez que não funcionava havia já alguns anos, esta construção encontrava-se abandonado e em ruínas, e devido à sua localização, o exército da altura, construiu com a pedra do próprio moinho uma espécie de marco que funcionava como telegrafo. Este Marco era um meio de comunicação utilizado pelas tropas para comunicarem com outros marcos colocados noutras localidades, também eles em pontos estratégicos. Este marco ainda se encontra no moinho.

Passadas algumas décadas, encontrava-se este edifício completamente em ruínas, tendo aí sido adquirido pela Junta de Freguesia que procedeu às obras de restauro.

O moinho é um elemento cultural muito significativo, rico de ensinamentos, ligado ao sustento da comunidade de Maceira fazendo parte da identidade da mesma.

A Calçada Romana, vestígio da permanência dos romanos nesta localidade, eram estradas construídas com pedras de grandes dimensões fixadas no chão. Eram as vias de comunicação entre localidades, no caso de Maceira esta calçada romana liga esta povoação à povoação de Sobral Pichorro.

Situada em zona de encosta facilitava o domínio visual até ao vale, era na altura o único acesso entre estas localidades e também para todos os terrenos agrícolas existentes na encosta. Muito utilizada pela população desta região para o transporte de mercadorias e dos produtos agrícolas através dos animais.

Apesar de o Homem na atualidade poder usufruir de outras vias de comunicação e de outro tipo de transporte, continua a tirar proveito da calçada romana para chegar aos terrenos agrícolas que se encontram na encosta em Maceira e Sobral Pichorro. O meio de transporte agora utilizado é muitas vezes o trator, a calçada romana é uma via com largura suficiente para a passagem do mesmo.

O Forno Comunitário, situado no centro da povoação, para que todos lhe tivessem fácil acesso. Em tempos que já lá vão, enquanto os homens trabalhavam no campo, eram principalmente as mulheres que utilizavam o forno.

O edifício do Forno Comunitário é de forma rectangular com uma cobertura inclinada simples em telha cerâmica tipo “Marselha”. O piso tem como acabamento tijoleira cerâmica rústica. À semelhança do Moinho de Vento, as paredes são em pedra irregular de granito. Relativamente à sua existência esta deve ter acompanhado todo o percurso de vida do moinho, uma vez que ambos faziam parte do dia a dia desta comunidade, e o seu funcionamento estava interligado.

Esta construção possui uma bancada em granito que serve para tender o pão, possui ainda um depósito de lenha com paredes em blocos de granito.

O forno propriamente dito encontra-se sobre uma plataforma de lajes em granito, apresenta uma arquitectura circular, em forma de cúpula, erguida em tijolo refractário. A cobrir a cúpula encontra-se uma camada de barro, o que ajuda a preservar o calor. A parede exterior que envolve a cúpula é edificada com pedras irregulares de granito.

Com a crescente evolução técnica e a proliferação de padarias industriais, o forno comunitário caiu em desuso. Hoje em dia continua a ser utilizado pela população, nos dias que antecedem a Páscoa e as festas anuais da freguesia, é local de encontro de uma grande parte da população que lá se desloca para cozer o tradicional bolo da Páscoa (Folar), biscoitos de leite, também conhecidos por esquecadinhos, entre outras iguarias. Assumindo desta forma um símbolo de comunitarismo, lembrança de tempos passados.

O Lagar de Azeite situado no centro da povoação, na rua do Lagar, é uma construção bastante antiga, era pertença do Sr. Professor Pina, o seu funcionamento era através da força de bois, os quais faziam girar duas pedras (mós) em movimentos circulares. O lagar de Maceira, neste momento é o único a funcionar de modo artesanal, apesar de existir outro no Concelho na freguesia do Cadoiço, é já semi industrializado, possuindo uma linha de fabrico.

O fontanário e lavadouro, à semelhança do que acontece em muitas aldeias por todo o País, a freguesia de Maceira possui um fontanário e lavadouro localizado no centro da aldeia, local acessível a toda a freguesia. Foram estruturas muito importantes no desenvolvimento dos territórios rurais, na medida que vieram dar resposta a algumas carências das populações, como o acesso à água para uso doméstico, local adequado à lavagem das roupas e proporcionando, também, devido à

sua localização e utilidade a local de encontros de convívio por crianças e adultos, constitui um verdadeiro espaço de sociabilidade.

Hoje toda a freguesia tem água canalizada e a máquina de lavar roupa faz parte dos eletrodomésticos de todas as famílias, no entanto continua-se a verificar a afluência ao lavadouro, pois este é um local de convívio e de passagem obrigatória a quem ande dentro da localidade.

Todavia, pela importância que lhe está associada durante a sua existência, o fontanário e lavadouro da freguesia de Maceira é um importante elemento do património coletivo tendo, no início deste século, sofrido obras de restauro, encontrando-se agora mais atrativo e mais funcional, no entanto foi bastante descaracterizado.

Apesar se serem cada vez mais raras as construções rústicas, uma vez que, devido às intervenções de remodelação e mesmo novas construções, que se tem verificado nas últimas décadas, os núcleos rurais encontram-se muito descaracterizados. A freguesia de Maceira não é exceção, pois tudo isto se encontra por toda a aldeia, no entanto existe no centro da freguesia, um conjunto de habitações rústicas bem preservadas, mantendo bem visível a traça inicial e o seu material de eleição, o granito.

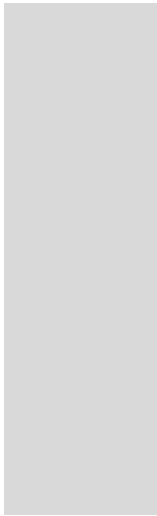
III.2 – Análise SWOT

Após se ter processado o trabalho de pesquisa sobre a freguesia de Maceira, vamos agora debruçarmo-nos sobre a análise SWOT que permite o levantamento dos pontos forte e fracos de forma a solidificar a proposta de ação do projeto, que se apresenta no seguinte quadro (quadro 1).

Quadro 1 - Análise Swot do território de Maceira

	Pontos fortes	Pontos fracos
Fatores Internos	<ul style="list-style-type: none"> • Património cultural – cultura popular (canções, danças, ditos populares, histórias de vida); • Património natural, com qualidades ambientais excelentes para o desenvolvimento de atividades lúdicas e desportivas na natureza, o micro- 	<ul style="list-style-type: none"> • Desertificação humana do espaço rural, Maceira; • Envelhecimento da população, bem como a saída dos habitantes jovens da aldeia; • Falta de infra-estruturas de apoio à prática turística, à gastronomia e

	<p>clima, a fauna e a flora diversificada;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Património construído, de grande valor histórico, como é o caso da igreja matriz de Maceira, o forno e o tanque comunitários, a calçada romana, o moinho de vento, a Lagariça dos Mouros, as casas, muitas delas de construção granítica que permitem uma enorme sincronia e beleza neste cenário rural de enorme potencial; • Proximidade geográfica com as cidades da Guarda, Gouveia, Seia e de Viseu, o que potencia visitas e trocas culturais e de animação; • A população da aldeia, o património de maior valor, é sem dúvida, a sua gente, que possui muitos anos de sabedoria, de experiência e de vivências, verdadeiros tesouros que devemos conservar. 	<p>ao comércio;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fraca exploração dos recursos culturais e naturais existentes, potenciadores de empregos e consequente desenvolvimento sustentável económico e sociocultural; • Falta de atividades capazes de envolver os recursos físicos e humanos locais; • Falta de técnicos capazes de criar dinâmicas participativas.
<p>Fatores Externos</p>	<p>Ameaças</p>	<p>Oportunidades</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Desaparecimento do espírito de identidade local, dos hábitos e costumes da população, • Dificuldade de aceitabilidade por parte da população, perante a presença de estranhos; • Envelhecimento da população ativa, que condiciona o desenvolvimento local, pois não existem recursos humanos e técnicos qualificados; • Fraco desenvolvimento e aproveitamento das potencialidades da região; • Degradação do património, quer natural, quer construído. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar e transmitir todo o património cultural e natural, através de ações de Animação Sociocultural e Artística; • Aproveitar as experiências e conhecimentos dos habitantes da aldeia, bem como, preservar e potenciar a identidade cultural do local, valorizando a localidade; • Promover atividades de interação inter-geracional, entre a população e os jovens dos meios urbanos; • Apostar na preservação do meio natural e qualidade ambiental; • Cativar investimentos e parceiros dentro do turismo de natureza,



- Animação Sociocultural e ambiental, promovendo o desenvolvimento rural;
- Cativar investidores na área do comércio e da gastronomia;
 - Promover todo o património histórico e cultural, aproveitando os recursos físicos e humanos existentes;
 - Promover a cultura a partir das infra-estruturas existentes.

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO IV. – PROJECTO DE INTERVENÇÃO NA FREGUESIA DE MACEIRA

Vamos agora, após a apresentação dos objetivos, análise do contexto teórico e caracterização da região, proceder à materialização do projeto.

Maceira uma Aldeia Cultural é um projeto que visa envolver a população da própria aldeia bem como todos os visitantes, que neste caso serão as crianças e jovens das escolas, no sentido de promover a partilha de experiências entre as diferentes gerações, tirando proveito do potencial patrimonial deste território, ao mesmo tempo que se promove e preserva o património existente, de forma a privilegiar o turismo sustentado a partir de metodologias pedagógicas.

O propósito deste projeto não se esgota no esforço da sócio-cultural, pois tem ainda como objetivo impulsionar a atividade turística, através do produto turístico que é o próprio território. A freguesia de Maceira apresenta um território rico em espaços naturais, geomorfológicos e paisagísticos, sendo igualmente rico em etnografia e cultura local.

O projeto de aldeia cultural pretende ser um meio difusor da cultura desta freguesia, assim como um representante simbólico da identidade local. A identidade é aliás, o pilar deste território rural, visto que representa um aspeto particular da vida social da freguesia.

Este projeto terá uma postura pedagógica junto das crianças e jovens, bem como, da própria população local, pois será um instrumento para aproximar o património às pessoas que o entendam e o interiorizem como parte integrante da sua

identidade cultural. É também um meio de mudança de atitudes no sentido de ajudar os jovens e a população a adquirirem um conjunto de valores e sentimentos de preocupação, proteção e interesse pelo património inerente ao mundo rural.

É neste contexto que o presente projeto visa a implementação de atividades de âmbito cultural e ambiental que vão de encontro às necessidades que foram observadas ao longo do tempo que houve contacto com a população, com toda a envolvente patrimonial (arquitetónica, natural, cultural). As populações rurais apresentam carências a nível social, e a falta de juventude nestes meios é um fenómeno cada vez mais notório, pelo que vai ainda mais acentuar estas carências sentidas pelas populações. Ora a freguesia de Maceira não foge a esta tendência, muito pelo contrário, é bem visível esta lacuna, que se vai refletir na perda de tradições, de usos e costumes, ou seja da própria identidade local, o *modus vivendi* desta localidade.

Pelo exposto, torna-se óbvia a grande utilidade de implementação de um projeto comunitário, pois o mesmo irá contribuir para a fruição da cultura local, para o desenvolvimento social, cultural e sócio-económico. Será uma ferramenta, um meio precioso para alcançar os resultados pretendidos, pois, além de preservar a memória e o património que a ilustra, reforça identidades, pode dizer-se que este projeto educa muito a curto prazo e gera desenvolvimento e riqueza a longo prazo.

IV.1 - Apresentação

O local previsto para o desenvolvimento deste projeto e para a realização das atividades propostas é, como já foi mencionado anteriormente, a freguesia de Maceira, dista aproximadamente 15 Km da vila de Fornos de Algodres, caracterizada no capítulo II.

O projeto de aldeia cultura terá como missão a promoção, salvaguarda, valorização, proteção e dinamização de património global em todas as suas vertentes: arquitetónico, histórico, natural, social, artístico, cultural, bem evidente na comunidade desta aldeia típica serrana, de forma a promover maior coesão social, desenvolvimento sustentado, valorização das identidades e memórias coletivas locais, valorizando numa perspetiva inter-geracional e socialmente integrada a presença do sénior na comunidade.

Este projeto terá como vocação ser uma aldeia cultural integrada agregando qualidades e aspirações da comunidade local, projetar Maceira através da sua cultura, usos e costumes, estudando o passado para orientar o futuro.

IV.2 - Estratégias

O modo de operar durante as diversas fases do projeto passa por incutir na população um sentimento de pertença, de participação que promovam e impliquem a ação de todos, motivando e apoiando a população, através do uso de práticas e metodologias da animação. Neste sentido, a principal metodologia de ação, de acordo com Serrano e Puya (2005) “(...) *trata de descobrir os potenciais recursos económicos e humanos da comunidade, assim como as capacidades endógenas que podem contribuir para o seu desenvolvimento*” (Serrano e Puya, 2005, p.59).

Os mesmos autores referem ainda “*Só se dinamiza a comunidade quando se inverte o esforço e os recursos próprios dos que lá vivem. As comunidades nunca se formam de cima para baixo e de fora para dentro, mas sim de dentro para fora e de baixo para cima(...)*” (idem).

O fator humano é o mais importante em todas as organizações de serviços, mais especialmente naquelas organizações onde se realizam atividades sociais, culturais e educativas, de acordo com Serrano, G. (2008) “(...) *a formação humana, técnica e sociocultural, juntamente com a experiência e o compromisso, ajudam a constituir o perfil adequado para um profissional na área da animação (...)*” (Serrano, G., 2008, p.34).

De realçar a importância de considerar os fatores de gestão¹¹ neste tipo de projetos, criar uma bolsa de voluntariado, recursos humanos, recursos financeiros e parcerias, de forma a diversificar as atividades definidas, sempre na perspectiva de evolução do próprio projeto de animação. De realçar que as parcerias a estabelecer são um fator imprescindível para o desenvolvimento e sucesso do projeto, nomeadamente Agrupamento de Escolas, Instituições do Ensino Superior, Associações Recreativas dentro e fora da freguesia, entre outras.

Como refere Trilla J. (1998) “(...) *a viabilização de qualquer projeto é necessário o apoio de estruturas e organismos (...)*” Trilla, J. 1998, p.35), e aqui é importante reforçar que para que se apresente uma viabilidade económica atraente, é necessário contar com o apoio de instituições públicas, nomeadamente a Junta de

¹¹ Ver anexo nº 3

Freguesia de Maceira, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e a Aadruse (Associação de Apoio Local) que visam o desenvolvimento de atividades no “mundo rural”, bem como, entidades/ parceiros que se prestem a colaborar no desenvolvimento económico da região.

Procurando, sobretudo, envolver a população e os agentes de forma ativa e permanente no objetivo central do projeto, o desenvolvimento sustentável de Maceira, através da valorização do seu património cultural e histórico, bem como das pessoas e associações locais, privilegiando o contacto direto com os visitantes, para que se consiga transmitir a riqueza social e cultural deste território rural. A Animação e o desenvolvimento comunitário é, como nos diz Garcia Roca (1995) “(...) *Só as relações sinérgicas estão em condições de afiançar uma coordenação adequada (...) significa incrementar a coordenação entre os diferentes intervenientes e entre as distintas dimensões da necessidade, com a participação de todos os agentes envolvidos*” (Garcia Roca, 1995, p.153).

Um projeto, deve seguir quatro fases de elaboração, imprescindíveis à sua viabilidade, de acordo com o apresentado no quadro seguinte (quadro 2).

Quadro 2 - Fases de elaboração do Projeto

Fases do Projeto	Tarefas
<p>Diagnóstico e Ante Projeto (Fase 1)</p>	<p>Interpretação do território: Análise social, recolha de dados e informação através de pesquisa bibliográfica e junto das pessoas e associações locais sobre todas as tradições e costumes. Observação e conversas sobre as necessidades e motivações da população. Recolha de informação relativa à implementação deste projeto e realização de algumas atividades junto dos residentes, de forma a avaliar a viabilidade do projeto.</p>
<p>Planeamento do Projeto (Fase 2)</p>	<p>Analisar todos os indicadores do projeto, entre eles, os fatores internos e externos, fraquezas e ameaças, pontos fortes e potencialidades da intervenção; Definir os principais e possíveis objetivos à implementação do projeto; Definir as estratégias (atividades), fatores de gestão, viabilidades e parceiros do projeto;</p>
<p>Implementação do Projeto (Fase 3)</p>	<p>Implementar estratégias de participação e gestão dos vários agentes e recursos envolvidos; Programar e gerir temporalmente a evolução do projeto; Avaliar de forma contínua e sistemática o desenvolvimento do projeto;</p>

**Avaliação
(Fase 4)**

Comparar os princípios iniciais do projeto com os atuais, definindo os condicionamentos/oportunidades do projeto; níveis de afluência de participantes “diretos” nas atividades e de visitantes; Os resultados e evoluções obtidas no local com o desenrolar do projeto; Os objetivos alcançados e possíveis.

Fonte: Elaboração própria

IV.3 - Diagnóstico

Para a realização de um projeto é necessário elaborar um diagnóstico rigoroso e conciso da realidade. Esta análise deve ser feita, preferencialmente, *input*, ou seja, dentro do próprio território.

Para que intervenção no território seja apropriada e vá ao encontro das necessidades sentidas, é necessário que os agentes dinamizadores, nomeadamente os animadores, saibam onde, com o quê e com quem podem contar para a mediação sociocultural, assim é indispensável, fazer uma interpretação patrimonial do território, neste caso, Maceira. A necessidade de nos educarmos e familiarizarmos com o território aponta-nos para a educação patrimonial, assim, segundo Farias (2002) “(...) *Cabe à educação patrimonial proceder à escuta e à mediação dos sujeitos sociais portadores de tradições, de saberes e fazeres que, na sua diversidade, constroem atrativos geradores de significação e integradores da identidade e identificação cultural. É da sua responsabilidade sensibilizar e consciencializar as comunidades em torno dos seus valores e tradições, inserindo tais práticas numa vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário coletivo e o património representativo da cultura, no eixo temporal e espacial (...)*” (Farias, 2002, p.62).

No decorrer deste processo, foi feita a recolha de documentos fidedignos, nomeadamente o “Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres”, Pré-Diagnóstico do Município de Fornos de Algodres”, imprescindível à análise deste território. A observação não participante em variadas atividades quotidianas, serviu também para poder percecionar com maior clareza as vivências e motivações da população desta aldeia. Foi, portanto, a partir destes dados que nos foi possível conhecer as motivações, expectativas e alguns projetos pessoais desta população, permitindo-nos, assim, planear as atividades a realizar.

A principal problemática que atinge Maceira é o evidente despovoamento, mas esse não é o único problema que afeta esta pequena aldeia, também o gradual envelhecimento da população é um fator de preocupação.

Poucos são já aqueles que continuam a trabalhar a terra, a passear pelas ruas, a reunir-se no café, ou no baile.

Apesar do orgulho na sua história, nas suas gentes e no seu património, foi precisamente a procura de uma vida melhor fora da aldeia que levou a população ao progressivo abandono da sua terra natal, contando neste momento com cerca de 3 centenas de migrantes, sendo que a maior parte não esquece as raízes, voltando sazonalmente para gozarem uns curtos períodos de férias, principalmente no Verão, reencontrando as suas famílias e para celebrar as festividades, com especial realce para a festa de nossa Senhora dos Milagres realizada a 8 de Setembro.

As pessoas deixaram, há já várias décadas, as tarefas agrícolas, as tradições a elas associadas, tais como as ceifas, as malhas, as vindimas, a apanha da azeitona, ou seja, todas as colheitas que eram realizadas numa ótica comunitária, existindo uma forte inter-ajuda. A matança do porco e outras tradições deste âmbito, que eram tidas na altura como essenciais à sua existência, ou seja, eram o seu *modus vivendi*, também foram caindo no desuso graças à modernização agrícola e posteriormente devido às exigências da sociedade atual. Em sequência destes acontecimentos assistiu-se a um progressivo abandono e deterioração das habitações, no entanto estas, constituem, ainda, um demonstrativo património da mais pura ruralidade. A escola primária foi, também ela, desativada há já alguns anos devido à baixa natalidade que se tem vindo a verificar nesta aldeia, tendo sido encaminhadas, as poucas crianças existentes, para a Escola Primária da Sede de Concelho - Fornos de Algodres.

É por tudo isto, que é urgente agir e não permitir que neste lugar se continue a verificar uma acentuada baixa demográfica onde assistimos atualmente a um forte envelhecimento da população.

Daí que a colaboração da população residente não possa ter um papel passivo, muito pelo contrário, a sua experiência de vida, a sua sabedoria é como que um motor essencial para o sucesso de um projeto de revitalização deste lugar recheado de atrativos, aos quais ninguém fica indiferente.

Neste sentido, o animador deve ser capaz de se adaptar ao meio, conhecer e sentir as realidades e necessidades do espaço onde irá intervir, procurando ser aceite pelas pessoas e pelos agentes de poder local, demonstrando que são mais um

elemento a querer apoiar e colaborar no desenvolvimento sustentável do território. Só conhecendo o meio podemos pensar em preservar e valorizar os recursos, assim devemos inculcar em nós próprios o sentimento de pertença, pois só assim se pode ambicionar e projetar estratégias de dinamização dos territórios.

IV.4 - Implementação de itinerários em Maceira

Num tempo que está para além da modernidade e em globalização cada vez mais acelerada, podemos verificar que se vão conseguindo nas mais variadas tarefas e projetos, reinventar especificidades culturais e recuperar memórias que se vão desvanecendo na descaracterização que a todos afeta.

Está sobretudo em curso uma mudança de gosto e de motivação, procura-se cada vez em maior número formas de turismo cultural. Daí que apareçam, cada vez mais, associados ao turismo, os itinerários, desenvolvidos entre os anos de 1980 1990 pelo Concelho da Europa e pela UNESCO. Entre eles encontramos os “itinerários culturais” e os “itinerários ambientais”, estes últimos, inseridos, fundamentalmente, no contexto de educação ambiental e tem como principais propósitos, estimular consciências para a preservação da natureza, fazendo-o a partir de itinerários de carácter desportivo e lazer no contexto ambiental. Segundo Batista “(...) *as ameaças locais e internacionais ao ambiente não diminuem, a menos que surja uma consciencialização, por parte da sociedade, sobre o equilíbrio entre a qualidade ambiental e a satisfação das necessidades humanas. Surge assim, a necessidade de formar cidadãos ativos, participativos, intervenientes, conscientes e literados ambientalmente (...)*” (Batista 1997, p.165).

Neste sentido é importante que se criem estratégias de ação devidamente integradas e ao mesmo tempo apelativas.

Os itinerários, de uma forma geral, constituem cada vez mais, uma parte indispensável e importante na oferta turística dos territórios e são, de acordo com Carvalho (s/d): “(...) *rotas, circuitos, itinerários, convocando sítios e lugares como pontos de uma rede desenhada em diferentes escalas, ancoradas ao património e frequentemente ao turismo cultural, representam caminhos validos para a construção de marcas de identidade territorial, e são um estímulo para a articulação entre as diferentes peças e a construção de um sentido de pertença ao conjunto(...)*” (Carvalho, s/d, p. 46).

Ligados a esta nova conceção na divulgação dos territórios e de lazer estão, os meios rurais que vivem, presentemente, uma efervescência patrimonial que não pode deixar de ser vista como uma reação à atomização social e ao desenraizamento causados pela aceleração da vida moderna, pela desertificação dos campos e pelo ritmo de desaparecimento dos “modos de vida tradicional”. O património funciona, neste contexto, como uma invenção cultural, uma forma de reanimar o presente através da atribuição de uma segunda vida a um passado inerte e supostamente longínquo. A refuncionalização desse passado, oscilando entre a reativação, a reinvenção e a idealização, adquire formas diversas de caso para caso. Para Vieira (2005) “(...) *Os meios rurais oferecem amplas possibilidades de desenvolvimento de atividades de animação as quais devem adaptar-se às especificidades dos territórios bem como à tipologia do público-alvo (juvenil, adulto, sénior). Importa ter presente que em destinos rurais o turista procura, sobretudo, atividades de animação com grau elevado de autenticidade, enquadráveis nas particularidades da vida local (...)*” (Vieira 2005, p. 56).

Neste sentido, a descoberta do património pelos meios rurais tanto pode consistir em descobrir algo que já existia, mas que tendo deixado de estar integrado nas práticas quotidianas é redescoberto para novas funções, como manifestar-se através de operações de invenções e de encenação de uma singularidade e de uma continuidade.

A implementação de itinerários nestes territórios, quer sejam itinerários de carácter cultural ou ambiental, pedestres, todo o terreno, BTT, entre outros, são no fundo, uma junção destas duas maneiras de reanimar os mesmos.

Tendo em conta a diversidade do património natural, o imenso património histórico-cultural e social, os itinerários culturais, ambientais, têm por objetivo a promoção de uma região. São projetos de importante base produtiva, que devidamente enquadrados e desenvolvidos contribuirão não só para a criação de um maior número de postos de trabalho, como em larga medida para um desenvolvimento geral dos territórios, bem como e, não menos importante, para sua preservação, promoção e divulgação. Pois é preciso assinalar que têm ocorrido importantes modificações no plano sociocultural nomeadamente, a extensão dos modelos culturais urbanos ao espaço rural e, de forma paralela, a revalorização dos “modos de vida” e das culturas rurais; a consciencialização dos cidadãos sobre a necessidade de conservar o ambiente e preservar a paisagem e a procura, cada vez maior, de espaços naturais e culturais por parte da sociedade de ócio.

Para além da importância que os itinerários podem ter na divulgação dos territórios, é também de salientar, como estes podem, igualmente, servir de elementos estruturantes das atividades a desenvolver no âmbito de um projeto de carácter sociocultural.

Os itinerários, quando elaborados e implementados em perfeita harmonia com a variedade de recursos patrimoniais (natural, monumental e construído e sociocultural) permitem a realização de um conjunto variado de atividades complementares para visitantes com interesses específicos e uma vez que a descoberta faz parte do passeio e caminhar é um meio de descobrir uma região, modos de vida, o património natural, cultural, histórico. Tudo pode servir de pretexto para a descoberta, ou quase tudo, desde que o objeto da descoberta esteja próximo da natureza e tenha um carácter “autêntico, genuíno”.

IV.4.1 - Itinerários Culturais e Ambientais

Neste caso concreto, que é a freguesia de Maceira, os itinerários pedestres e de BTT são, sem dúvida alguma, uma mais valia para a sua revitalização associada a um inevitável desenvolvimento local.

A importância faunística, florística, paisagística, geomorfológica e arqueológica é acrescida pela riqueza cultural das suas gentes que, desde tempos imemoráveis, aqui têm deixado marcas da sua presença.

Estes itinerários têm como finalidade privilegiar o desenvolvimento na área da conservação de todo o património quer natural, patrimonial e cultural, bem como a valorização dos mesmos.

Maceira possui todas as condições para dinamizar um projeto cultural de revitalização da aldeia, criando atividades a novos residentes e visitantes, com a implementação de itinerários turísticos, neste caso pedestres e de BTT, tendo como público alvo a própria população e os visitantes.

Chegados a “Maceira”, dar-se-á início a um dos dois percursos que fazem parte dos itinerários concebidos para esta aldeia, que, apesar, de terem um carácter pedagógico diferente, ambos se mostram aprazíveis e com uma componente lúdica apelativa a todos os que se mostrem interessados em executar estes itinerários.

Os itinerários a implementar em Maceira, visam criar interações entre a população autóctone e os visitantes cujos objetivos estão contemplados a seguir.

Perante os objetivos que se seguem para cada um dos itinerários que visam, sobretudo, promover e preservar, dinamizar e valorizar todo o património deste

território num âmbito inter-geracional, propõe-se criar dinâmicas participativas, cujas atividades se inserem em dois itinerários, um cultural e outro ambiental.

Itinerário cultural

- Transmitir a cultura tradicional.
- Valorizar, Preservar e Promover o património.
- Desfrutar do meio rural.
- Recriar e Reproduzir atividades tradicionais.
- Revitalizar e Salvaguardar as tradições.
- Desenvolver Processos Artísticos

Itinerário Ambiental

- Respeitar a natureza e os seus recursos;
- Promover a prática desportiva;
- Potenciar a auto-estima;
- Fomentar a educação ambiental;
- Desfrutar da natureza;
- Salvaguardar e dinamizar os sítios arqueológicos, através da preservação, valorização e divulgação,

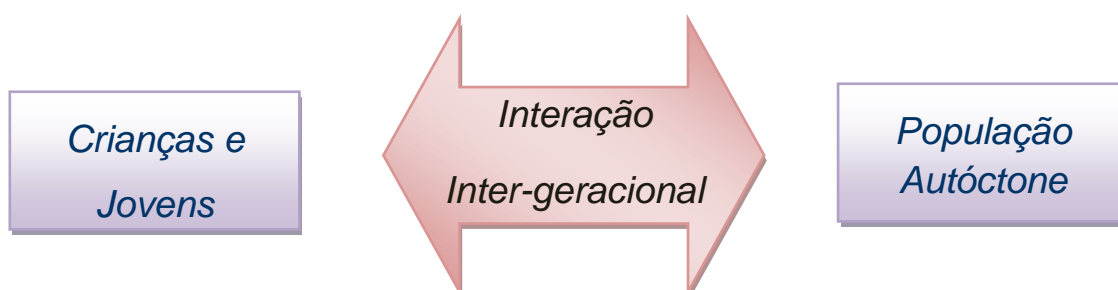


Figura 2 - Interação nos itinerários

Fonte: Elaboração própria

IV.4.1.1 - Itinerário Cultural

Numa conjugação perfeita entre os interesses da população e a preservação de memórias e formas de vida genuínas, aliado a todo património cultural, pretende-se sobretudo, que as iniciativas aqui a implementar tenham um carácter lúdico e pedagógico.

Este itinerário pressupõe atividades que se prendem com a transmissão e valorização da cultura, saberes e práticas populares, numa perspetiva inter-geracional

e socialmente integrada, pelo que o público alvo deste itinerário serão as crianças das escolas.

Na aldeia as atividades serão orientadas com o intuito de valorização e preservação patrimonial, otimizando os elementos existentes, quer sejam, culturais ou construídos. As atividades terão o acompanhamento de vários residentes da aldeia (cada um deles situado nos locais onde decorrerão as atividades) que servirão de orientadores ao longo do percurso cultural.

Contos populares, lendas, cantigas, músicas, gastronomia, usos e costumes, dramatizações que retratem o *modus vivendi* deste território, devem estar presentes e fazer parte integrante de todas estas atividades

Seguem-se as atividades a implementar ao longo do itinerário cultural, que terá o seu início numa quinta agrícola, denominada Quinta das Cortes, que possui um empreendimento de turismo rural.

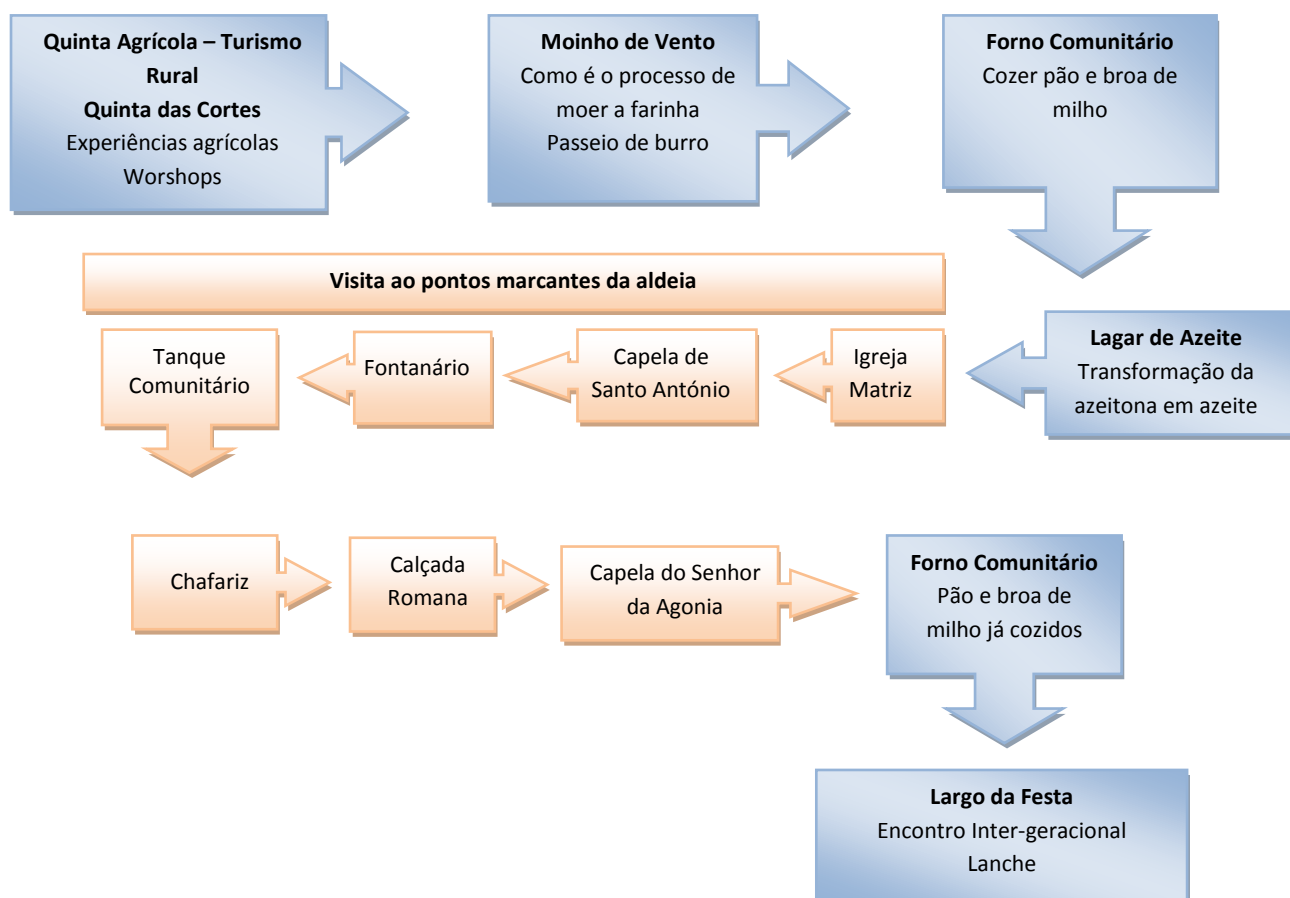


Figura 3 - Itinerário Cultural

Fonte: Elaboração própria

Como já foi referido, o itinerário cultural terá o seu início numa quinta agrícola, denominada “Quintas das Cortes”, aqui haverá uma pequena abordagem aos modos de vida da população de Maceira, bem como às necessidades contemporâneas que levam à procura de locais como este.

Aqui as crianças tomarão contacto a terra e com tudo o que aí se produz, farão uma visita pela quinta, bem como, à própria habitação, que neste caso se trata de um empreendimento de turismo rural. De acordo com a estação do ano, terão oportunidade de participar nas tarefas agrícolas da época (workshops). Este acompanhamento será feito por parte do responsável da quinta.

Pretende-se com esta atividade que as crianças possam conhecer *in loco* toda a envolvente onde se vão realizar a atividades., ao mesmo tempo que se elevam os níveis educativos e culturais para uma melhor educação ambiental.

No que respeita às práticas agrícolas, aqui têm a possibilidade de experimentar, do “fazer”.

O quadro seguinte (quadro 3) apresenta as atividades a realizar no âmbito dos Workshops a implementar no itinerário cultural.

Quadro 3 – Workshops a implementar

Designação	Os cinco Sentidos – Workshops
Objetivos/ Finalidades	Realizar uma atividade espontânea, de abertura a novas formas artísticas. Potenciar a imaginação, a capacidade artística ou simplesmente passar um momento de descontração.
Conteúdos /Metodologias	Nesta atividade pretende-se que cada participante faça uma recolha de materiais autóctones, dependendo da estação do ano. Os workshops irão decorrer em espaços ao ar livre (quintas, hortas) ou na antiga escola, agora um espaço que serve a comunidade. Os participantes irão realizar estes trabalhos com o acompanhamento de um animador, um professor e residentes da aldeia. Com estes workshops, pretende-se ter contacto com a terra e desta forma valorizar o que esta nos oferece, assim como conceber com poucos gastos trabalhos,

	<p>ou simplesmente estímulos, que nos ajudem a compreender o que de melhor temos e que terra nos oferece.</p> <p>Pretende-se que estes workshops estejam sempre inseridos num contexto de reviver tradições, usos e costumes, ou seja, não esquecer a cultura deste território rural.</p>
	Atividades a Realizar nos Workshops na natureza
Primavera	Sementeiras – batata, feijão, milho, centeio, cebolo, tomate, pimentos, e árvores de corte. Tosquiar as ovelhas, sachar a terra, enxertar.
Verão	<p>Colheitas – colher o centeio e o que se semeou na Primavera e posterior desfolhada e malha dos cereais (milho, centeio), apanhar os frutos (cereja, pêra, maçã, figo, pêssigo).</p> <p>Crestar o mel (retirar o mel da colmeias e todos o processo inerente).</p>
Outono	<p>Participar numa vindima, apanhar as castanhas, as favas, ervilhas, alhos, couves, alfaces, hortaliças.</p> <p>Plantar morangos e árvores de fruto, bolbos de várias flores.</p>
Inverno	<p>Plantar a couve-galega, repolho e algumas árvores de fruto.</p> <p>Podar as árvores de fruto.</p> <p>Apanhar a azeitona, fazer o azeite no lagar. Podar as árvores de fruto.</p>

Fonte: Elaboração própria

A moagem do cereal é a atividade que se segue e que decorrerá no Moinho de Vento, exemplar único na região e que preserva a tradição da moagem dos cereais. Dentro do próprio moinho, será feita uma abordagem sobre o mecanismo do moinho, de forma a conceber a farinha, para depois se fazer o pão. Esta atividade será orientada por um residente da aldeia e todos os visitantes poderão participar. No exterior terão a oportunidade de fazer um pequeno percurso de burro, animal tão característico desta região.

Depois de preparada a farinha, (no moinho) torna-se indispensável a cozedura do pão, é precisamente no forno comunitário que esta atividade irá decorrer, e deste modo aprender o método tradicional de todo este processo.

O processo de fazer pão e a broa de milho (tão característica desta localidade) é uma das atividades mais antigas e mais atrativas desta aldeia. Os visitantes serão levados a participar neste processo.

Enquanto o pão e broa de milho estão no forno a cozer as crianças irão desfrutar de mais atividades, pelo que se segue a visita ao Lagar de Azeite, onde terão a oportunidade de conhecer *in loco* todo o processo de transformação da azeitona em azeite, tarefa agrícola carregada de tradições e saberes locais.

Representa uma atividade económica muito forte desta freguesia de Maceira no tempo em que as atividades ligadas à extração do azeite marcavam as vidas de grande parte destas populações. Está localizado estrategicamente num local bastante privilegiado, no centro da localidade.

O lagar era, e continua a ser, local de grandes encontros gastronómicos e etnográficos carregados de características tão próprias desta freguesia.

De seguida, pois o pão e a broa ainda estão no forno, as crianças vão conhecer a aldeia, para depois regressarem e saborearem o pão feito por elas.

Ao mesmo tempo que vão conhecer a aldeia, serão contados pontos importantes da sua história, das suas tradições e dos seus modos de vida. Para além disso, será feita uma exposição por parte dos residentes da aldeia que acompanha o grupo. Deste modo serão visitadas:

- Igreja Matriz
- Capela de Santo António
- Fontanário, Tanque Comunitário e Chafariz;
- Calçada Romana
- Capela do Senhor da Agonia

Esta visita tem também a finalidade de proporcionar o contacto direto com as pessoas da aldeia e deste modo permitir uma troca de saberes, bem como promover o património da aldeia.

Já com o pão e a broa de milho cozidos o encontro inter-geracional e lanche-convívio será a última etapa deste itinerário, os quadros seguintes representam os objetivos e metodologias do término do itinerário (ver quadros 4 e 5).

De salientar que todas as atividades são orientadas por residentes da aldeia.

De forma a poder proporcionar uma melhor compreensão das atividades podem ser analisados os quadros constantes no anexo nº 4.

Quadro 4 – Encontro Inter-geracional e Lanche - convívio

Atividade	Encontro Inter-geracional e Lanche
Objetivos/ Finalidades	Proporcionar a todos um momento relaxante e de confraternização, para além de saborear o pão e a broa de milho acabados de cozer.
Conteúdos /Metodologias	O lanche será feito no largo da festa, caso o tempo não o permita, será feito num espaço fechado (Lar de 3ª Idade).
Ementa	Será de acordo com a altura do ano.
Finalidades	Aqui representa o término do itinerário com a degustação de um lanche típico acompanhado do pão e broa quentinhos. Terão, aqui, também a presença dos utentes do Lar de 3ª Idade para a realização de atividades tradicionais desta localidade (jogos tradicionais, lendas, cantares, entre outros). Este momento final serve, também, para cada participante expresse a sua opinião/sugestão/avaliação relativamente ao projeto desenvolvido. É ainda oportuno este momento, para salientar, a gratidão a todos os que participaram na atividade.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 – Jogos tradicionais

Designação	Jogos tradicionais
Objetivos/ Finalidades	Fomentar o reconhecimento e a valorização da cultura e das tradições; Estimular a imaginação e criatividade dos participantes (adultos e crianças); Promover a interação social, a partilha de experiências e de conhecimento; Promover atividades culturais e recreativas de modo a reforçar e valorizar a identidade cultural da população.
Conteúdos /Metodologias	A metodologia utilizada será de acordo com a exigência de cada jogo.

Jogos Tradicionais a realizar	<ul style="list-style-type: none"> • Jogo do cântaro • Jogo da pela • Jogo das pedrinhas • Jogo da cabra cega • Jogo da malha • Jogo da chona • Jogo do lenço
--------------------------------------	--

Fonte: Elaboração própria

IV.4.1.2 - Itinerário Ambiental

Numa conjugação perfeita onde o homem se encontra com a natureza na sua plenitude e harmonia, contemplando o equilíbrio entre a rusticidade da paisagem e a beleza de formas indescritíveis, propõe-se um itinerário pedestre e um outro de BTT (bicicletas todo terreno) e os mesmos contemplem também diversas atividades lúdico – desportivas.

Estes itinerários têm como finalidades criar espaços que privilegiem o desenvolvimento na área da conservação da natureza e a valorização dos mesmos, pressupõe atividades que se prendem com a transmissão e valorização de todo o património natural, bem como a cultura que lhe está associada.

O público alvo destes itinerários são jovens e adultos em boas condições físicas.

No terreno todas as atividades serão orientadas com o intuito de desenvolvimento natural, otimizando os elementos existentes, quer sejam, naturais ou físicos, de forma a estimular, preservar e regenerar o património existente. As atividades terão o acompanhamento de técnicos especializados e de um residente da aldeia, que servirá de guia ao longo do percurso.

As atividades a implementar nestes percursos são comuns, o que difere entre eles é que um o itinerário pedestre terá um circuito mais curto (cerca de 6 Km) e tem passagem pelo interior da povoação desde o Lugar da Lama até à Quinta dos Telhais, enquanto que o itinerário BTT terá um circuito mais longo (cerca de 15Km) pois se o percurso utilizado desde o Lugar da Lama até à Quinta dos Telhais será realizado por caminhos rurais que constituem uma variante ao centro da população.

As atividades destes itinerários constam do anexo nº 5, que terá o seu início numa quinta agrícola, denominada Quinta da Ribeirinha, é uma exploração agrícola cuja principal atividade é a pastorícia, para o efeito esta quinta possui instalações destinadas aos animais e à respetiva ordenha.

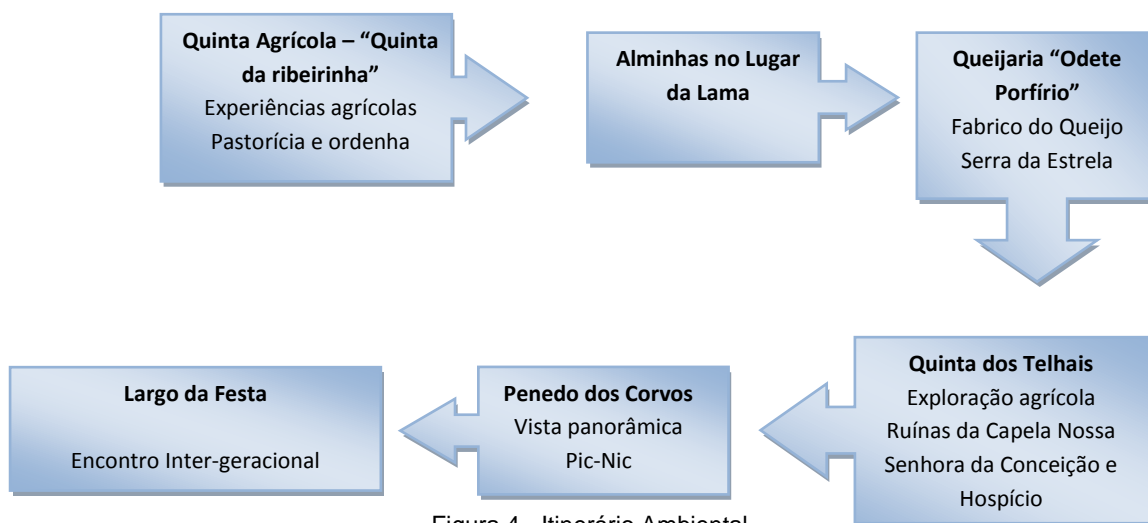


Figura 4 - Itinerário Ambiental

Fonte: Elaboração própria

No desenvolvimento destes itinerários pretende-se sobretudo que os visitantes tenham contacto direto com as pessoas da aldeia e deste modo permitir uma troca de saberes.

Ao mesmo tempo que vão conhecer a aldeia, serão contados pontos importantes da sua história, das suas tradições e dos seus modos de vida. Contos populares, lendas, cantigas, músicas, gastronomia, usos e costumes devem estar presentes e fazer parte integrante de todas estas atividades.

É de salientar que estes itinerários não são exaustivos, outros podem ser realizados, dentro e fora da freguesia. Fora da freguesia com o intuito, também, de divulgar, promover e valorizar o território envolvente, dado que este possui características semelhantes, e no sentido do “pensar global, agir local”. Isto porque fora da freguesia, ou seja, nas freguesias limítrofes existem vários sítios arqueológicos da Pré-História que são exemplo da expressão e reconhecimento internacional que o património arqueológico do concelho tem: Fraga da Pena, o Castro de Santiago, Dólmen de Corgas de Matança, Casa da Orca de Cortiçô. São o retrato vivo dos seus antepassados.

IV 2 – Impactos da implementação do projeto

Mesmo tendo em consideração os conceitos inerentes a análise SWOT, nomeadamente, os pontos fracos à implementação de um projeto deste cariz, que envolve três fatores essenciais, nomeadamente: ambientais, económicos e

socioculturais têm sempre impactos positivos e negativos., conforme apresentados no quadro que se segue:

Quadro 6 - Impactos do projeto na aldeia de Maceira

Impactos	Positivos	Negativos
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de planos e programas de preservação de áreas naturais; • Investimento em medidas de proteção da natureza; • Convívio direto com a natureza; • Maior respeito e educação pelo meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Destruição da paisagem natural e da área agro-pastoril; • Destruição da flora e da fauna; • Degradação da paisagem, de locais históricos.
Económicos	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de empregos; • Modificação positiva da estrutura económica; • Promover as potencialidades económicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Custos de oportunidades; • Sazonalidade da procura turística.
Sócio-Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos níveis culturais e profissionais da população; • Valorização da herança cultural; • Valorização e preservação do património histórico; • Aumento da auto – estima; • Transmissão de cultura às gerações vindouras; • Promover as potencialidades culturais e turísticas da aldeia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações da moralidade; • Descaracterização do artesanato; • Vulgarização das manifestações culturais; • Destruição do património histórico.

Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES

Tendo presente a noção de desenvolvimento proferida pela ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (1998), as comunidades podem desenvolver-se aprendendo, revivendo e valorizando o seu património e as suas memórias coletivas, fortalecendo identidades. Sendo todo o património símbolo da criação cultural humana, este pode ser utilizado nas mais diversas formas para educar as gerações vindouras e relembrar à geração atual a sua história, identidade, formação e educação cultural, quer enquanto indivíduos, quer enquanto cidadãos de uma nação.

Desta forma os objetivos relacionados com o desenvolvimento, participação, transmissão e de comunicação inter-geracional ficam assegurados com a implementação da Aldeia Cultural.

Todo o património, para além de se construir como elemento de preservação da memória coletiva de uma comunidade, é também elemento de reconstrução, reestabelecimento de identidades. Os territórios rurais, enquanto espaços vivos, espaços carregados de tradição, de memórias, são por conseguinte, lugares privilegiados e evocativos de cultura, tão defendida em documentos como a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, pela UNESCO, ou da própria Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, entre outros.

Estes espaços de ação cultural, como é o caso de uma Aldeia Cultural, reinventam, valorizam, preservam e promovem o património tangível e intangível e ainda reafirmam a identidades de uma comunidade. Mas falar de proteção e salvaguarda do património *per si*, sem consequências, ou como um fim de si mesma, torna-se pouco, Como refere Jean-Marie Domenach, “*O objetivo de uma cultura não deverá (...) resumir-se à proteção de um património e de um espaço cultural. Deverá ser o de pôr os indivíduos e os grupos em condições de recompor uma personalidade, uma identidade.*” (Domenach, J.M., 1987, p. 35).

Reconhecendo-se que os territórios rurais são, por excelência, verdadeiros repositórios da cultura, este projeto para a freguesia de Maceira assumirá a forma de um plano de intervenção e ação cultural, social, ambiental e, acima de tudo, a identidade e auto-estima da população local. Propõe ser um foco dinamizador do território e difusor de cultura e desenvolvimento, com a criação da Aldeia Cultural.

É um trabalho, de mudança de mentalidades de uns e, ao mesmo tempo, de preservação de outros, que deve unir todos os agentes locais e ambicionar conquistar novos parceiros externos, para que juntos possam desenvolver ações participativas e contínuas, que contribuem para animar a população, que concorrem para a melhoria da qualidade de vida nesses territórios e inspiram uma visão futura, que transmite sustentabilidade pessoal e social, no caso concreto, a freguesia de Maceira.

A sustentabilidade deste território passa pela partilha e interação social e para que as mudanças não se tornem prejudiciais para a população e recursos patrimoniais do local é necessário que os planos e projetos de dinamização territorial sejam obtidos em conformidade com as vontades das pessoas e dos aspetos socioculturais, envolvendo as pessoas de forma ativa e participativa, criando-se assim laços e *sentimentos de pertença* em todos os agentes envolvidos, sejam eles a população

local ou os visitantes, até porque “*o mundo rural é muito mais do que o lugar onde vive a população rural, (...) é, também, uma garantia de prosperidade e qualidade de vida para toda a população, tanto a urbana como a rural*” (Declaração de Sevilha para o Desenvolvimento Rural, Maio de 2005 cit. por Serafim, 2005, p.66).

É através de dinâmicas de carácter sociocultural, artístico, mais precisamente com a implementação da Aldeia Cultural, que os técnicos dinamizadores e interventivos podem atingir as várias dimensões naturais do Homem.

A Aldeia Cultural é um “instrumento” capaz e consistente de desenvolvimento local e preservação do meio rural e natural, bem como, de todas as práticas humanas, socioculturais e artísticas no território de Maceira.

Permitindo que o atual Mundo globalizado não as destrua, assim é urgente que as atividades, programas e projetos procurem que as características e recursos dos territórios sejam mantidos “vivos”, para que possam ser dinamizados e, ao mesmo tempo, protegidos.

Este projeto, para além de se apresentar como uma forma de desenvolvimento social, funcionará como fomento e implementação do turismo rural (sustentável) na freguesia como mais-valia para o desenvolvimento do potencial desta aldeia serrana.

Para a elaboração deste projeto, apresentou-se uma estratégia que visa superar as debilidades através de uma análise Swot e propôs-se ações que tirem proveito dos pontos fortes, oportunidades e potencialidades emergentes na freguesia de Maceira.

Interessa promover o desenvolvimento sustentável da freguesia a manutenção e afirmação da identidade sócio-cultural, tirando proveito do potencial patrimonial que esta aldeia detém.

Neste sentido, a aldeia de Maceira pode ser uma Aldeia Cultural, e desta forma contrariar esta tendência de despovoamento, passando a ter um papel fulcral na transferência inter-geracional de cultura de forma a transmitir às gerações vindouras todo o seu saber.

Assim, pelo presente estudo, foi demonstrado que existe a possibilidade de passar do conceito abstrato à prática, das ideias as ações na medida em que é possível esboçar a Aldeia Cultural na freguesia de Maceira, conforme propósito inicial. Desta forma considera-se que, com todo o trabalho de campo e respetivo resultado ora apresentado, foram atingidas as metas propostas.

Neste sentido e por conseguinte, vemos que a Aldeia Cultural dá cumprimento por inteiro a todos os objetivos norteadores da realização deste trabalho.

Em suma, trata-se de perspetivar o futuro da freguesia de Maceira através da implementação de um projeto de carácter social, cultural e ambiental, onde o desenvolvimento local deve ser edificado através da participação e dinamização dos diversos atores e agentes, que nutram pelo território o mesmo interesse e vontade em valorizar e preservar o património.

Isto é o sonho, a que se refere Fernando Pessoa na celebre frase “O Homem sonha, a obra nasce, ...”, o intuito com o desenvolvimento deste Projeto é que a obra nasça, isto é, a sua concretização, que deixe de ser papel escrito e que a implementação do projeto seja uma realidade que não diste no tempo por forma a que a desertificação, o envelhecimento da população e a diminuição da população jovem não impossibilitem que a obra nasça.

É de realçar, a importância de se fazer um estudo de mercado aprofundado, para que o projeto de intervenção se caracterize favoravelmente pela sua viabilidade económica, social e técnica. É necessário que se reúnam e determinem o máximo de apoios, quer sejam técnicos quer económicos e sociais.

Para que se apresente uma viabilidade económica atraente, é necessário contar com o apoio de instituições públicas, nomeadamente a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e a Adruse (Associação de Apoio Local) que visam o desenvolvimento de atividades no “mundo rural”, bem como, entidades/ parceiros que se prestem a colaborar no desenvolvimento económico da região. Na questão da viabilidade técnica necessária para recriar momentos tradicionais de Maceira, teremos que procurar estabelecer e determinar quais os materiais necessários a essa recriação tradicional, para assim estabelecer contactos com as entidades e associações locais e exteriores, que possam ser nossos parceiros. Para finalizar a contenda da viabilidade, aparece aquela que parece ser a mais importante de obter, a viabilidade social, que engloba a aceitação da população local e todas as associações/instituições intervenientes, para a dinamização e recriação das atividades lúdicas e pedagógicas, pois serão estas pessoas, as que se pretende mobilizar e “ocupar” de forma participativa e ativa, em prol do desenvolvimento sustentável da aldeia de Maceira. Para concluir e tal como nos diz Fernandes (1995, p.49): “(...) *O mais importante de todos os recursos disponíveis do nosso planeta é o próprio Homem... Investir no futuro é investir na educação, na consciencialização dos indivíduos e criar novos comportamentos onde a tolerância, a solidariedade, o sentido de justiça e o amor, sejam determinantes*”.

BIBLIOGRAFIA

- Aires-Barros (2003). *Conservação e preservação de monumentos*. Ambiente 21, pp. 66-71;
- Almeida et al., (1998) *O Património Local e Regional*. Lisboa: Ministério da Educação;
- Almeida, A. (1998). *Visitas de estudo, concepções e eficácia na Aprendizagem*. Lisboa: Biblioteca do Educador, Livros Horizonte, p. 25;
- Ander-Egg, E (1980). *Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*. 10ª ed. Tarragona: Unieurop, p. 71;
- Ander-Egg, E. (1999). *O léxico de animador*. Ourense: ASPGP (Movimento da Renovação Pedagógica), pp. 66-67;
- Ander-Egg, E. (2000). *Métodos y Técnicas de Investigación Social III. Cómo organizar el trabajo de investigación*. Argentina: Grupo Editorial Lumen, p. 75;
- Ander-Egg, E. (2001). *Metodología e Práctica de la Animación Sociocultural*. Madrid: Editorial CCS, p. 19;
- Animar (1998). *Declaração de Amarante: Desenvolvimento Local – Uma Oportunidade de Futuro*. Amarante: Rede Amimar;
- Artigo 66º da Constituição da República Portuguesa – Ambiente e Qualidade de Via;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses. (2001). *Álbum de Prata do Poder Local Democrático*. Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Auslander, P. (2008). *Theory for Performance Studies*. London and New York: Ed. Routledge;
- Baptista, M. (1997). *Turismo Competitividade Sustentável*. Lisboa: Editorial Verbo, p. 165;
- Baudrillard, J. (1976). *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70;
- Benavente, A. (Coord.) (1993). *Mudar a escola mudar as práticas. Um estudo de caso em educação ambiental*. Lisboa: Escolar Editora;
- Besnard, P. (1988). *Problemática de la Animación Sociocultural*. Barcelona: Ed. Oikos-Tau, p. 27;
- Bogdan, R. & Biklen, K. (1982). *Qualitative research for education: an introduction to theory and methods*. Boston: Allyn & Bacon, p.23;
- Braus, J. A., Wood, D. (1998). *Educación ambiental en las escuelas; creando un programa que funcione!* Londres/ Nova Iorque: Columbus, Centro de

Información de Recursos Educativos para la Ciência, las Matemáticas y la Educación Ambiental;

- Cabeleira, M.A.M. (2010). *As tradições populares como factor de desenvolvimento turístico local no concelho de Chaves*. Dissertação de Mestrado em Turismo (Gestão). Chaves: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Café, D.C. (2007). *Património, Identidade e Memória: proposta para a criação do Museo do território de Alcanena*. Dissertação de Mestrado em Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia;
- Câmara Municipal de Fornos de Algodres. Consultado em Maio 1 de 2012 em www.cm-fornosdealgodres.pt/;
- Cardoso, A. M. (2002). *Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais*. Lisboa: Observatório Medioambiental, Vol. 5;
- Carvalho, M., Carmo B. et al. (1998). *Programas e serviços de protecção e inclusão social dos idosos*. IEEPUC/ SP, Brasília: Secretaria de Assistência Social, MPAS, p.9;
- Carvalho, P. (2005). *Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia. Coimbra: Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra;
- Carvalho, P. (s/d): "População, Território e Desenvolvimento. Análise a partir das aldeias serranas da Lousã, in *Actas do X Encontro APDR (Demografia e Desenvolvimento Regional)*. Évora: Universidade de Évora;
- Catalá, R., Carbó, O. (1991). *Ecoterritorio y animción sociocultural*. Valência: Edición Grup Dissabte;
- Cavaco, H. (1995). *Educação Ambiental para o desenvolvimento: Um projecto várias experiências*. In Conselho Nacional de Educação (Ed.). *Educação Ambiental: Actas do Colóquio*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, p. 127;
- Champetir, Y, (1998). Qualitative methods in research on teaching. In M. C. Wittroch (ED), *Handbook of research on teaching*. New York: Macmillen, NY;
- Circular normativa nº 13/DGCG de 02 de Julho de 2004. *Programa Nacional para a saúde das pessoas idosas*. Ministério da Saúde / D.G.S, p. 11;
- Cluzeau, C. O. (1998). *Le tourisme culturel*. Paris: PUF;

- Cohen, A. P.(1998). *The Symbolic Construction of Community*. Londres: Routledge;
- Comissão Europeia (1995) - *Ambiente e Regiões: Para um Desenvolvimento Sustentável*. Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias;
- Constituição da República Portuguesa (1999). *Artigo 78º - Fruição e Criação Cultural*. Coimbra: Almedina, p. 38;
- Correia, J. (2003). *Introdução à Gerontologia*. Lisboa: Universidade Aberta;
- Cristóvão, A. (1997). "Mudam-se os tempos,... Mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de interação entre investigadores, extensionistas e agricultores" in *I Simpósio: A Articulação entre Investigación e a Extensão na Agricultura*. Évora, p.98;
- Cubero, M. V. (1991). *La Animación Sociocultural – Una alternativa para la tercera edad*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, p. 35;
- Daveau, S. (1969). Estrutura e topografia da Serra da Estrela. *Finisterra*, 4 (8), C.E.G, Lisboa;
- Debert, G. G. (1999). *A reinvenção da velhice*. São Paulo: EDUSP, FAPESP;
- Decreto – Lei nº 54/2002 de 11 de Março - Regime jurídico das instalações e funcionamento dos estabelecimentos do turismo rural;
- Decreto – Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro - Aprova a reorganização curricular do Ensino Básico;
- Decreto-Lei Nº 7/2001 de 18 de Janeiro - Novos currículos do ensino secundário;
- Delanty, G. (2007) in Koppers, P. and Gwen, R. *The Community Performance Reader*. N. York: Ed. Routledge;
- Delors, J. et all. (1998): Educação: um tesouro a descobrir. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, MEC, UNESCO;
- *Dicionário Enciclopédico das Freguesias (1997)*. Vol 3, Freixo: Minhaterra, p. 278;
- Domenach, J. M. (1987). *Enquête sur les Idées Contemporaines*. Paris: Ed. du Seuil;
- Enciclopédia livre on-line. Análise SWOT. Consultado em Maio 8 de 2012 em http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_SWOT;

- Farias, E. K. V. (2002). A construção de atractivos turísticos com a comunidade. In: Murta, S. M.; Albano, C. (org.). Interpretar o património: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, p.62;
- Fermisson, J. (2001). Problemas de promoção do desenvolvimento em Portugal: rumo a estratégias territorializadas de base local e regional. In *Territórios Alternativos*. Grândola: Inesla;
- Fernandes, H.J. (2007). *Solidão em idosos do meio rural do Concelho de Bragança*. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Idoso. Bragança: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação;
- Fernandes, J. A. (1995). Um passado com futuro. In *Conselho Nacional de Educação (ED), Educação Ambiental: Actas do colóquio*. Lisboa: Concelho Nacional de Educação, p. 49;
- Ferreira, A. (2005). *Gestão estratégica de cidades e regiões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- Ferreira, J.M. (1983). *Artesanato, cultura e desenvolvimento regional. Um estudo de campo e três ensaios breves*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda;
- Figueiredo, J. (1996). *Trancoso. Dez anos de cultura (1986-1996)*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso; p. 9;
- Fragoso, A. (2005). Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, Universidade do Minho, 1 (1);
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Jan (2ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra;
- Freire, P. (2001). *Extensão ou comunicação?* (11ª ed.). São Paulo: Paz e Terra,
- Frier, P.L.. (1997). *Droit du patrimoine culturel*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 23;
- Garcia Roca, J. (1995). Contra la exclusión. Responsabilidad pública e iniciativa social. Santander: Editorial Sal Terra, p. 153;
- Gaudiano, E. (2005). *Educação Ambiental*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 54;
- Gonçalves, A. (1998): *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais, p. 105;

- Gonçalves, A.R. (Coord.), Costa, J. & Martins, P. (2005). *O Algarve: a interpretação do seu património arqueológico*. Consultado em Abril 8 de 2012 de <http://www.dosalgarves.com/revistas/N13/3rev13.pdf>;
- INE (1991). *XIII Recenseamento Geral da População*. Lisboa;
- INE (2001). *XIV Recenseamento Geral da População*. Lisboa;
- INE (2011). *Recenseamento Geral da População 2011, Resultados Provisórios*. Recenseamento Geral da População 2011, Resultados Provisórios do Instituto Nacional de Estatística. Consultado em Abril 20 de 2012 em www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui;
- Joaquim, G. (1999). Turismo e Mundo Rural: Que Sustentabilidade? In Cavaco, C. (Coord.), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa;
- Junta de Freguesia de Maceira. Consultado em Maio 1 de 2012 em www.maceira.freguesias.pt/;
- Kayser, B. (1994). A Cultura uma alavanca para o desenvolvimento local (versão electrónica). *LEADER Magazine nº 8 – Inverno*. Consultado em Março 20, 2012, de <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/culture/art03.htm>;
- Kershaw, B. (1992). *The Politics of Performance: Radical Theatre as Social Intervention*. Londres: Routledge;
- Kershaw, B. (1992). *The Politics of Performance: Radical Theatre as Social Intervention*. Londres: Routledge;
- Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural;
- Lei Nº 11/87, de 67 de Abril - Lei de Bases do Ambiente;
- Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto – Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Lipiansky, E. (1992). Représentations sociales et ideologies. Analyse conceptuelle” in Aebischer, V., Deconchy, J.P., Lipiansky, E. (eds.). *Idéologies et représentations sociales*. Suisse: Delval;
- Lopes, M. S. (2006). *A Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves: Editora Intervenção;
- López de Ceballos, P., Salas Larrazáral, M. (1988). *Formación de animadores y dinámicas de la animación*. Madrid: Popular;
- Lourenço, J. (2003). *Expansão urbana, gestão de planos-processo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;

- Marañón, M. (1992). Metodologia para el Trabajo Social. *Estúdios Sociales*, Madrid, (159);
- Marques, J.P. (2001). *Terras de Algodres (Concelho de Fornos)*. Fornos de Algodres: Câmara Municipal de Fornos de Algodres;
- Máximo-Esteves, L. (2008). *Visão panorâmica da investigação-acção*. Porto: Porto Editora;
- Medeiros, S.A.R. (2003). Como Pensar a Vida. *Revista de Serviço Social*, São Paulo, ano XXIV, (75);
- Nazareth, J. (2004). *Demografia - A Ciência da População*. Coleção Fundamento, Lisboa: Editorial Presença, p. 116;
- Nora, P. (1984). Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. IN Pierre NORA (org). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, Vol 1 La République. p. XXIV.
- Nunes Viveiros, A. L. (2008). *O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios*. Consultado em Abril8, 2012 de [http:// www. quadernsanimacio.net](http://www.quadernsanimacio.net);
- Observatório Europeu sobre Turismo Cultural. (2001). *Código de Ética do Turismo Cultural*. Consultado em Abril 19 de 2012 em <http://www.unwto.org/obs.culttrism.asp>;
- Oliveira, J.M.P. (1992). Património ao Serviço do Turismo. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, (11);
- Pardal, L., Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal, P. 10;
- Perna, F. (2005). *Agenda 21 a nível local, do diagnóstico à acção: um exercício de cidadania*. Universidade do Algarve. Escola Superior de Tecnologia. Consultado Abril 19 de 2012 em <http://www.forumloule21.org>;
- Pineault, R., Daveluy, C. (1987). *Planeamento em saúde. Conceitos, métodos e estratégias*. Barcelona: Edita Masson, p. 88;
- Plano Diretor Municipal (1994). Fornos de Algodres: Câmara Municipal de Fornos de Algodres;
- Ponte, J. P. (2006). *Estudo de caso em Educação Matemática – Problemas actuais*. Quadrante, 1 (3), pp.19-51;
- Pré diagnóstico do Município de Fornos de Algodres (2004). Fornos de Algodres: Câmara Municipal de Fornos de Algodres;

- Puig, T. (1985) - *Animación Sociocultural y Joventut urbana*. Barcelona: Edita Generalitat de Catalunya, p. 23;
- Quivy, R & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 3ª Edição. Lisboa, Gradiva;
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva;
- Reis, J. (1994). O Desenvolvimento Local è Possível? in Forum, *Edições da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER)*, p. 56;
- Rezsóhazy, R. (1988). *El desarrollo Comunitário*, col. «Narcea Sociocultural», Madrid: Narcea Ediciones.
- Rodrigues, A. D. (1994). *Comunicação e Cultura*. Lisboa: Editora Presença;
- Rojas, J. E. A. (1999). O indizível e o dizível na história oral. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI): *Seminário sobre metodologias Qualitativas de Pesquisa*;
- Saraiva, A. (1993). O que é Cultura (1ª ed.). Lisboa: Difusão Cultural;
- Sempere, A. M. (2004). Elaboração de Projectos e Programas de Animação Sociocultural, in Trilla, J. (coord.), *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget;
- Serafim, M.R. (2005). Animação e desenvolvimento valorizam a cultura local. *Pessoas e Lugares, II Série (32)*, 3;
- Serra, M.C. (2001). *O Jogo e o trabalho: episódios Lúdico-festivos das antigas ocupações agrícolas e pastoris colectivas*. Lisboa: Colibri: Inatel, p. 23;
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de Projectos Sociais – casos práticos*. Porto: Porto Editora, p. 34;
- Serrano, M.G., Puya, P. (2005). *El animador, Buenas prácticas de animación sociocultural*. Madrid: Narce, p. 59;
- Silva, M.M. (1964). Oportunidades do desenvolvimento comunitário em Portugal. *Análise Social*, 2 (7-8), 498-510;
- Simões, A.D. (2010). *A influência da animação artística na qualidade de vida dos idosos*. Dissertação de Mestrado em Animação Artística. Bragança: Escola Superior de educação;
- SOUSA e SILVA, J. S. (1998). Ecomuseologia Como Forma de Desenvolvimento Integrado. *X Jornadas sobre a Função Social*. Póvoa de Lanhoso;

- Tefanello, L. & Padoin, M. (s/d). *O Museu na materialização da Identidade*. Consultado em Julho 28 de 2012 em www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/.../RE_0888_0448_01.pdf;
- Trilla, J. (1994). *La educación moral: perspectivas de futuro y técnicas de trabajo* (2ª ed.). Barcelona: Graó, p. 54;
- Trilla, J. (1997-1998) - *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 35;
- UNESCO (1972) - *Convención para la protección del patrimonio mundial e cultural y natural*. Paris: UNESCO;
- UNESCO (1980) - *Environmental education in the light of the Tbilisi conference*. Paris: UNESCO;
- UNESCO (1982). *Declaração Universal sobre a diversidade cultural*. Paris: UNESCO;
- UNESCO (2003). *Convenção para a salvaguarda do património cultural*. Paris: UNESCO;
- UNESCO (2006). *Roteiro para a Educação Artística, Desenvolver as Capacidades Criativas do Século XXI*. Lisboa: Touch;
- Uzzel, D. (1998) - *As crianças como agentes de mudança ambiental*. Porto: Campo das Letras – Editores SA;
- Valbona, M. C, & Costa, M. P.(2003). *Património Cultural*. Editorial: Síntesis;
- Ventosa, V. J. P. (2004). Perspectiva comparada da Animação Sociocultural. In Trilla, J. (coord.), *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget;
- Vieira, C. S. (2005) - *Revista Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER +*, 2 (30), p. 56.
- Yin, R. (2004). *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman;
- YIN, R.t (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

ANEXOS

ANEXO Nº 1 Enquadramento da freguesia de Maceira

ANEXO Nº 2 Evolução Histórica da freguesia de Maceira

ANEXO Nº 3 Fatores de Gestão do Projeto “Maceira uma Aldeia Cultural”

ANEXO Nº 4 Itinerário Cultural

ANEXO Nº 5 Itinerário Ambiental

ANEXO Nº 1

Enquadramento da freguesia de Maceira



Figura 1 - Localização da freguesia de Maceira no contexto do concelho de Fornos de Algodres

Figura 2 - Fornos de Algodres no contexto territorial português

Fonte: Adaptação própria

ANEXO Nº 2

Evolução Histórica

Conta-se que em tempos remotíssimos aqui veio parar uma caravana de gente nómada, vinda dos lados do norte, que acampou no sítio onde chamam os Lenteiros da Eira, a dois quilómetros da atual povoação, quase no limite de Penaverde. Aí se fixaram construindo tendas e cabanas de abrigo. Dedicavam-se à vida pastoril tentando a exploração agrícola do fértil vale ainda hoje conhecido pela antiquíssima denominação de Parredízio.

Como durante o dia só ficavam nas cabanas os velhos e as crianças, enquanto os homens válidos e as mulheres saíam para a pastoreação dos gados e trabalhos do campo, aconteceu que estes, ao regressarem à noite, a suas habitações, encontravam os seus filhos chupados de formigas e outros insetos que por ali abundavam.

Aterrados com o sucedido, que consideravam com castigo, recorreram às suas divindades que lhes aconselharam que levantassem arraiais e se dirigissem para a nascente, pois encontrariam não muito longe lugar mais aprazível e saudável onde se fixassem.

Efetivamente caminhando para a nascente logo encontraram um lindo campo de macieiras e que aqui se estabeleceram definitivamente, formando esta povoação a que chamaram campo das macieiras, donde vem o nome de Maceira. No Cadastro da População do Reino (1527), ainda lhe chamam Macieyra (Marques, 2001).

ANEXO Nº 3

Fatores de Gestão

Como refere Para Trilla J. (1998, p.35), “(...) a viabilização de qualquer projecto é necessário o apoio de estruturas e organismos (...)”.

Neste sentido são os fatores de gestão do projeto, que contemplam os recursos humanos, financeiros e materiais, assim como os parceiros inerentes ao mesmo.

Recursos Humanos

- Equipa/ Direção e Coordenação
- Animadores
- Técnicos de Desporto
- Técnico auxiliar
- Associações recreativas e Desportivas
- Empresas de turismo
- Colaboradores do Poder Local - Junta de Freguesia e Câmaras Municipais
- Atores Locais – agricultores, artesãos, contadores de histórias, músicos, entre outros.
- Professores
- Voluntários
- Crianças e Jovens das Escolas
- Utentes do Lar de 3ª Idade e Centro de Dia de Maceira

Recursos Financeiros/ Apoios

- Câmara Municipal de Fornos de Algodres
- Junta de Freguesia de Maceira
- Lar de 3ª idade de Maceira
- Instituições e Empresas Privadas
- Parcerias
- Comparticipação dos visitantes
- Patrocinadores

Recursos Materiais Adequados

- Território – freguesia de Maceira
- Gabinete de apoio
- Infra-estruturas – Lar de 3ª Idade, Capela, Igreja, Junta de Freguesia, Forno Comunitário, Moinho, Lagar de Azeite, Queijaria, Largo da Festa, Fontanários e Chafariz
- Meio de transporte para crianças e jovens, bicicletas e capacetes para as atividades
- Material de limpeza
- Utensílios agrícolas, material de desgaste, instrumentos musicais, material de jogos tradicionais,
- Material didático
- Burro
- Mala de primeiros socorros

Para a viabilidade do projeto é, igualmente, necessário definir concretamente o tipo despesas inerentes aos recursos humanos e materiais, bem como estabelecer contactos com entidades e associações locais e exteriores conforme se pode verificar nos quadros, abaixo apresentados.

Despesas inerentes ao funcionamento do projeto

Despesas	Descriminação
Ordenados	Animadores Técnico Superior de Desporto Técnico Auxiliar
Compra de Material	Todo o material referente ao desenvolvimento do projeto – computador, secretária, câmara de filmar, máquina fotográfica, material consumível, ferramentas e materiais para os workshops.
Aluguer de Material	Equipamentos de jogos tradicionais
Alimentação	Lanches
Transportes	Autocarros, bicicletas

Parceiros necessários para a implementação do projeto

Parceiros
Câmara Municipal de Fornos de Algodres
Autarquias de todo o país
Agrupamento de Escolas
Instituições de Ensino Superior
Associações Recreativas
Junta de Freguesia de Maceira
Centro de Dia e Lar de 3ª Idade de Maceira
Quinta das Cortes (Turismo de habitação)
Cafés, Padarias, lagar, queijaria

ANEXO Nº 4

Itinerário Cultural

Os quadros seguintes apresentam as atividades a realizar no âmbito do itinerário cultural.

Quadro 1 – Visita a uma quinta

Atividade 1	A Quinta Agrícola – Turismo Rural “Quinta das Cortes”
Objetivos Pedagógicos	Conhecer <i>in loco</i> toda a envolvente onde se vão realizar a atividades. Elevar os níveis educativos e culturais para uma melhor educação ambiental. Possibilitar a experiência do “fazer”, no que respeita às práticas agrícolas.
Conteúdos /Metodologias	Pequena abordagem aos modos de vida da população de Maceira, bem como às necessidades contemporâneas que levam à procura de locais como este. Aqui as crianças tomarão contacto a terra e com tudo o que aí se produz, farão uma visita pela quinta, bem como, à própria habitação. De acordo com a estação do ano, terão oportunidade de participar nas tarefas agrícolas da época (workshops). Este acompanhamento será feito por parte do responsável da quinta.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2 – Workshops a implementar

Designação	Os cinco Sentidos – Workshops
Objetivos/ Finalidades	<p>Realizar uma atividade espontânea, de abertura a novas formas artísticas.</p> <p>Potenciar a imaginação, a capacidade artística ou simplesmente passar um momento de descontração.</p>
Conteúdos /Metodologias	<p>Nesta atividade pretende-se que cada participante faça uma recolha de materiais autóctones, dependendo da estação do ano.</p> <p>Os workshops irão decorrer em espaços ao ar livre (quintas, hortas) ou na antiga escola, agora um espaço que serve a comunidade. Os participantes irão realizar estes trabalhos com o acompanhamento de um animador, um professor e residentes da aldeia. Com estes workshops, pretende-se ter contacto com a terra e desta forma valorizar o que esta nos oferece, assim como conceber com poucos gastos trabalhos, ou simplesmente estímulos, que nos ajudem a compreender o que de melhor temos e que terra nos oferece.</p> <p>Pretende-se que estes workshops estejam sempre inseridos num contexto de reviver tradições, usos e costumes, ou seja, não esquecer a cultura deste território rural.</p>
Atividades a Realizar nos Workshops na natureza	
Primavera	<p>Sementeiras – batata, feijão, milho, centeio, cebolo, tomate, pimentos, e árvores de corte. Tosquiar as ovelhas, sachar a terra, enxertar.</p>
Verão	<p>Colheitas – colher o centeio e o que se semeou na Primavera e posterior desfolhada e malha dos cereais (milho, centeio), apanhar os frutos (cereja, pêra, maçã, figo, pêssigo).</p> <p>Crestar o mel (retirar o mel da colmeias e todos o processo inerente).</p>
Outono	<p>Participar numa vindima, apanhar as castanhas, semear o centeio, o trigo, as favas, ervilhas, alhos, couves, alfaces, hortaliças.</p>

	Plantar morangos e árvores de fruto, bolbos de várias flores.
Inverno	Plantar a couve-galega, repolho e algumas árvores de fruto. Podar as árvores de fruto. Apanhar a azeitona, fazer o azeite no lagar. Podar as árvores de fruto.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3 – Moagem do cereal

Atividade 3	Moinhos de Vento
Objetivos Pedagógicos	Reviver uma atividade antiga, a de moer o cereal até obter a farinha; Promover o património; Ensinar esta tradição aos mais novos. Estes moinhos funcionavam com a força do vento, que depois faziam mover as mós de pedra.
Conteúdos /Metodologias	Dentro do próprio moinho, será feita uma abordagem sobre o mecanismo do moinho, de forma a conceber a farinha, para depois se fazer o pão. Esta atividade será orientada por um residente da aldeia e todos os visitantes poderão participar. No exterior terão a oportunidade de fazer um pequeno percurso de burro, animal tão característico desta região.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4 – Cozedura do pão

Atividade 4	Forno Comunitário
Objetivos Pedagógicos	Dar a conhecer tradições e saberes locais; Promover e divulgar produtos da terra; Mostrar o modo de cozer à moda antiga; Promover experiências de aprendizagem e lazer Promover o contacto com os métodos artesanais e tradicionais deste lugar.
Conteúdos /Metodologias	Depois de preparada a farinha, (no moinho) torna-se indispensável a cozedura do pão, é precisamente no forno

	<p>comunitário que esta atividade irá decorrer, e deste modo aprender o método tradicional de todo este processo.</p> <p>O processo de fazer pão e a broa de milho é uma das atividades mais antigas e mais atrativas desta aldeia. Os visitantes serão levados a participar neste processo. Também esta atividade será orientada por residentes da aldeia.</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 – Moagem da Azeitona

Atividade 5	Lagar de Azeite
Objetivos Pedagógicos	<p>Dar a conhecer tradições e saberes locais;</p> <p>Promover e divulgar produtos da terra;</p> <p>Conhecer o processo de fabricação do azeite</p> <p>Promover experiências de aprendizagem e lazer</p> <p>Promover o património;</p>
Conteúdos /Metodologias	<p>Conhecer <i>in loco</i> todo o processo de transformação da azeitona em azeite.</p> <p>O lagar era, e continua a ser, local de grandes encontros gastronómicos e etnográficos carregados de características tão próprias desta freguesia</p> <p>Também esta atividade será orientada por residentes da aldeia.</p>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 6– Visita pela aldeia

Atividade 6	Conhecer a Aldeia – Visitas Guiadas aos Pontos Marcantes
Objetivos/ Finalidades	<p>Proporcionar o contacto direto com as pessoas da aldeia e deste modo permitir uma troca de saberes;</p> <p>Promover o património da aldeia;</p>
Conteúdos /Metodologias	<p>Enquanto a cozedura do pão e da broa é feita, as crianças vão conhecer a aldeia, para depois regressarem e saborearem o pão feito por eles.</p>

	Ao mesmo tempo que vão conhecer a aldeia, serão contados pontos importantes da sua história, das suas tradições e dos seus modos de vida. Para além disso, será feita uma exposição por parte dos residentes da aldeia que acompanha o grupo.
Locais a visitar	<ul style="list-style-type: none"> • Igreja Matriz • Capela de Santo António • Fontanário, Tanque Comunitário e Chafariz; • Calçada Romana • Capela do Senhor da Agonia

Fonte: Elaboração própria

Quadro 7– Encontro Inter-geracional e Lanche - convívio

Atividade 7	Encontro Inter-geracional e Lanche
Objetivos/ Finalidades	Proporcionar a todos um momento relaxante e de confraternização, para além de saborear o pão e a broa de milho acabados de cozer.
Conteúdos /Metodologias	O lanche será feito no largo da festa, caso o tempo não o permita, será feito num espaço fechado (Lar de 3ª Idade).
Ementa	Será de acordo com a altura do ano.
Finalidades	<p>Aqui representa o término do itinerário com a degustação de um lanche típico acompanhado do pão e broa quentinhos. Terão, aqui, também a presença dos utentes do Lar de 3ª Idade para a realização de atividades tradicionais desta localidade (jogos tradicionais, lendas, cantares, entre outros). Este momento final serve, também, para cada participante expresse a sua opinião/sugestão/avaliação relativamente ao projeto desenvolvido.</p> <p>É ainda oportuno este momento, para salientar, a gratidão a todos os que participaram na atividade.</p>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 8 – Jogos tradicionais

Designação	Jogos tradicionais
Objetivos/ Finalidades	<p>Fomentar o reconhecimento e a valorização da cultura e das tradições;</p> <p>Estimular a imaginação e criatividade dos participantes (adultos e crianças);</p> <p>Promover a interação social, a partilha de experiências e de conhecimento;</p> <p>Promover atividades culturais e recreativas de modo a reforçar e valorizar a identidade cultural da população.</p>
Conteúdos /Metodologias	<p>A metodologia utilizada será de acordo com a exigência de cada jogo.</p>
Jogos Tradicionais a realizar	<ul style="list-style-type: none"> • Jogo do cântaro • Jogo da pela • Jogo das pedrinhas • Jogo da cabra cega • Jogo da malha • Jogo da chona • Jogo do lenço

Fonte: Elaboração própria

ANEXO Nº 5

Itinerário Ambiental

Estes itinerários têm como finalidades criar espaços que privilegiem o desenvolvimento na área da conservação da natureza e a valorização dos mesmos, pressupõe atividades que se prendem com a transmissão e valorização de todo o património natural, bem como a cultura que lhe está associada.

Os quadros seguintes apresentam as atividades a realizar no âmbito dos itinerários ambientais.

Quadro 1 - Visita a uma quinta

Atividade 1	Quinta Agrícola – “Quinta da Ribeirinha”
Objetivos Pedagógicos	Conhecer <i>in loco</i> toda a envolvente onde se vão realizar a atividades. Elevar os níveis educativos e culturais para uma melhor educação ambiental. Possibilitar a experiência do “fazer”, no que respeita às práticas agrícolas, mais precisamente no que concerne à pastorícia, tais como: guardar o rebanho, a recolha dos animais, a ordenha.
Conteúdos /Metodologias	Pequena abordagem aos modos de vida da população de Maceira, bem como às necessidades contemporâneas que levam à procura de locais como este. Aqui o grupo tomará contacto a terra e com tudo o que aí se produz, farão uma visita pela quinta. Terão também oportunidade de ter contacto com os animais, observar <i>in loco</i> como é que se processa a guarda dos mesmos e como se faz o recolher para as suas habitações. Conhecer o processo de ordenha tradicional, será também uma atividade enriquecedora, apesar de a exploração agrícola se encontrar já modernizada, possuindo ordenha mecânica.

Quadro 2 – Visita às Alminhas

Atividade 2	Alminhas no Lugar da Lama
Objetivos Pedagógicos	Conhecer a tradição religiosa dos antepassados desta localidade; Promover o património; Dar a conhecer tradições e saberes locais.
Conteúdos /Metodologias	O grupo chega até este lugar passando por caminhos agrícolas, podendo ao longo dos mesmos avistar as antigas minas de volfrâmio (desativadas e seladas), o moinho de vento, o cruzeiro, a açude, além de toda a envolvente composta por soutos, pinhais, campo de pastorícia, vegetação densa.

Quadro 3 - Fabrico do Queijo Serra da Estrela

Atividade 2	Queijaria “Odete Porfírio”
Objetivos Pedagógicos	Dar a conhecer tradições e saberes locais; Promover e divulgar produtos da terra; Conhecer o processo de fabricação do queijo; Promover experiências de aprendizagem e lazer Promover o contacto com esta atividade enraizada nesta localidade desde os antepassados
Conteúdos /Metodologias	Conhecer <i>in loco</i> todo o processo de fabrico do Queijo Serra da Estrela. Aqui as crianças tomaram contacto com esta atividade de fabricação do Queijo Serra da Estrela e do requeijão. Agora é um processo mais modernizado, mas nem foi assim, mas é essa vertente do antes e o agora que se pretende mostrar nesta atividade. Sem esquecer, é claro, toda a tradição associada a esta faina agrícola. Também esta atividade será orientada por residentes da aldeia.

Quadro 4 – Visita a quinta e ruínas de património religioso

Atividade 3	Quinta dos Telhais
Objetivos Pedagógicos	Conhecer a tradição religiosa dos antepassados desta localidade; Promover o património; Dar a conhecer tradições e saberes locais;
Conteúdos /Metodologias	O grupo chega até este lugar passando pelo interior da aldeia, desta forma têm a possibilidade de estabelecer contacto com a população, observar o casario e o património cultural religioso. Na quinta será feita uma pequena abordagem aos modos de vida da população de Maceira. Aqui tomarão contacto a terra e com tudo o que aí se produz, farão uma visita pela quinta.

Quadro 5 – Vista panorâmica e Pic-Nic

Atividade 4	Penedo dos Corvos
Objetivos Pedagógicos	Promover o património natural; Dar a conhecer tradições e saberes locais; Desfrutar de uma linda e verdejante paisagem;
Conteúdos /Metodologias	Desde tempos remotos, este lugar sempre foi um local privilegiado devido à sua localização, desta forma tornou-se um local preferido pelos habitantes da aldeia para usufruírem da bela paisagem e desfrutar de ar puro. Neste lugar emblemático será feito o pic-nic, que a instituição Lar de 3ª Idade previamente preparou para o efeito.

Quadro 5 – Encontro Inter-geracional

Atividade 5	Encontro Inter-Generacional
Objetivos Pedagógicos	Proporcionar a todos um momento relaxante, de confraternização e de partilha.

Finalidades	<p>Aqui representa o término do itinerário.</p> <p>Terão, aqui, também a presença dos utentes do Lar de 3ª Idade para a realização de atividades ligadas aos usos e costumes desta localidade (jogos tradicionais, lendas, cantares, entre outros).</p> <p>Este momento final serve, também, para cada participante expresse a sua opinião/sugestão/avaliação relativamente ao projeto desenvolvido.</p> <p>É ainda oportuno este momento, para salientar, a gratidão a todos os que participaram na atividade.</p>
--------------------	---

Quadro 6 – Jogos tradicionais

Designação	Jogos tradicionais
Objetivos/ Finalidades	<p>Fomentar o reconhecimento e a valorização da cultura e das tradições;</p> <p>Estimular a imaginação e criatividade dos participantes;</p> <p>Promover a interação social, a partilha de experiências e de conhecimento;</p> <p>Promover atividades culturais e recreativas de modo a reforçar e valorizar a identidade cultural.</p>
Conteúdos /Metodologias	<p>A metodologia utilizada será de acordo com a exigência de cada jogo.</p>
Jogos Tradicionais a realizar	<ul style="list-style-type: none"> • Jogo do cântaro • Jogo da pela • Jogo das pedrinhas • Jogo da cabra cega • Jogo da malha • Jogo da chona • Jogo do lenço